



Por Ser
MENINA



Diretora Executiva
Cynthia Betti

Vice-Diretora Executiva
Evelyn Silva

Coordenação Institucional da Pesquisa
Flávio Debique

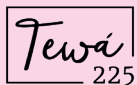
Pesquisa São Luís e Codó (MA)
Creuziane Barros

Pesquisa São Paulo (SP)
Ana Nery Lima

Revisão Técnica
*Nicole Campos, Raíla Alves
e Robson Almeida*

Colaboração
*Andreia Schroeder, Ana Paula de Andrade,
Denise Fragoso e Renata Leal
(Ibirá Comunicação Estratégica)*

plan.org.br



Tecendo a
transformação
social

Coordenação Técnica
Fernanda Kagan Mallak

Coordenação Executiva
Luciana Andreotti Sonck

Coordenação de Mobilização
Gabriela de Oliveira

Assistente de Pesquisa
Marina Schkolnick Soares Leite

Estudos Técnicos
*Cibele Oliveira Lima, Marina Schkolnick
Soares Leite e Priscila Tavares*

Mobilizadoras Locais
*Ana Paula Lobo Soares, Beatriz Amin,
Lorete Ester Gonçalves Terra, Vitoria Castro
e Liviah Prestes*

Projeto Gráfico
Ricardo Barneschi

**Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)
Estudo realizado entre maio e agosto de 2021.**

SUMÁRIO

5	Apresentação
6	Introdução
10	Nota metodológica
14	Limites da Pesquisa
17	De quais meninas estamos falando?
18	Perfil das respondentes
26	1. Como é a vida e o cuidado com as meninas?
40	2. Como se dão as diferenças entre gêneros na vida das meninas?
41	Tratamentos desiguais e papéis de gênero
60	3. Como as meninas vivem o impacto das diferenças de gênero?
61	Direitos, violência, saúde menstrual e sexualidade
81	Outras barreiras: Saúde menstrual e sexualidade
88	4. Como elas estão se preparando para o futuro?
89	Sonhos, estudo e trabalho na adolescência
98	5. Como tudo isso impacta a percepção do que é ser menina?
105	Conclusões e Recomendações
109	Referências Bibliográficas
111	Agradecimentos



APRESENTAÇÃO

D

Desde 1937, a Plan International trabalha intensamente para garantir que crianças, adolescentes e comunidades tenham acesso pleno aos seus direitos. No Brasil desde 1997, nosso caminho tem sido de muitas conquistas e vidas impactadas pelo nosso trabalho, com o grande objetivo de alcançar um país com realidades mais justas e igualitárias, onde crianças e adolescentes possam crescer livres de violência, tomar decisões a respeito de suas próprias vidas, ter acesso a uma educação de qualidade e ter suas vozes ouvidas e respeitadas. Para isso, é essencial conhecer suas principais demandas, a começar pela realidade das meninas, principais impactadas por muitas das violências.

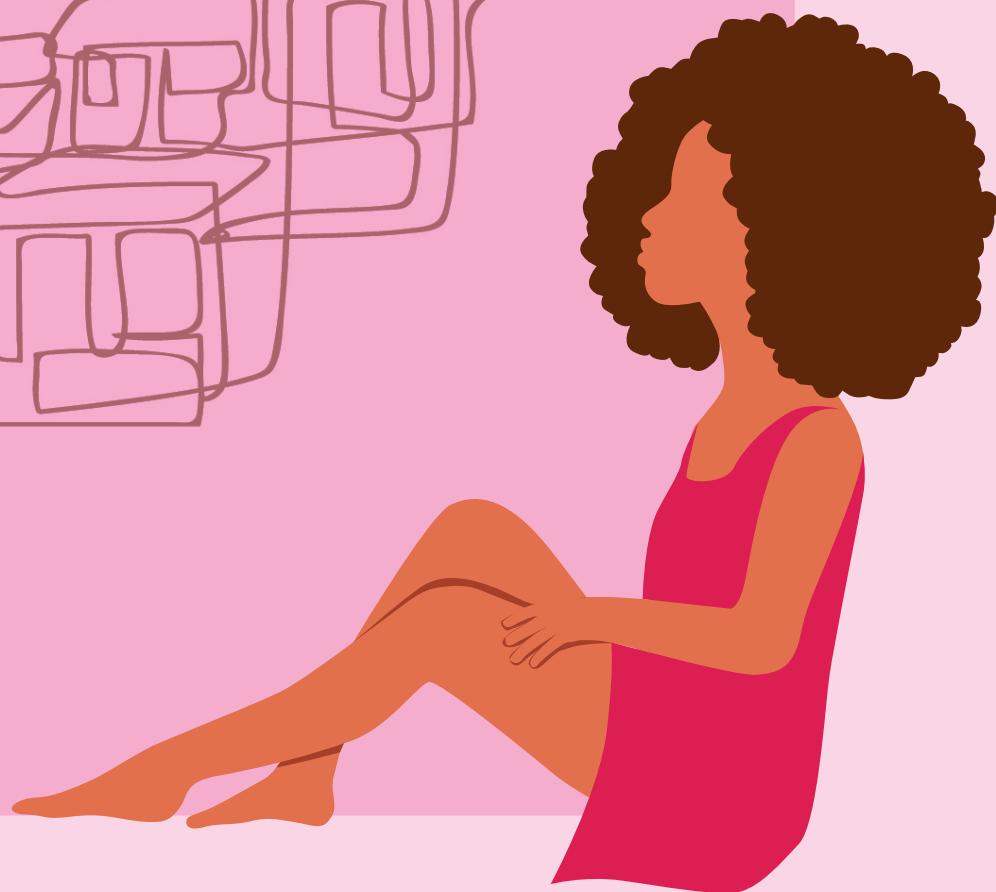
Em 2014, como resultado da prática de uma escuta ativa e cuidadosa, a Plan International Brasil apresentou os resultados da pesquisa “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo Entre Direitos e Violências”. A pesquisa buscou ampliar as vozes de meninas de 6 a 13 anos, que relataram suas maiores preocupações, suas percepções sobre direitos e, também, sobre as desigualdades que impactam diretamente suas vidas.

A continuação da pesquisa “Por Ser Menina no Brasil” se tornou uma realidade concreta em 2021. Mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, reafirmamos nosso compromisso em incentivar meninas a discutirem seus direitos. Nesta edição, vamos continuar acompanhando as percepções da mesma geração de meninas que participou do estudo em 2014. Agora, seguiremos com a mesma escuta ativa e cuidadosa para discutir com meninas na faixa 14 a 19 anos, sobre desigualdades étnico-raciais e de gênero para o efetivo acesso aos seus direitos.

Sabemos que suas vivências, a depender de fatores estruturantes como identidade étnico-racial, orientação sexual, identidade de gênero, classe social e outros podem apresentar desafios enormes para o acesso a direitos e às redes de apoio. Esperamos que você também possa dedicar seu tempo para escutar o que as meninas têm a dizer. Suas vozes são plurais e, ao mesmo tempo, únicas.

Cynthia Betti
Diretora Executiva
Plan International Brasil

INTRODUÇÃO



Nos últimos anos, o mundo vem calibrando suas lentes para observar as especificidades vivenciadas pelas meninas, uma camada populacional que carrega em si os marcadores etários, de gênero, étnico-racial, de classe e outros que apontam para uma maior exposição às vulnerabilidades sociais e econômicas, além de representarem a população que sofrerá mais com o impacto das mudanças climáticas no mundo (PLAN INTERNATIONAL, 2021). O Brasil é especialmente desafiador para as entidades que atuam na salvaguarda desse público, pois experimentamos um contexto preocupante de retrocessos que impactam diretamente suas vidas. Enquanto nos compromissos da Agenda 2030 assumimos metas relativas à igualdade de gênero, à melhoria da qualidade da educação e da saúde, e a própria erradicação da pobreza, vemos que os governos vêm reduzindo investimentos nessas áreas de forma sistemática, desde 2015. O V Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 (GTSC A2030, 2021) revelou que mesmo antes da pandemia, 33% das mulheres negras brasileiras já se encontravam na faixa da pobreza extrema. No que tange os investimentos públicos para a promoção da igualdade de gênero no país, temos que entre 2015 e 2020, os recursos executados pelas Políticas para Mulheres passaram de R\$129 milhões para R\$5 milhões; essa dura constatação revela a importância do monitoramento da realidade vivida pelas meninas, para que possamos compreender o impacto disso nos próximos anos. São as meninas de hoje que vão compor a sociedade de mulheres adultas de amanhã.

A pesquisa Por Ser Menina é uma oportunidade de ouvir essa população, tanto sobre como elas percebem o que é ser menina e viver este momento tão singular no país e no mundo (em plena pandemia de COVID-19), como também todas as dificuldades que o contexto lhes impõe (agravamento das violências domésticas, exposição a telas, aumento da carga de trabalho doméstico, etc.). Porém, mais do que isso, a pesquisa lança luz a aspectos primários e estruturais que representam barreiras que meninas de diferentes contextos e lugares do Brasil vêm sistematicamente experimentando em nossa sociedade, como machismo, racismo e outros, e que ao longo dos anos têm condicionado suas potencialidades e obstáculos.

Com o objetivo de compreender essa realidade, seus medos, sonhos, barreiras sociais e de gênero e violências, a Plan International Brasil promoveu em 2014 a primeira edição do estudo, com abrangência nacional e execução da SOCIALIZARE. A pesquisa, de cunho quantitativo e qualitativo, abrangeu 5 estados, 21 cidades e uma amostra de 1771 meninas respondentes, entre 6 e 14 anos. Os dados levantados neste estudo evidenciaram o enorme desconhecimento por parte das entrevistadas sobre

instrumentos de proteção e direitos das crianças e mulheres, a falta de repertório simbólico do que é ser menina, e outras dificuldades enfrentadas por elas no cotidiano, como seus papéis de gênero definidos. No entanto, o entusiasmo evidenciado pela pesquisa, que apontou que a maioria delas “gosta de ser menina”, mostra um campo de oportunidades de atuação na melhoria da sua qualidade de vida, tanto do ponto de vista da criação de políticas públicas direcionadas a elas quanto da atuação do campo social como um todo, e todos que atuam com esse público (sejam organizações sociais, do terceiro setor ou privadas). Sete anos depois e diante do alarmante contexto atual, atualizar o estudo se mostrou de extrema relevância.

A segunda edição da pesquisa Por Ser Menina, realizada entre os meses de maio e agosto de 2021, teve como principal foco o levantamento da percepção de meninas entre 14 e 19 anos, quase uma geração posterior à pesquisa de 2014. O estudo abrangeu **10 cidades brasileiras nas 5 regiões e um total de 2.589 meninas respondentes**. A pesquisa traz atualizações sobre o caminhar das meninas brasileiras e como elas chegam à adolescência, em especial, neste momento singular do Brasil. Atualizações metodológicas foram realizadas especialmente pela preparação de um novo repertório simbólico (não mais da criança, mas da adolescente entrevistada), mas também motivadas pelo contexto da pandemia do COVID-19, que desafiou o desenvolvimento de uma pesquisa on-line, devido à impossibilidade de realização de trabalhos de campo e contato presencial.

Com todos os desafios postos, a pesquisa contou com uma abordagem quantitativa e qualitativa. Foram realizados **15 grupos focais nas 10 cidades pesquisadas**, de forma a suportar com uma estrutura narrativa, com exemplos qualitativos sobre a realidade dos dados gerados pelo questionário quantitativo. Tais grupos, amparados pela Política de Salvaguarda da Plan International, foram verdadeiros espaços de escuta e acolhimento para que as meninas pudessem expor seus sentimentos, sensações e experiências, narrando suas histórias de alegrias e dores, de empoderamento e violências vividas, de escuta parental e silenciamento.

Os resultados da pesquisa atual, realizada pela Plan International Brasil e executada pela Tewá 225, são apresentados neste relatório, que comprovou algumas hipóteses iniciais como o fato de que as meninas realizam o dobro de trabalho doméstico que os meninos e, para 84% delas, a pandemia piorou o cenário, com o aumento do uso de telas e tarefas domésticas. Também apontamos para a fragilidade institucional e das redes de cuidado e proteção, quando 57% das meninas declararam que sentem medo ao andar na rua, 94% já presenciaram ou experimentaram violência e 32% delas relatam ter sofrido assédio na própria escola. Fatores de renda e raça também impactam a vida das meninas, como quando constatamos que metade das entrevistadas nunca foi a uma consulta ginecológica, quase 19% tiveram que interromper seus estudos e 18% trabalham (sendo quase 40% dessas, meninas negras). 84% das meninas também relatam não sentirem-se representadas nos ambientes institucionais.

No capítulo 1 a pesquisa aponta os dados autodeclarados sobre como é a vida destas meninas em seus lares e sua relação com os pais, com a família, com a casa e suas atividades, entendendo-se o uso do seu tempo como um importante indicador. Já no capítulo 2, expandimos a análise dos dados para as correlações destas meninas com o externo, comparando suas experiências de vida com a dos meninos, em vários ambientes de interação dos dois gêneros (a casa, a escola, a rua, a comunidade religiosa, a internet). É aqui que se abrem as lentes para a compreensão das primeiras barreiras de gênero que o estudo aponta.

No capítulo 3 o leitor encontrará a percepção simbólica e a experiência das meninas frente às barreiras de gênero, entendendo que essas barreiras subsidiam situações de violência e assédio para as meninas. É no capítulo 4, no entanto, que entenderemos como sua vida até aqui impacta sua visão de futuro, e como as atividades que estas meninas desenvolvem hoje estão trabalhando a favor dos seus sonhos para a adultez. Por fim, no capítulo 5, analisamos como todas essas percepções e experiências impactam ou não sua satisfação em ser menina, comparando as mudanças percebidas com o estudo de 2014.

NOTA METODOLÓGICA



O presente estudo parte da compreensão de que os conteúdos coletados e sistematizados geram um quadro analítico para a compreensão dos contextos sociais das meninas de diferentes territórios brasileiros, assim como de que esta mesma realidade é subjetivamente experimentada no mundo das relações humanas e sociais (ARTEMISIA, 2017). Como resultado, o relatório busca apresentar uma análise integrada das duas dimensões, com a linha de condução centrada nas adolescentes brasileiras e distribuída em dimensões que possibilitam compreender como elas tomam decisões, como usam seu tempo, quais papéis de gênero e violências permeiam os respectivos contextos, quais são seus medos e barreiras, quem as inspira e quem são os seus exemplos.

Como perspectivas metodológicas foram utilizadas duas abordagens, com métodos e técnicas distintas, que, para a construção do estudo, foram integradas e combinadas.

TABELA 1

Metodologia da pesquisa

Abordagem	Método
Quantitativa	Questionário online via Google Forms (Survey) com questões fechadas.
Qualitativa	Grupos focais em cada município da amostra com uso de plataforma online, sendo 2 grupos por capital e 1 por cidade do interior do estado.

Fonte: Tewá 225

A **pesquisa quantitativa** foi realizada nas cinco regiões do Brasil, com representatividade de dois municípios por região, totalizando 10 cidades. Assim, as capitais dos Estados foram previamente selecionadas, sendo estas: Brasília, Manaus, São Paulo, Porto Alegre e São Luís. Para a seleção dos outros cinco municípios, definiu-se critérios de priorização e três indicadores para a seleção: 1. Não fazer parte da RM (Região Metropolitana) da Capital; 2. Ter feito parte do Estudo Por Ser Menina de 2014; 3. Haver trabalho/parceria da Plan International no município. Neste sentido, definiu-se que o município deveria atender pelo menos um dos critérios.

TABELA 2

Amostra de meninas entrevistadas por estado e cidade

Amazonas	299	Manaus	171
		Maués	128
Maranhão	490	Codó	197
		São Luís	293
Goiás	453	Brasília	226
		Formosa	227
São Paulo	1.040	Jacareí	118
		São Paulo	922
Rio Grande do Sul	307	Cachoeirinha	158
		Porto Alegre	149
TOTAL: 2.589			

Fonte: Tewá 225

A construção da amostra utilizou os dados do Estudo de Estimativas Populacionais por município, idade e sexo (DATASUS, 2020), que contém as informações mais atualizadas e com maior nível de confiança, disponível para todos os municípios brasileiros. Para abarcar as informações do perfil racial, foram usados dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O desenho amostral foi construído com base na população total de meninas com idade entre 14 e 19 anos de cada um dos 10 municípios estudados (DATASUS, 2020). O perfil está dividido em duas faixas etárias na base do DATASUS, a de 10 a 14 anos e a de 14 a 19 anos. Foi necessário aplicar o método de interpolação osculatória com uso da fórmula de multiplicadores de Sprague (GIVISIEZ, 2004) para desagregar as faixas etárias quinquenais por idade simples e, assim, calcular a quantidade de meninas para cada idade simples de cada um dos municípios. Esse passo foi importante para garantir a distribuição proporcional dos questionários por idade simples dentro de cada Estado.

A quantidade mínima de questionários aplicada em cada município foi estabelecida de acordo com a sua população total de meninas. O tamanho da amostra foi calculado utilizando o método de amostragem estratificada para ressaltar as nuances do território nacional, através da utilização da fórmula básica considerando um nível mínimo de confiança de 90% e margem de erro de 5% na escala estadual (soma dos 2 municípios), atingindo também um nível mínimo de confiança de 85% e margem de erro de 5% na escala dos municípios, conforme tabela abaixo. Ou seja, para os dados do estado, se a pesquisa for repetida 100 vezes, em 90% delas os resultados serão os mesmos. Já para os dados dos

municípios, se a pesquisa for repetida 100 vezes em 85% terão os mesmos resultados. Vale lembrar que a margem de erro indica que o percentual pode variar 5 pontos percentuais para cima ou para baixo.

TABELA 3

Cálculo das amostras por estados¹

	Amazonas	Maranhão	São Paulo	Rio Grande do Sul	Goiás	TOTAL
População total de meninas	125.383	66.305	529.693	65.376	149.241	935.998
Formulários válidos	299	490	1.040	307	453	2.589
Amostra 95/5%	383	382	384	382	384	1.915
Amostra 90/5%	270	270	271	270	271	1.352
Amostra 85/5%	207	207	208	207	207	1.036
Amostra 80/5%	165	164	165	164	165	823
Amostra 75/5%	133	133	133	133	133	665
Amostra 70/5%	108	108	108	108	108	540

Fonte: Tewá 225

O presente estudo também garantiu a proximidade da distribuição racial com a realidade brasileira, uma vez que **os questionários válidos apresentaram uma proporção de raças muito próxima àquela do Censo 2010.**

No que tange os grupos focais, para composição da **amostra qualitativa**, foi realizada uma consulta prévia às meninas de maneira representativa nos 15 grupos por meio de formulário simples sobre aspectos sociais (como grupos étnico-raciais, se a menina era mãe, se possuía irmãos homens, seu gênero e orientação sexual), além de coletarmos intencionalmente as respondentes do survey que se interessaram de forma voluntária pela pesquisa qualitativa, de acordo com grupos sociais que equilibrassem a amostra. Também foi realizada a distribuição equitativa das faixas etárias no espectro entre 14 e 19 anos.

Todos os instrumentos de pesquisa e de proteção e salvaguarda foram avaliados e aprovados pelo comitê de ética da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que acompanhou o processo validando os ajustes realizados no período de pesquisa para ampliar a abordagem do público-alvo.

¹ As células coloridas representam o atingimento da amostra para cada estado

LIMITES DA PESQUISA

P

Por conta do atual contexto de crise sanitária vivenciado no Brasil, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de formulários digitais, impossibilitando o controle de respostas válidas ao questionário antes de seu fechamento. Para não perder informações, foram consideradas todas as 2.589 respostas válidas.

Para atingir a proporcionalidade amostral e garantir que um município com maior número de respostas não influenciasse na amostra do estado, foram aplicados pesos às respostas, calculados através da razão entre o número de questionários esperados (amostra) e o número de questionários atingidos (respostas válidas) para cada município, antes de realizar a soma e gerar os dados por estado. Todos os dados foram trabalhados considerando a proporção de meninas (%), no intuito de possibilitar a comparação entre os perfis regional (estados) e nacional (soma dos estados).

A fim de garantir a representatividade territorial do público alvo tanto no perfil racial quanto de faixa etária, a pesquisa contou com um trabalho de mobilização das redes de ensino municipais e estaduais, redes de proteção social, organizações não governamentais e lideranças comunitárias que atuam com jovens, de forma a mobilizar e sensibilizar, quando necessário, determinada parcela da população que não estava sendo contemplada de maneira adequada. Este trabalho foi realizado de maneira remota e a partir de articulação local nos municípios.

Por fim, o presente estudo não poderá inferir se os dados capturados e respectivas análises representam a realidade de todas as meninas brasileiras na faixa etária de 14 a 19 anos, mas sim que **o estudo representa uma tendência do que é ser menina, especialmente nas capitais e cidades médias (de 100 a 350 mil habitantes).**

Em relação aos grupos focais, entre as dificuldades da pesquisa realizada de maneira virtual, nem todas as meninas conseguiram ficar até o final de todos os encontros por questões de dificuldade de conexão ou outros, tendo sua participação realizada parcialmente.

DE QUAIS MENINAS ESTAMOS FALANDO?



PERFIL DAS RESPONDENTES

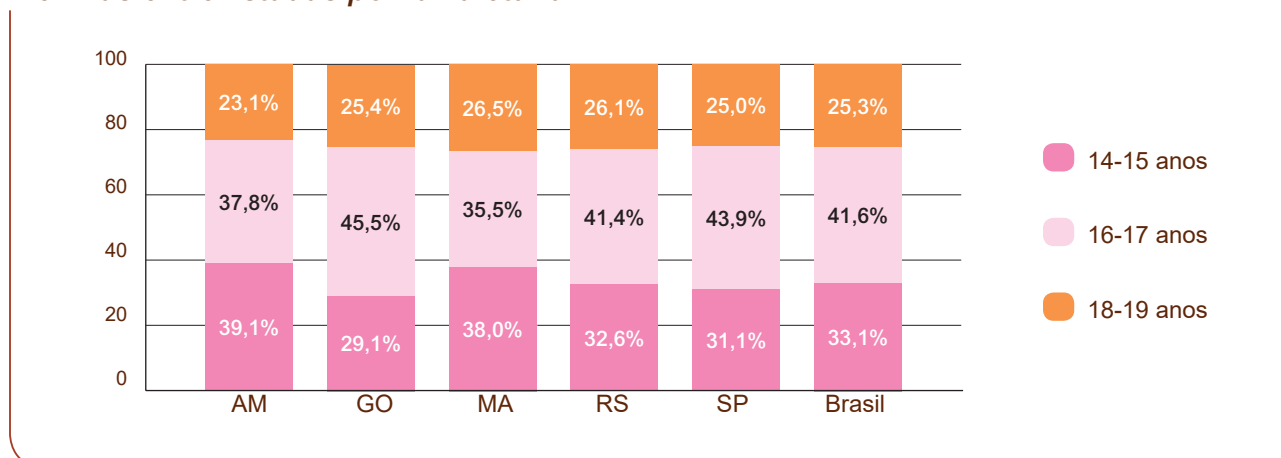
A

pesquisa Por Ser Menina (2021) teve como premissa metodológica e ética garantir uma representatividade amostral em todos os territórios estudados, tanto nos aspectos etários, quanto raciais. Nesse sentido, buscamos intencionalmente uma meta de representatividade de pelo menos 50% de meninas negras (soma de pretas e pardas) e uma amostra equitativa entre as diferentes faixas etárias (14 e 15 anos, 16 e 17 anos, 18 e 19 anos).

O estudo capturou a percepção de meninas na faixa etária entre 14 e 19 anos sendo que, do total da amostra de 2.589 respondentes, temos 41,6% na faixa entre 16 e 17 anos (acima da média nacional¹ de 33,4% de meninas na mesma faixa etária), seguido de 33,1% entre 14 e 15 anos e 25,3% entre 18 e 19 anos (próximas às médias nacionais de 31,5% e 34% respectivamente). Observando a proporção por estado, temos que os estados de Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo seguem a mesma tendência, porém no Amazonas e no Maranhão a pesquisa atingiu um percentual maior de meninas na faixa etária entre 14 e 15 anos, 39,1% e 38,0%, respectivamente, enquanto a média estadual aponta 34% de meninas nessa faixa no Amazonas, e 33,8% no Maranhão (IBGE, 2018).

GRÁFICO 1

Meninas entrevistadas por faixa etária



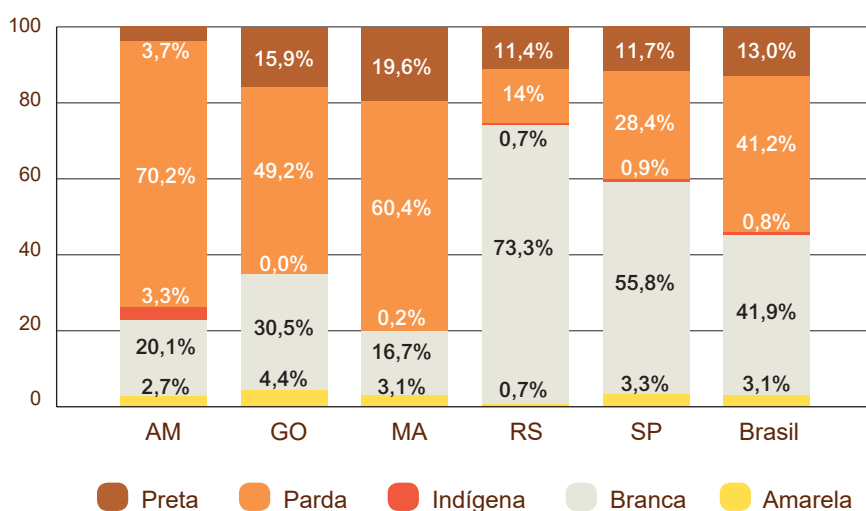
Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

¹ A média nacional foi extraída do estudo de projeção para o ano de 2021 realizado pelo IBGE em 2018. Para mais informações: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>;

Em relação à raça, **a pesquisa garantiu a participação de 54,2% de meninas negras**, o que representa um índice acima da média nacional (50,8% para esta população). O segundo maior percentual, de 41,9%, foi de meninas brancas (abaixo da média nacional, de 47,7%), seguido de 3,1% de amarelas (1,1% na média nacional) e 0,8% de indígenas² (0,4% na média nacional). Tanto **no caso de meninas amarelas quanto indígenas, destaca-se que a pesquisa atingiu uma representação acima da média nacional**, o triplo e o dobro respectivamente. Com o olhar para os estados, observamos a predominância de respondentes negras no Maranhão (80%, acima da média estadual de 76,3% de negros na população), Amazonas (73,9%, condizente com a média estadual de 73,5%) e Goiás (65,1%, acima da média estadual de 56,8%). Já no Rio Grande do Sul e São Paulo há uma predominância de meninas brancas, com 73,3% e 55,8% respectivamente (ambos abaixo das médias estaduais de 83,2% e 63,7% de pessoas brancas, respectivamente) (IBGE, 2010).

GRÁFICO 2

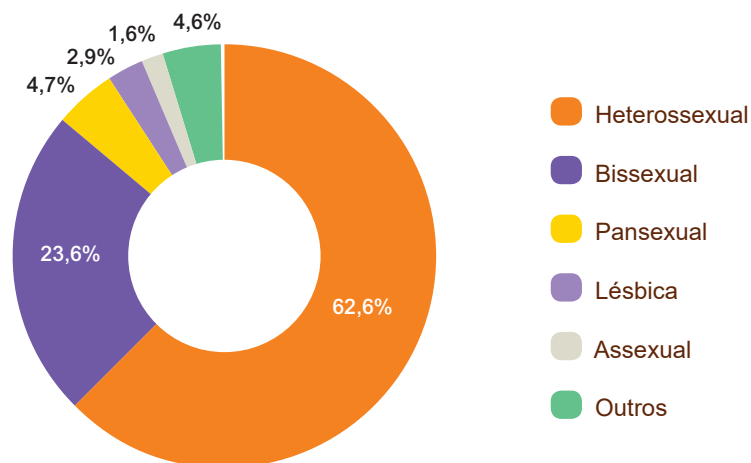
Meninas entrevistadas por raça



Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

Além dos dois marcadores sociais observados, a pesquisa buscou também contemplar a diversidade na dimensão da sexualidade, ainda que não como um objetivo de representatividade, como nos demais temas. 99,5% das meninas tiveram o sexo do nascimento classificado como feminino, 0,3% masculino e 0,2% intersexo. Quando indagadas sobre a identidade de gênero, 95,2% responderam que se compreendem como cisgênero, 0,9% transgênero e 3,9% como não binárias. Já em relação à orientação sexual, 62,6% das meninas se identificaram como heterossexuais, seguido de 23,6% bissexuais, 4,7% pansexuais, 2,9% lésbicas, 1,6% assexuais e 4,6% outras.

² Vale destacar o desafio de acesso às meninas indígenas em virtude da pesquisa ter ocorrido 100% online.

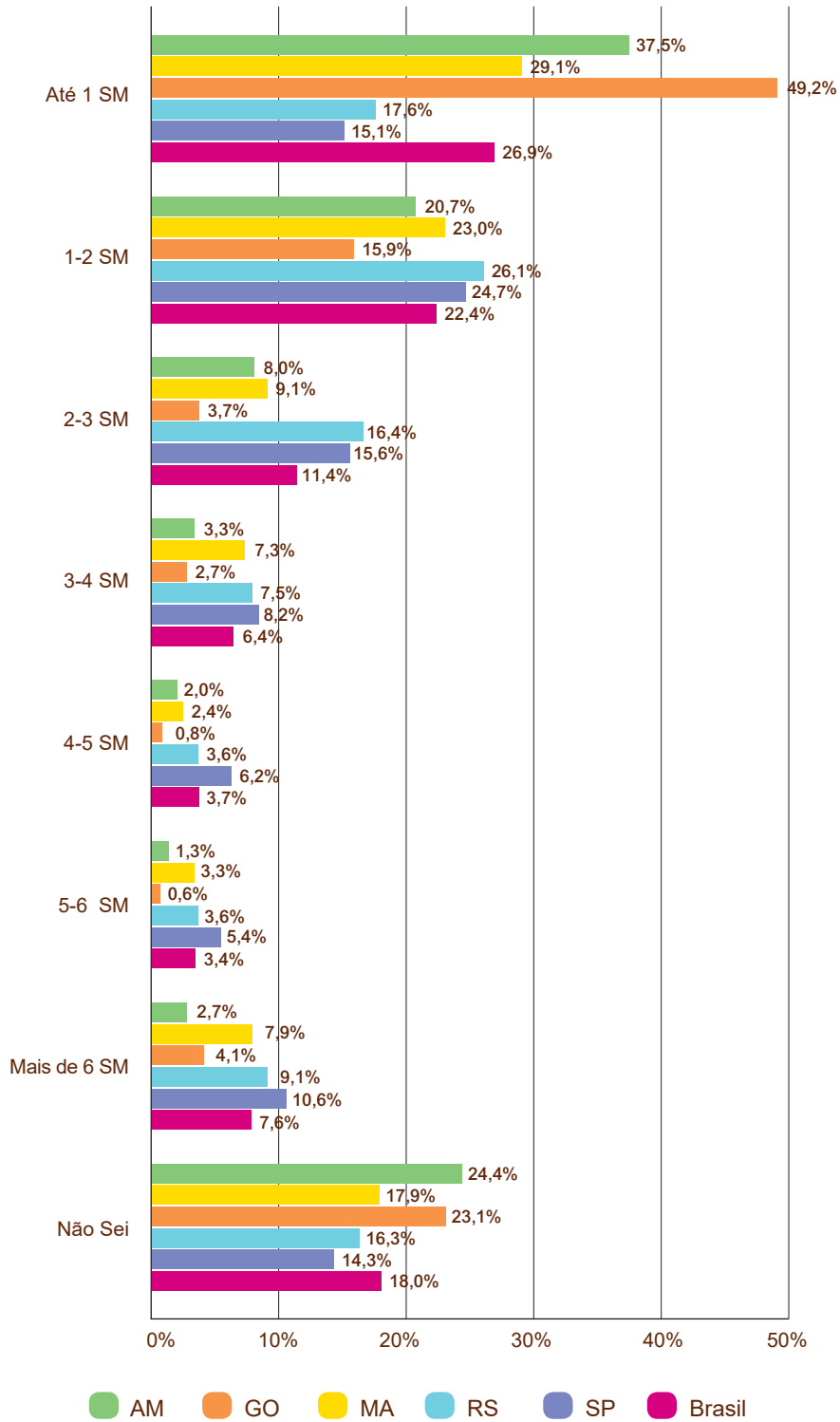
GRÁFICO 3**Meninas entrevistadas por orientação sexual**

Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

Em relação à renda, os dados evidenciam que **as meninas participantes da pesquisa estão concentradas nas faixas de renda familiar de até dois salários mínimos**. No entanto, quando analisamos territorialmente, observamos que nos estados do Rio Grande do Sul e em São Paulo o maior índice está entre um e dois salários mínimos. Já nos demais estados a concentração de meninas está em até um salário mínimo, com destaque para o Maranhão, que concentra 49,2% das meninas nessa faixa de renda, podendo ser compreendidas como meninas em vulnerabilidade econômica.

GRÁFICO 4

Meninas entrevistadas por renda familiar e estados

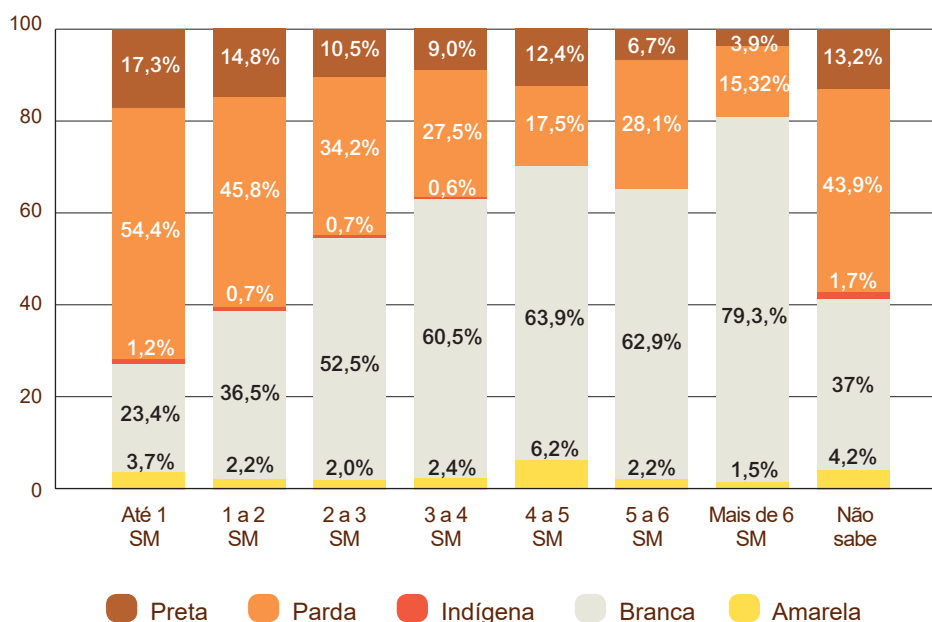


Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

Ao correlacionar os dados de raça e renda familiar, observamos a preminência de meninas negras nas faixas salariais de até um salário mínimo³ (71,7%) e entre um e dois salários mínimos (60,6%). À medida em que há um incremento de renda familiar, há predominância de respondentes brancas, como pode ser observado a partir da faixa salarial de dois a três salários mínimos. Esta tendência de desigualdade racial e de renda se manifesta em seu maior nível na faixa de mais de seis salários mínimos, com 79,3% de respondentes brancas. Nota-se ainda a inexistência de meninas indígenas com renda familiar acima de quatro salários mínimos. Neste sentido, as análises interseccionais são fundamentais para a compreensão da realidade das meninas negras e indígenas e o modo como a desigualdade estrutural se manifesta.

GRÁFICO 5

Meninas entrevistadas por raça e renda familiar



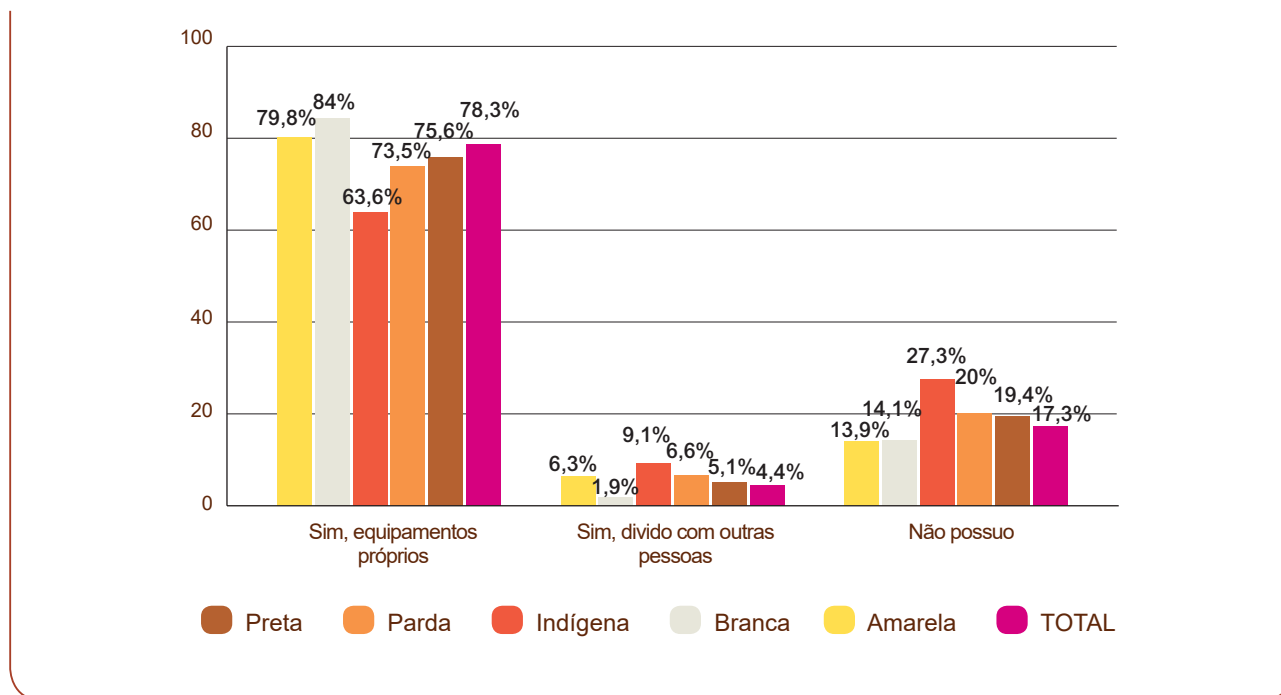
Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

Aspectos como a posse de equipamentos eletrônicos próprios são indicativos importantes sobre a dimensão financeira, mas também sobre o acesso das meninas ao ambiente online. Observamos que 78,3% das respondentes possuem celular, notebook ou tablet próprios, o que inclusive reflete o acesso das meninas à própria pesquisa. Novamente, verificamos um cenário de desigualdades ao cruzar essa informação com raça, em que 39,4% das meninas que responderam que não possuem equipamentos eletrônicos são negras, seguido de 27,3% de indígenas. Ainda, as meninas brancas são as que apresentam maior percentual da posse de equipamentos próprios (84%) e apenas 1,9% dividem com outras pessoas.

3 Para este estudo foi considerado o salário mínimo brasileiro de 2021, que está em R\$1.100,00.

GRÁFICO 6

Meninas entrevistadas por posse de celular, notebook ou tablet, por raça



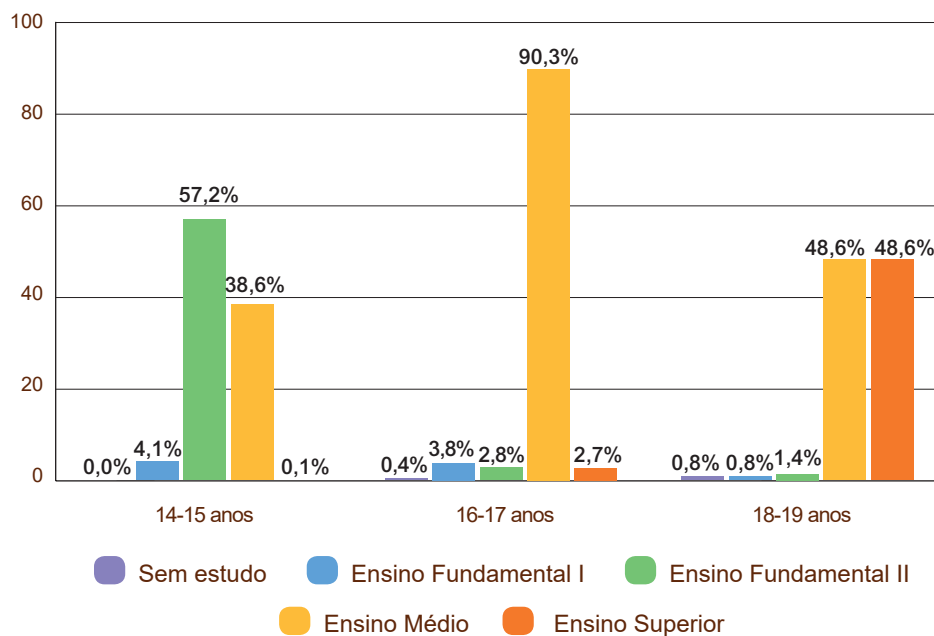
Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

No que tange à escolaridade das respondentes, podemos afirmar que grande parte das meninas entrevistadas estão dentro da idade esperada para cada ciclo escolar. Das meninas entre 14 e 15 anos, 57,2% frequentam o Ensino Fundamental II e 38,6% o Ensino Médio. Das meninas com idades entre 16 e 17 anos, 90,3% estão cursando o Ensino Médio.

Já as meninas entrevistadas entre 18 e 19 anos, observou-se que estão divididas em dois cenários educacionais: 48,6% está cursando ou já completou o Ensino Médio e 48,5% está cursando o Ensino Superior.

GRÁFICO 7

Meninas entrevistadas por faixa etária x escolaridade

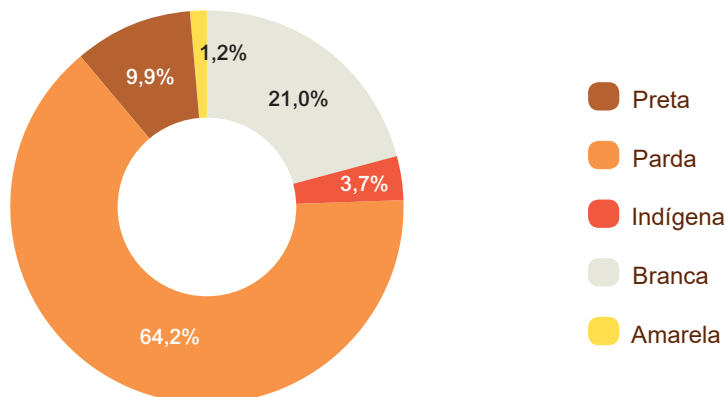


Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

Entre as diversas dimensões que caracterizam as meninas que participaram da pesquisa está o fato de trabalharmos com a faixa etária da adolescência, um momento na vida das meninas em que a sexualidade e a maternidade aparecem como fortes atravessadores. Na pesquisa de 2014, a questão da maternidade na infância se revelou um grande obstáculo para a realização dos seus sonhos de futuro. Quando olhamos para as meninas mães da edição de 2021, verificamos que elas representam 3,2% do total das respondentes. Ao colocar as lentes da dimensão racial para compreender quem são estas mães, constatamos que **74,1% das meninas mães são negras** (acima da média nacional, em que 65% das meninas mães são negras) (IBGE, 2010), seguido de 21% de brancas, 3,7% são indígenas e apenas 1,2% de amarelas.

GRÁFICO 8

Meninas entrevistadas com filhos por raça



Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

Já em relação às idades, observamos que o maior percentual de meninas mães que participaram da pesquisa (48,1%) estão na faixa etária entre 18 e 19 anos (abaixo da média nacional, de 62,4% na mesma faixa etária), seguido de 37% entre 16 e 17 anos (próximo da média nacional, de 34% entre 15 e 17 anos) e 14,8% entre 14 e 15 anos⁴. Correlacionando as idades e raça das meninas constatamos que **as meninas negras são as mães na faixa etária mais jovem, o que pode representar um maior grau de vulnerabilidade social.**

TABELA 4

Meninas entrevistadas com filhos por raça e faixa etária (proporção pelo total de meninas com filhos)

	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	TOTAL
14 e 15 anos	0,0%	2,5%	0,0%	11,1%	1,2%	14,8%
16 e 17 anos	0,0%	8,6%	2,5%	22,2%	3,7%	37,0%
18 e 19 anos	1,2%	9,9%	1,2%	30,9%	4,9%	48,2%
Total Geral	1,2%	21,0%	3,7%	64,2%	9,9%	100,0%

Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021

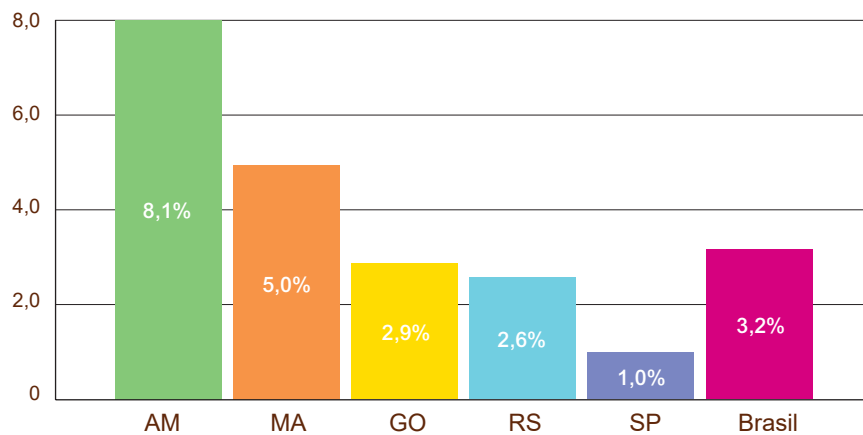
Na dimensão territorial, constatamos que há maior concentração de meninas mães no estado do Amazonas, com 8,1%, em seguida no Maranhão com 5%, Goiás com 2,9%, Rio Grande do Sul com

⁴ Os dados nacionais não são comparáveis neste caso, pois a classificação etária de 10 a 14 anos se diferencia da utilizada nesta pesquisa.

2,6% e São Paulo com 1%. Estes dados seguem a tendência das médias estaduais de adolescentes mães, sendo o Amazonas com maior percentual (9,6%), seguido do Maranhão (8,6%), Goiás (6,5%) e por fim Rio Grande do Sul e São Paulo (ambos 4,8%) (IBGE, 2012).

GRÁFICO 9

Proporção de meninas com filhos pelo total entrevistado em cada estado



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

1. COMO É A VIDA E O CUIDADO COM AS MENINAS?



S

er menina tem uma dimensão simbólica que está atrelada às diferentes experiências de vida e às relações que ela estabelece em sua caminhada. Essas relações, sejam com pessoas ou com ambientes que ela frequenta, estabelecem sua percepção sobre si e sobre sua capacidade adaptativa em cada cenário.¹ Por isso, conhecer quem são as pessoas com quem ela interage e em quais ambientes torna-se uma importante dimensão analítica para compreendermos o que é ser menina. **Em casa, na escola ou na rua, ser menina pode ser muito diferente.**

Ao consultarmos as meninas sobre seus principais ambientes de convívio, e os “personagens” com quem interagem, entendemos que o ambiente no qual elas passam mais tempo e onde estabelecem os vínculos mais profundos é sua casa. Além de ser naturalmente a primeira hipótese, o contexto da pandemia do COVID-19 aumentou ainda mais o tempo que passam dentro de casa, convivendo com seus familiares. Outros ambientes frequentados por elas são a escola (agora em ambiente online), a comunidade religiosa, a rua (ao realizar atividades como ir ao mercado, à farmácia ou à casa de amigos) e em grande parte o ambiente da internet, entendendo que este passa a ter grande relevância no cotidiano dessas meninas². Com menor frequência foram citados cursos profissionalizantes e ambientes de trabalho remunerado.

De acordo com as meninas ouvidas nos grupos focais, o ambiente doméstico é no geral um ambiente onde elas se sentem “seguras” e “cuidadas”. As meninas relatam ser um ambiente de “união” e

1 *A perspectiva de cruzamento de informações não apenas pelos marcadores sociais (gênero, raça, classe) mas também pela relação com diferentes ambientes dá à pesquisa um caráter mais realista da vida das meninas e sua interação com a percepção de si, a depender das interações experimentadas. Segundo Erving Goffman, “o real é sempre situado”, sendo uma dimensão pragmática, não filosófica. Isso quer dizer que toda a ação cotidiana ocorre em um ambiente, um espaço, a partir de uma interação com agentes externos e sob uma perspectiva, um olhar, do espectador (NUNES, 2009). Oportunamente encontramos evidências que o “ser menina” doméstico não é o mesmo na rua (na relação com amigos ou estranhos), ou na escola (na relação com professores e tutores), sendo os papéis de gênero desempenhados em cada um desses ambientes de forma singular.*

2 *Ainda na perspectiva da Sociologia do Cotidiano, consideramos fundamental a inclusão de um ambiente virtual com status de “espaço” simbólico de interação, uma vez que a geração de meninas estudadas está exposta à realidade virtual constantemente, inclusive por conta da pandemia do COVID-19. O uso de filtros de imagem, recortes de realidades, ambientes com avatares entre outros aspectos, dão ao “ser menina” atual uma outra dimensão importante de análise que constrói um universo simbólico que é carregado para os demais ambientes de interação. Essa resignificação da identidade, segundo Castells, reconfigura necessariamente as práticas do dia a dia (CASTELLS, 2010, p. 185). De certa forma Goffman já apontava que a construção simbólica do indivíduo passa por suas escolhas de “equipamentos” simbólicos de imagem (GOFFMAN, 2001, p.41).*

“segurança”, tanto na relação com mãe, quanto com pai, padrasto, irmãos ou irmãs. Um aspecto importante para o aprofundamento no cuidado e no convívio familiar é a compreensão dos papéis sociais e responsabilidades que os diferentes sujeitos assumem na vida cotidiana das meninas. De acordo com os dados, observamos a centralidade do papel materno no ambiente doméstico como um todo. **A mãe é apontada pelas respondentes como principal responsável** em todos os aspectos consultados: desde a responsabilidade pela família (63,1%), pelo cuidado no dia a dia (61%), pela contribuição financeira para o sustento da casa (43,8%) e pelas decisões sobre as questões mais relevantes na vida da menina (56,3%). Verificamos também que **o pai é o segundo mais citado** pelas meninas em dois aspectos: como principal responsável da família (25,3%) e pela contribuição financeira para o sustento da casa (38,5%). Esta realidade também se mostrou presente na pesquisa Por Ser Menina 2014, na qual *“as meninas/adolescentes indicaram a mãe como principal cuidadora, em 76,3% dos casos. O pai aparece em segundo lugar, com percentuais bem menores (26,8%)”* (PLAN INTERNATIONAL, 2014, p. 47).

O ambiente doméstico também é um ambiente de muita cobrança, e isso se comprova nos dados. *“Em casa sempre tenho que provar minhas capacidades”* (16 anos, Grupo focal de São Paulo). As meninas são, desde muito cedo, responsabilizadas com o cuidado doméstico e de terceiros (principalmente irmãos menores), a tomarem decisões sobre seus estudos e futuro, tendo que, muitas vezes sem diálogo e amparo, garantir boas notas para si e para os irmãos, garantir a limpeza de todos os ambientes, banho e alimentação das crianças menores, fazendo um papel de gestão do lar de forma precoce.

“Pelas minhas irmãs eu acabei aprendendo muito cedo o papel de mãe porque minha mãe começou a trabalhar, então eu precisei cessar algumas coisas que meus irmãos faziam, que é brincar na rua. Eu gostava de fazer isso e eu então acabei tendo que cuidar da casa, dos meus irmãos e estudar, muito cedo. Eu vejo que minha irmãs me veem como um perfil de se espelhar muito mais do que minha mãe, por eu ter acompanhado elas desde o início e ter participado muito da educação delas.”

18 anos, grupo focal de Manaus

“Como meus pais são separados é meio isso: a gente pega o papel de segunda mãe. No meu caso fui mais privilegiada porque tinha nossa avó, mas à medida que ela vai envelhecendo eu vou pegando mais esse cargo. É engraçado porque sempre vai tendo uma mulher que vai aparecendo, uma vai substituindo a outra nesse cargo. No ensino médio sempre tinha que ter notas altas, melhor comportamento possível, para dar esse exemplo [aos irmãos] e eu não quis mais. Tanto que eu falei para o meu irmão, ‘não, eu não quero ser a mãe de vocês, quero ser independente aqui também’.”

19 anos, Grupo focal de Manaus

É possível afirmar que essa responsabilidade aumenta conforme a menina cresce. De acordo com as respondentes, à medida que atingem idades mais elevadas, elas também passam a assumir aspectos do cuidado no dia a dia, como ser responsável por si mesmas (44,7% das meninas entre 18 e 19 anos), e sobre a tomada de decisão referente às questões mais relevantes da sua vida (57,7% para a mesma faixa etária). Nesse último caso, a figura materna deixa de assumir a centralidade das decisões.

TABELA 5

Principais responsáveis pelas meninas por faixa etária

		Responsável pela família	Responsável financeiro	Responsável pelo cuidado no dia a dia	Responsável por decidir as questões mais relevantes da vida da menina
A própria menina	14 e 15	0,2%	0,1%	17,8%	13,1%
	16 e 17	0,8%	1,1%	21,9%	26,1%
	18 e 19	6,1%	4,4%	44,7%	57,7%
Pai	14 e 15	22,1%	38,8%	4,2%	9,8%
	16 e 17	26,4%	38,6%	4,8%	9,8%
	18 e 19	27,8%	37,8%	2,8%	6,4%
Mãe	14 e 15	66,4%	43,2%	66,8%	70,0%
	16 e 17	64,6%	46,1%	64,6%	59,0%
	18 e 19	56,1%	41,0%	47,4%	33,8%
Padrasto	14 e 15	1,0%	6,3%	0,2%	0,2%
	16 e 17	0,6%	3,7%	0,0%	0,1%
	18 e 19	0,6%	3,7%	0,2%	0,0%

		Responsável pela família	Responsável financeiro	Responsável pelo cuidado no dia a dia	Responsável por decidir as questões mais relevantes da vida da menina
Madrasta	14 e 15	0,2%	0,1%	0,6%	0,1%
	16 e 17	0,0%	0,1%	0,4%	0,0%
	18 e 19	0,0%	0,2%	0,3%	0,0%
Irmão Homem	14 e 15	0,3%	0,6%	0,2%	0,6%
	16 e 17	0,0%	0,6%	0,0%	0,1%
	18 e 19	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%
Irmã Mulher	14 e 15	0,7%	0,5%	0,7%	0,7%
	16 e 17	0,4%	1,2%	1,0%	0,6%
	18 e 19	0,3%	1,1%	0,2%	0,2%
Cônjuge	14 e 15	0,7%	0,6%	0,3%	0,2%
	16 e 17	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%
	18 e 19	1,2%	2,4%	0,8%	0,0%
Avó	14 e 15	4,7%	5,0%	6,3%	3,0%
	16 e 17	3,4%	3,4%	4,6%	2,1%
	18 e 19	3,8%	3,2%	2,0%	0,9%
Avô	14 e 15	1,4%	2,0%	0,1%	0,2%
	16 e 17	1,6%	2,2%	0,6%	0,2%
	18 e 19	1,8%	2,8%	0,8%	0,5%
Outros	14 e 15	2,1%	2,8%	2,7%	2,0%
	16 e 17	1,9%	2,4%	1,6%	1,7%
	18 e 19	2,1%	3,2%	1,1%	0,6%

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021

Quando olhamos para a dimensão territorial, os grupos focais apresentaram uma variação de como essas meninas são responsabilizadas pelo cuidado, sendo nas cidades da região Norte onde elas expressam uma percepção de maior cobrança para realizarem um papel “materno” dentro da família, especialmente em função da necessidade das mães estarem fora, trabalhando (muitas vezes em mais de um emprego) e serem mães solo. Isso se comprova nos dados quantitativos especialmente para o **Amazonas, onde 3,3% das meninas respondentes declarou ser responsável por si mesma, o maior índice entre todas as regiões**, seguido de Rio Grande do Sul, com 2,6%, e Goiás, com 2,2%.

TABELA 6

Principal responsável pela família por estados

	Amazonas	Goiás	Maranhão	Rio Grande do Sul	São Paulo	TOTAL GERAL
A própria menina	3,3%	2,2%	1,4%	2,6%	1,5%	2,0%
Pai	24,8%	25,4%	22,9%	27,4%	26,1%	25,3%
Mãe	56,9%	61,8%	62,5%	63,2%	65,7%	63,1%
Padrasto	0,7%	0,4%	0,8%	2,0%	0,5%	0,7%
Madrasta	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Irmão	0,0%	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%
Irmã	1,0%	0,2%	0,6%	0,0%	0,5%	0,5%
Cônjuge	0,7%	1,3%	0,6%	1,0%	0,4%	0,7%
Avó	7,7%	5,1%	5,3%	1,6%	2,4%	3,9%
Avô	2,0%	0,9%	3,3%	0,7%	1,3%	1,6%
Outros	2,3%	2,2%	2,5%	1,6%	1,7%	2,0%

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Nota-se, ainda, que essa responsabilidade no Amazonas não atinge apenas as meninas de faixa etária mais elevada; no relato abaixo vemos uma menina de 14 anos que é responsável por 4 irmãos menores:

“É um pouco difícil pra mim que sou a única que faço sozinha em casa as coisas. A minha mãe ajuda às vezes, mas só quando ela está em casa. Ela trabalha toda hora e ela tem que estudar. Eu tenho 4 irmãos. 3 irmãs e 1 irmão. O mais novo tá aqui do meu lado agora, tá quieto um pouco. Eu acho às vezes meio difícil pra mim ter que estudar e cuidar deles tudinho. Eu tento toda hora, tento fazer tudo certo, apesar de ser bem difícil um pouco na escola. Os professores estão exigindo demais as tarefas e eu quase não tenho tempo pra fazer, tenho que cuidar dos meus irmãos o tempo todo, se eu deixar de olhar eles por um segundo eles viram um bicho aqui dentro de casa. Eu não sei como vai ser no futuro.”

14 anos, grupo focal de Manaus

Ao mesmo tempo em que se trata do principal ambiente de segurança e cuidado das meninas, **a casa também pode ser um ambiente carregado de conflitos, silenciamentos e punições**. Isto se manifesta claramente nas respostas sobre como as meninas são tratadas nos diferentes ambientes quando fazem algo que consideram errado. No ambiente doméstico, houve predominância nas respostas “conversam sobre o que aconteceu” com 64,6%, mas também práticas agressivas como “dão bronca/sermão” (67,8%), “gritam” (29,6%), “ameaçam bater” (13,2%), “colocam de castigo” (13,4%), “ameaçam colocar de castigo” (12,6%) e “batem” (5,5%), o que confere à casa um espaço multifacetado, onde a confiança e segurança se fazem presentes apesar das experiências de violência e maus tratos. Comparando os dados com a pesquisa anterior, mantém-se a tendência predominante dos responsáveis conversarem sobre o que aconteceu (57,1%), seguido de “bronca/sermão” (41,8%), “bater” (23,2%), porém as meninas maiores não são colocadas de castigo tanto quanto as menores (sendo este terceiro maior índice em 2014, com 27,5% das respostas) (PLAN INTERNATIONAL, 2014).

TABELA 7

Como as meninas são tratadas nos diferentes ambientes quando fazem algo que consideram errado

	Casa	Escola	Comunidade religiosa	Rua	Internet
Ameaçam bater	13,2%	0,2%	0,0%	4,0%	4,7%
Ameaçam colocar de castigo	12,6%	1,2%	0,4%	0,0%	3,3%
Conversam sobre o que aconteceu	64,6%	67,4%	40,1%	24,9%	32,3%
Gritam	29,6%	4,0%	0,5%	10,5%	5,3%
Batem	5,5%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%
Colocam de castigo	13,4%	1,9%	0,5%	0,0%	0,0%
Dão uma bronca/sermão	67,8%	36,4%	11,2%	18,9%	25,9%
Não fazem nada/ignoram	6,2%	9,4%	8,38%	34,3%	19,2%
Param de falar	12,5%	1,1%	1,51%	0,0%	12,6%
Dizem que não gostam mais	3,9%	0,2%	0,5%	0,0%	6,1%
Cancelam	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	26,3%
Não se aplica	1,2%	11,6%	48,3%	29,2%	23,9%

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

De acordo com os dados, a escola, a casa e a comunidade religiosa assumem os maiores percentuais de espaços onde os adultos responsáveis “conversam sobre o que aconteceu”, com respectivamente 67,4%, 64,6% e 40,1% das respostas. O mesmo não pode ser afirmado para as meninas de orientação

não-heterossexual: **quando recortados os dados pela orientação sexual das meninas percebemos que as meninas não-heterossexuais (soma das lésbicas, bissexuais, pansexuais e outros) recebem mais punições e tem menor espaço de conversar com os adultos sobre o que aconteceu** (especialmente nos ambientes doméstico, onde 58% das meninas não-heterossexuais conversam contra 68% das declaradas hétero, e religioso, onde 31% das meninas não-hétero conversam contra 45% das que de declaram hétero).

Os relatos de experiências de diálogo coletados nos grupos focais reforçam especialmente o ambiente doméstico como um ambiente contraditório, sendo o principal espaço de silenciamento da opinião da menina (em alguns casos por ser mulher, em outros por que não há abertura para o diálogo sobre os assuntos que lhe interessam), mas também **a figura materna aparece como principal referência de escuta e abertura para conversar sobre qualquer assunto.**

Há relatos de famílias em que isso se estende também à figura do pai, mas em todos os estados reforça-se que ainda é uma figura a ser cativada e muitas meninas empreendem esforços para conseguirem abrir diálogo com a figura masculina da casa. Entre os relatos, destacam-se o das meninas do Centro Oeste e Norte, com o uso de expressões como “meu pai é à moda antiga”, “meu pai é antigo no modo de pensar” e que por esses motivos elas apenas conseguem tratar com mãe e irmãs (aos) de suas questões pessoais.

“Aqui em casa eu sou bem aberta com a minha mãe, ela sempre tenta me ajudar, dar conselhos, falar sobre as coisas. Ela me ajuda bastante.”
15 anos, Grupo focal de São Paulo

“Na minha família não dá pra conversar, eles acham que as mulheres tem que casar, limpar, seguir um padrão, não dá pra impor o contrário em casa.”
15 anos, Grupo focal de Brasília

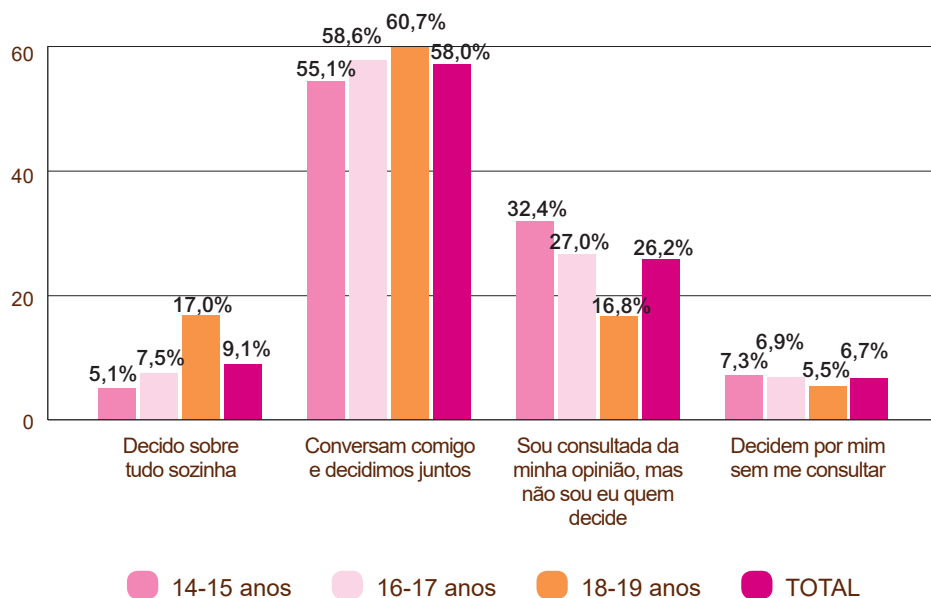
“Aqui em casa me sinto aberta com as minhas irmãs meu pai é antigo como forma de pensar.”
15 anos, Grupo focal de Formosa

“Sou filha única e meu pai, homem, se assume a moda antiga. Então ele tem esses pensamentos antiquados, bem estressantes. Ele é muito protetivo, é complicado eu sair, querer fazer alguma coisa fora de casa, fora do meu bairro, por exemplo.”
18 anos, Grupo focal de São Luís

Buscando compreender a escuta dos cuidadores na construção da autonomia das meninas em momentos importantes da vida, observamos que 58% das meninas responderam que os cuidadores “conversam comigo e decidimos juntos” (tendência de todas as faixas etárias) sobre os aspectos importantes de sua vida, ou seja, **mais da metade das respondentes participa das decisões**. Segue-se que 26,2% do total das meninas que são consultadas sobre a opinião, mas não são elas quem decidem (especialmente entre as meninas de 14 e 15 anos, com 32,4%). Nesta questão verificamos novamente que a idade é uma dimensão importante na tomada de decisão. Isto se materializa em 17% das meninas entre 18 e 19 anos que responderam “decido tudo sozinha”. Embora seja o menor percentual de respostas, vale destacar que 6,7% das meninas consideram que os cuidadores decidem sobre aspectos importantes da vida delas sem que sejam ao menos consultadas.

GRÁFICO 10

Como as meninas são tratadas nos diferentes ambientes quando fazem algo que consideram errado, por faixa etária



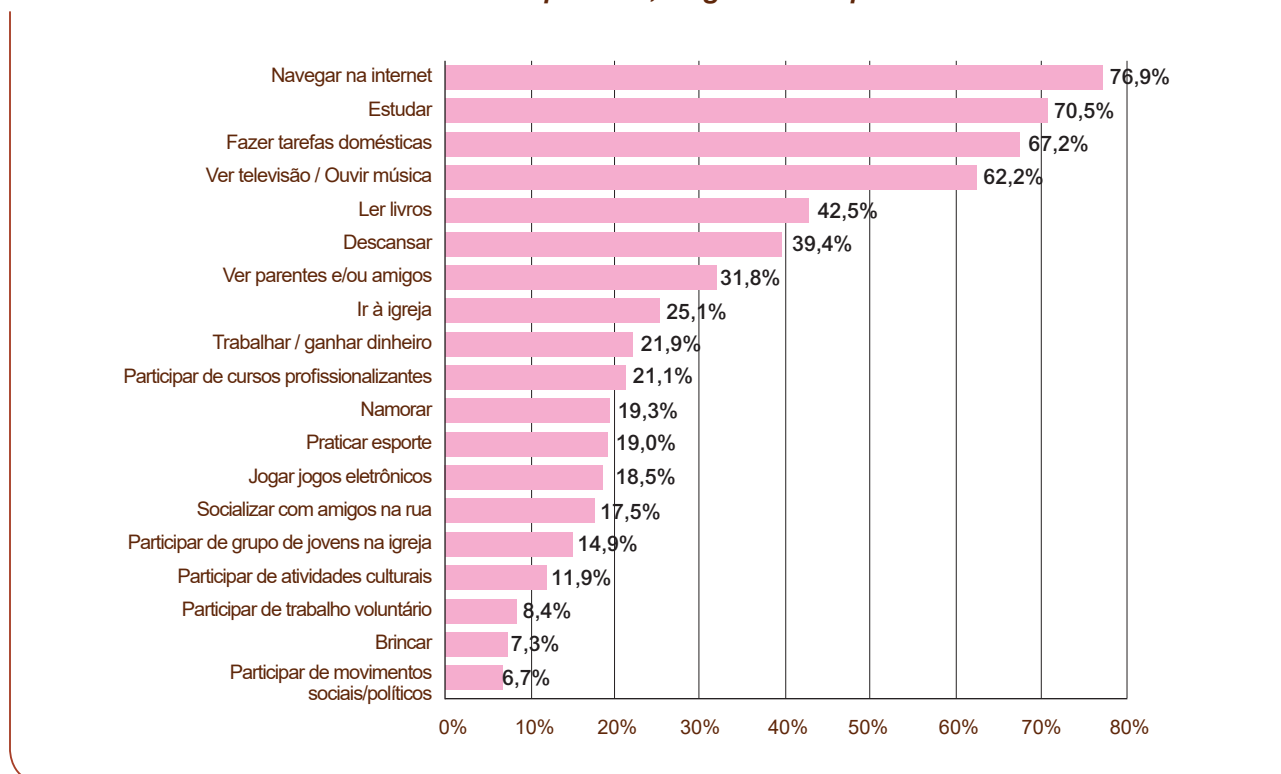
Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Quando buscamos compreender como é a vida e o cuidado das meninas, outro aspecto central é a divisão do seu tempo nas diferentes atividades que ela realiza. Diferentemente da pesquisa de 2014, em que havia uma concentração em atividades como assistir televisão (82,3%), ouvir música (67,3%), ler livros (53%) e brincar dentro de casa (55,3%) (PLAN INTERNATIONAL, 2014), as entrevistadas agora possuem outras atividades de interesse em função da faixa etária e migraram para um uso muito maior de redes e da internet como um todo. **Navegar na internet passa a ser a atividade realizada com maior frequência pela menina, segundo 76,9% das respondentes**, seguido de “estudar” (70,5%), “fazer tarefas domésticas” (67,2%) e

“ver televisão/ouvir música” (62,2%). Como últimas atividades, em apenas 6,7% das meninas “participam de movimentos sociais/políticos”, “brincam” (7,3%) e 8,4% “participam de trabalhos voluntários”.

GRÁFICO 11

Atividades realizadas com maior frequência, segundo respondentes



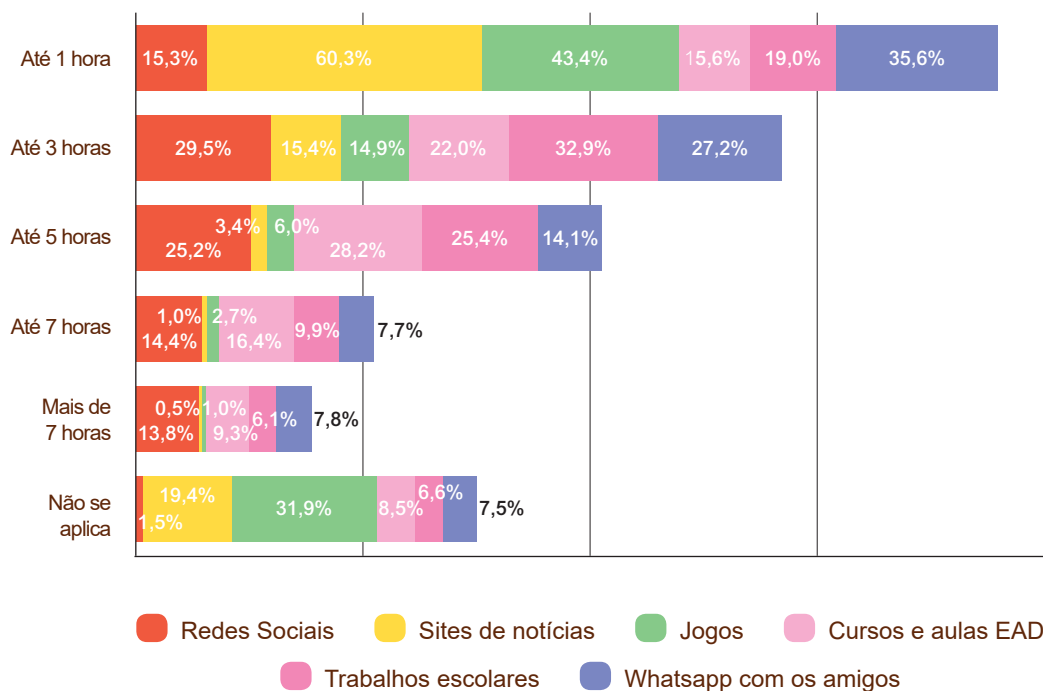
Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

As meninas entrevistadas, em geral, têm uma relação de domínio e proximidade com o ambiente da internet. Em virtude da pandemia de COVID-19, com a impossibilidade de circulação e isolamento social, este ambiente se tornou transversal e capilarizado no cotidiano das meninas, que passaram a estudar, se informar, interagir com amigos, buscar diversão e lazer no online. **De acordo com 83,4% das meninas, desde o início da pandemia houve um aumento do tempo em que elas passam na internet.**

Ao mesmo tempo, observamos que a depender da atividade realizada, há uma concentração maior ou menor de horas, com uma média de 3 a 5 horas para atividades como redes sociais (54,7%), cursos e aulas EAD (50,2%) e trabalhos escolares (58,3%). Já atividades como site de notícias, jogos e conversar no Whatsapp com amigas/os concentram as respostas de até 1 hora, com 60,3%, 43,4% e 35,6% respectivamente. Destaca-se ainda que as meninas que responderam que passam mais de 7 horas por dia na internet estão majoritariamente concentradas no uso de redes sociais (13,8%), diferentemente da pesquisa de 2014 em que a finalidade mais frequente era a realização de trabalhos escolares, seguida pelos jogos eletrônicos (PLAN INTERNATIONAL, 2014).

GRÁFICO 12

Gasto de tempo na internet (em horas) por atividade



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

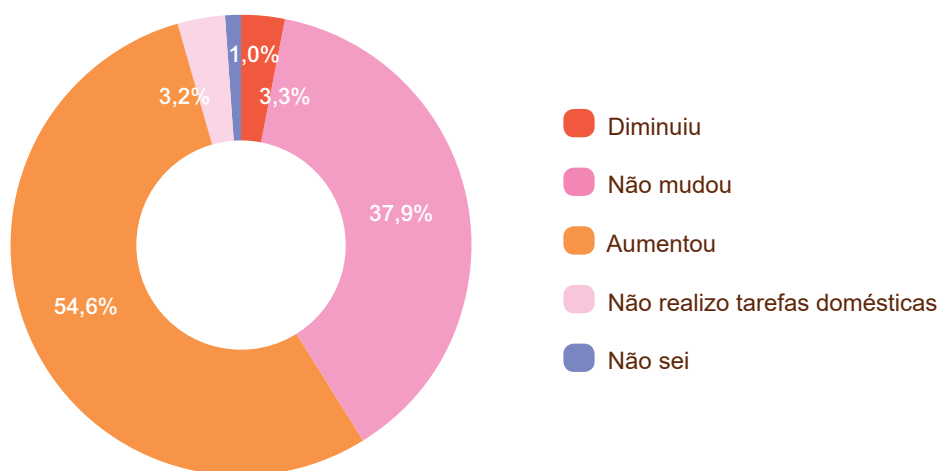
Além de confirmar a hipótese de que as meninas aumentaram seu uso de internet, buscamos também compreender se a pandemia impactou a quantidade de tarefas domésticas realizadas nesse tempo. **54,6% das meninas responderam ter aumentado sua carga de tarefas domésticas nesse período** e, de acordo com os grupos focais, isso se deu tanto pela maior dedicação ao ambiente doméstico quanto pela perda de parentes que assumiam essas funções junto a elas.

“Quando minha avó faleceu de Covid, as coisas ficaram mais difíceis. É como se eu não conseguisse me manter na escola, não conseguia cuidar direito dos meus irmãos, limpar a casa, enquanto minha mãe estava fora. E o que mais me chateou foi que ela [mãe] não entendeu, ela simplesmente queria que eu tivesse notas boas independente de tudo, que eu limpasse a casa independente de tudo.”

14 anos, Grupo focal de Manaus

GRÁFICO 13

Percepção sobre o tempo gasto nas tarefas domésticas que as meninas realizam em função da pandemia de COVID-19

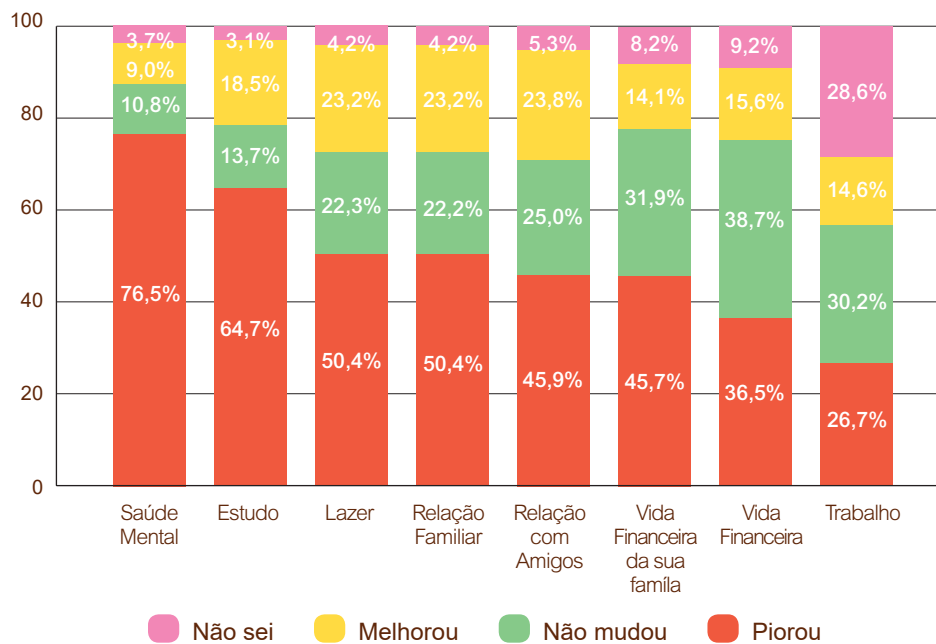


Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

No geral, as meninas relataram nos grupos uma piora significativa da sua saúde mental durante a pandemia, ficando evidente os impactos do convívio familiar excessivo (e a percepção de se sentir uma estranha em casa, pensar diferente dos seus pais), a falta de atividades de sociabilidade, o uso excessivo de telas e a sensação de solidão. De acordo com os dados, as meninas compreendem que houve piora na maior parte das dimensões analisadas, com destaque para a saúde mental (76,6%), seguido de estudos (64,7%), relação familiar (50,4%), lazer (50,4%), relação com amigos (45,9%), vida financeira da sua família (45,7%) e vida financeira (36,5%).

GRÁFICO 14

Percepção sobre a mudança na vida das meninas devido à pandemia de COVID-19



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

“Agora na pandemia tem sido difícil ser tão feliz quanto antes, acho que pra todos. Nós adolescentes precisamos de outras pessoas da nossa idade para conversar e se entender, socializar. A internet ajuda nisso, mesmo sendo um pouco distante.”

14 anos, Grupo focal de São Paulo

“A minha sanidade mental eu não sei onde ela tá, fugiu desde 2020.”

14 anos, Grupo focal de Manaus

“Meu psicológico desde que começou a pandemia tá ‘uó do borogodó’. Entrando na adolescência, tá tudo muito complicado.”

15 anos, Grupo focal de Manaus

Em contraponto, relatam majoritariamente que o cuidado com a saúde mental era algo não discutido nas famílias até a pandemia e muitas passaram a realizar algum acompanhamento terapêutico e ou psicológico neste período. *“Hoje em dia faço um acompanhamento, gosto muito, me sinto muito segura, desabafo sobre tudo que tá acontecendo, mas por causa dessa pandemia”* (16 anos, Grupo focal de Formosa). Destaca-se, no entanto, que algumas delas ainda não realizam nada e/ou buscam cuidar da saúde mental em grupos de oração ou religiosos.

2. COMO SE DÃO AS DIFERENÇAS ENTRE GÊNEROS NA VIDA DAS MENINAS?



TRATAMENTOS DESIGUAIS E PAPÉIS DE GÊNERO

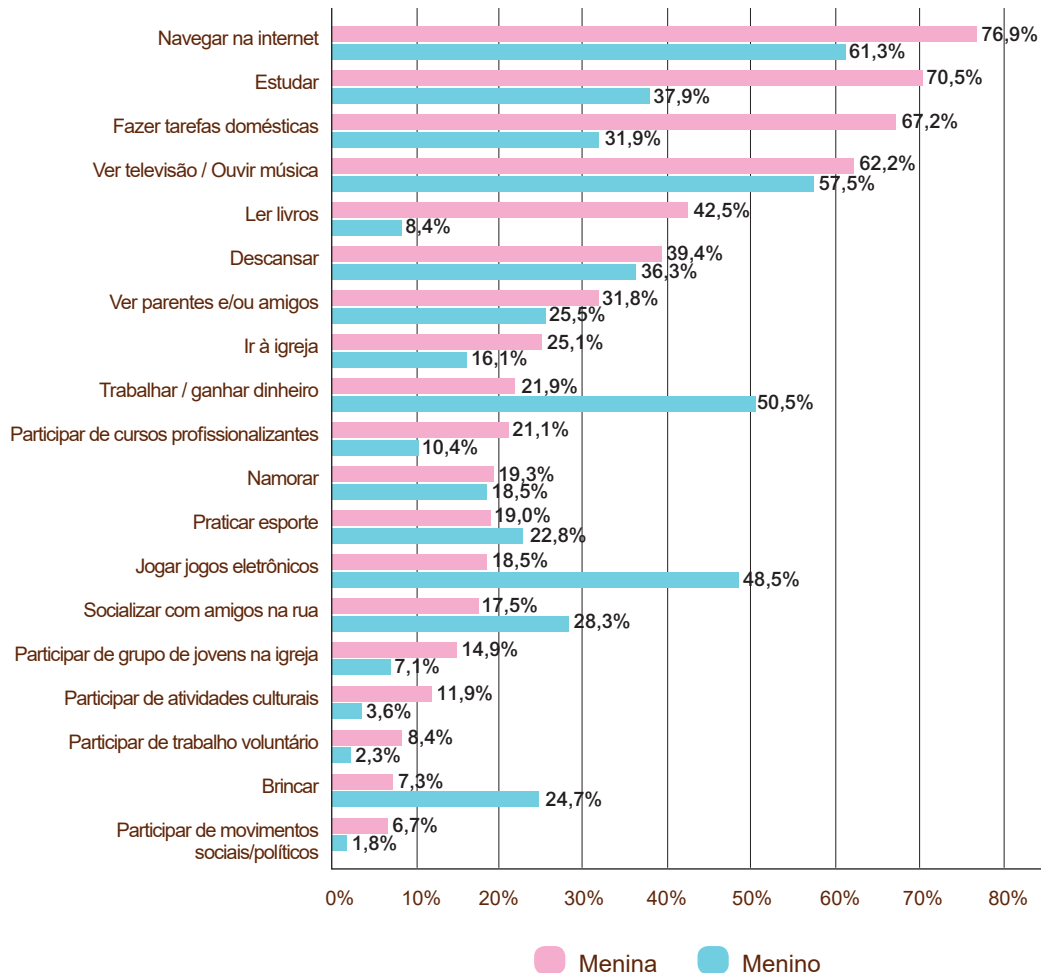
M

eninas e meninos são tratados de maneira diferente em função da construção social dos papéis a serem exercidos por homens e mulheres na nossa sociedade. Na dinâmica social marcada pelo machismo, patriarcado e outras opressões estruturais como o racismo,, espera-se das mulheres papéis de maior cuidado, organização doméstica e financeira, silenciamento de opiniões, enquanto aos homens são destacados papéis relativos ao mundo externo, como trabalhar, sair, ocupar a rua, além da permissão de fala e o exercício das liberdades (entendendo também que há diferenças para casos específicos de grupos mais vulneráveis, : como a comunidade LGBTQIAP+, meninos negros ou indígenas e outros). A distinção de papéis também está presente nas possíveis profissões que meninas e meninos podem almejar, o que afeta, por exemplo, a quantidade de mulheres que trabalham com tecnologia. A reprodução desses diferentes papéis tem início logo na infância, como verificamos na pesquisa Por ser menina de 2014, na qual a maioria das meninas nas idades entre 6 a 14 anos já possuíam responsabilidades na organização da vida doméstica. De acordo com a pesquisa, “elas vão desde tarefas s implis, como arrumar a cama (81,4%), até atribuições mais complexas, como cozinhar (41%), lavar (28,8%) e passar roupa (21,8%)” (PLAN INTERNATIONAL, 2014, p. 55).

Para a compreensão dessa diferença de gênero entre as meninas de 14 e 19 anos, a pesquisa 2021 capturou, na percepção das entrevistadas, a diferença de intensidade de dedicação nas atividades exercidas entre meninos e meninas como aspecto analítico fundamental. De início, **foi possível constatar uma concentração de atividades realizadas dentro de casa desenvolvidas em maior intensidade pelas meninas em comparação com os meninos**, como navegar na internet (76,9% meninas e 61,3% meninos); estudar (70,5% meninas e 37,9% meninos); fazer tarefas domésticas (67,2% meninas e 31,9% meninos) e ler livros (42,5% meninas e 8,4% meninos). Ao mesmo tempo, atividades de trabalho, sociabilidade e lazer, de ambiente externo, são desempenhadas em maior intensidade pelos meninos, como trabalhar/ganhar dinheiro (21,9% meninas e 50,5% meninos); brincar (7,3% meninas e 24,7% meninos); socializar com amigos na rua (17,5% meninas e 28,3% meninos); e praticar esportes (19% meninas e 22,8% meninos). Jogar jogos eletrônicos (18,5% meninas e 48,5% meninos) se enquadra como a atividade dentro de casa mais realizada por meninos que meninas.

GRÁFICO 15

Atividades realizadas com maior frequência pela menina e por pessoas do sexo masculino que convivem na mesma casa



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Na pesquisa qualitativa, procuramos compreender quais as diferenças entre ser menino ou ser menina, como elas percebiam essas diferenças, em todos os ambientes em que convivem e considerando as diferenças regionais. Constatamos que **o ambiente onde ocorre a maior diferenciação de gênero é a rua** e isso se comprova a partir da grande diferença entre o tempo despendido pelos meninos em atividades externas, como verificamos nos dados.

A **percepção das meninas sobre o ambiente da rua é que os meninos ficam mais seguros**, despreocupados e vivem esse espaço com maior liberdade e autorização dos pais. Já as meninas carregam uma insegurança constante, preocupação e medo relacionados à própria imagem, corpo, segurança física e direitos. Algumas meninas entendem essa restrição de acesso à rua por parte dos pais como cuidado, como em “talvez

os pais estejam protegendo as meninas do mundo de hoje, pois acontecem estupros e outras coisas” (18 anos, Grupo focal de Maués); outras como perda de direitos, gerando sentimentos de indignação, como em “não me deixam sair, me veem como frágil porque sou mulher” (16 anos, Grupo focal de Brasília). Essa percepção sobre o ambiente da rua se mantém em todas as regiões do país, sendo notório o enredo em que a insegurança no ambiente público justifica as restrições colocadas pelas famílias por elas serem meninas, como não andarem sozinhas à noite na rua.

“Parece mesmo que os meninos podem andar com mais liberdade, despreocupados, a gente anda com aquele medo, preocupada se vai acontecer alguma coisa.”

15 anos, Grupo focal de São Paulo

“Os meus irmãos vão pra rua de boa, eles nunca ficam com medo de serem assediados.”

15 anos, Grupo focal de Manaus

“Os meninos não precisam andar com medo na rua, de ser estuprado, tá ligado? É tipo isso.”

16 anos, Grupo focal de São Paulo

“O único risco que o homem corre na rua é ser assaltado. A gente corre risco de ser assaltada, estuprada, sequestrada.”

16 anos, Grupo focal de Cachoeirinha

“O menino tem liberdade pra muita coisa que menina não tem. Exemplo clássico: andar com uma roupa mais curta vai ser chamada de várias coisas, vai ser culpada, enquanto o menino vai ser o tal.”

18 anos, Grupo focal de São Luís

“Não posso sair na rua sem meu irmão, mesmo sendo mais velha que ele.”

17 anos, Grupo focal de Brasília.

“Tem vez que meu irmão sai, não tem hora pra voltar, nem avisa que saiu e de boa. e quando a gente sai e demora pra voltar aí já brigam com a gente.”

16 anos, Grupo focal de Formosa

Quando a rua é ocupada pelas meninas, isso normalmente ocorre, mais tempo enquanto é apenas na percepção delas, com muito esforço e luta por parte das interessadas. No entanto, o relato de satisfação com o ambiente aumenta quando ele é ocupado de maneira mais igualitária.

“Na minha rua sempre teve muito mais menino do que menina. Então a gente sempre se sentia acuada de brincar com os meninos. Mas hoje em dia a gente já tá muito mais na rua. Hoje a gente já tem mais nossa voz, então se a gente quer brincar de futebol, vôlei, a gente vai e eles chegam também. Quando a gente faz time, sempre tem que ter meninas nos times, porque a bola é nossa. Se eles não colocarem a gente no time, não tem jogo.”
18 anos, Grupo focal de São Luís

O segundo ambiente com maior diferenciação de gênero, de acordo com as meninas participantes, é o ambiente doméstico. De acordo com os dados quantitativos, **as meninas realizam o dobro de tarefas domésticas que os meninos**, sendo a terceira atividade que as meninas despendem mais tempo, enquanto é apenas a sexta atividade que os meninos despendem mais tempo.¹ O relato das meninas sobre o tema varia também de acordo com a região, não tanto nos números, mas na forma como meninos e meninas são tratados de forma diferente pelos pais. **Há, portanto, nuances culturais regionais no entendimento do que são papéis de gênero.**

No Sudeste há uma certa diversidade de experiências em relação aos afazeres domésticos. Quando se trata da vivência com as gerações mais velhas, avós, por exemplo, a tendência é um padrão de comportamento em que os afazeres domésticos são mais esperados e cobrados das meninas. Há uma separação preconcebida do que é coisa/responsabilidade de menina e de menino e as tarefas domésticas (lavar, cozinhar, passar, arrumar, limpar) ficam com as meninas/mulheres, enquanto os meninos/homens ficam mais soltos, brincando, se divertindo, bebendo. Existem também relatos de casas onde só a mulher

¹ Isso reforça uma tendência nacional de gênero, confirmada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2018) em que mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais às dos homens. De acordo com os dados, as mulheres gastam 18,5 horas por semana nestas tarefas, enquanto os homens 10,3 horas. Quando comparamos os não ocupados, constatamos que as mulheres dedicam 23,8 horas, contra 12 horas empregadas pelos homens (PNAD, 2018).

adulta, mãe, cuida dos afazeres domésticos e as filhas não contribuem, evidenciando uma questão geracional e de gênero associadas, especialmente em São Paulo.

“Aqui em casa somos duas mulheres e um padrasto.

Minha mãe manda ele limpar a casa, fazer comida, ele tem que fazer essas coisas. Mas na casa do meu sobrinho acontece diferente: a sobrinha do meu tio tinha limpado a cozinha toda e ele foi lá comeu, sujou tudo e deixou tudo lá jogado, eu fico indignada.”

15 anos, Grupo focal de São Paulo

“Aqui em casa tenho um irmão mais velho e já ouvi várias vezes que os afazeres têm que ser meus porque eu sou menina. A gente consegue ter acordos, conversas, mas mesmo assim sempre tem uma cobrança maior. Por exemplo, meu quarto sempre tem que ser mais limpo, porque eu não sei.”

17 anos, Grupo focal de São Paulo

“Em casa é tudo bem dividido, somos eu minha irmã, mãe e pai. Quando estou na casa da minha avó, às vezes tem 9 pessoas na sala, homens e mulheres, e fica só ela na cozinha fazendo tudo. Ela é a última a sentar, são homens e mulheres [adultos] e ninguém levanta e vai ajudar. Eu e minha irmã começamos a perceber e começamos a ajudar.”

18 anos, Grupo focal de São Paulo

“As tarefas domésticas caem sobre mim e a minha irmã, mesmo tenho 2 irmãos homens.”

15 anos, Grupo focal de São Paulo

Nota-se um padrão diferente em Jacareí, único município dentre todos os 10 participantes da pesquisa onde as meninas relatam de forma unânime ter uma divisão mais equilibrada de tarefas com os homens da casa. O mesmo não se comprova em relação a comportamentos esperados entre meninos e meninas, mostrando que nem sempre a desconstrução dos padrões vale para todas as camadas de interação social na família. *“A menina é mais preservada, as mães puxam mais os pés das meninas, por*

ser menina. O menino não tem nada a ver, ele pode sair a hora que quiser. Acho isso totalmente errado.”
(14 anos, Grupo focal de Jacareí)

“Aqui em casa a gente também divide as tarefas, todo mundo faz tudo. Moro com minha irmã, minha prima mais velha, minha mãe e meu pai. Cada um tem um horário que fica em casa e faz as tarefas.”
15 anos, Grupo focal de Jacareí

“Aqui em casa só eu e meu padrasto que fazemos as tarefas de casa, porque minha mãe sai pra trabalhar e chega muito tarde. É bem dividido, às vezes ele até faz mais do que eu.”
16 anos, Grupo focal de Jacareí

“Aqui em casa é do mesmo jeito das meninas, é tudo dividido.”
15 anos, Grupo focal de Jacareí

Já no Norte, Nordeste e no Centro Oeste, as meninas percebem a diferença do tratamento e das obrigações, que são distribuídas de forma desigual em função do gênero, com um sentimento de indignação e de impotência frente ao *status quo* que vivem. Para as mulheres mais velhas não há aceitação de que meninas tenham mais liberdade, privacidade ou qualquer “privilégio” em relação aos meninos na mesma casa. Para os homens da casa (pai, padrasto, irmãos mais velhos) é papel das mulheres realizar todas as tarefas, e isso foi destaque unânime dos grupos destas regiões

“Desde criança temos que seguir padrões, como limpar a casa. É muito diferente do meu irmão, por exemplo.”
15 anos, Grupo focal de Brasília

“Uma vez um tio disse que eu era preguiçosa, e que era função minha limpar enquanto os homens só ficavam olhando. Por causa do Machismo.”
15 anos, Grupo focal de Manaus

“Aqui em casa meu pai às vezes fala que o dever de casa é só da mulher.”

16 anos, Grupo focal de Formosa

“Na nossa vila a questão mais evidente é das tarefas domésticas. É mais evidente a desigualdade entre meninos e meninas. Sempre que você vai numa casa você vai ver uma menina lavando louça, varrendo e o menino lá, sem fazer nada.”

18 anos, Grupo focal São Luís

“Menino sai a hora que quer, volta a hora que quer, não dá muita explicação onde vai. Agora a menina tem que se explicar sempre, tem que se vestir comportada, não pode namorar nova, menino pode.”

16 anos, Grupo focal de Codó

“Mãe bloqueia muita coisa que menina não pode fazer e menino pode fazer, (...) os meninos podem sair, não tem horário de chegar e as meninas tem que ter horário pra chegar.”

16 anos, Grupo focal de Formosa

Nessas regiões, as meninas relatam a necessidade de empenhar muita força e energia naquilo que querem realizar para ter alguma chance de concretização. Essa tendência ocorre especialmente onde a imposição doméstica é muito forte e elas precisam debater sobre o assunto para mudar a situação, desconstruir padrões antigos (até sobre outros temas, como racismo e homofobia). Há um sentimento de indignação que passa em alguns relatos por uma consciência maior do problema estrutural.

“Uma coisa que eu tive que fazer radicalmente foi o meu irmão, ele esperava por mim pra fazer comida pra ele, só que ele já é mais velho, ele tem 14 anos. Ele podia fazer a própria merenda dele, já tinha condições de fazer sozinho. Eu passei a fazer só para minhas irmãs que são muito novas e pra mim. E se ele quisesse merendar ele teria que ir na cozinha e fazer. Ele acabou vendo que se ele não se levantasse e fizesse a própria merenda ele ia ficar com fome. Foi uma das coisas que eu consegui mudar.”

18 anos, Grupo focal de Manaus

“Meu irmão tem 12 anos e já podia fazer as coisas, mas na cabeça dela [mãe] homem nunca faz nada direito e eu tinha que fazer sozinha porque eu sou mulher, só que isso é totalmente ridículo, porque assim como eu consegui fazer ele também poderia. Eu vejo o quanto a sociedade é muito machista nesse ponto, como se a mulher fosse uma máquina e não pudesse parar pra respirar nem um pouco.”

14 anos, Grupo focal de Manaus

No Sul, existem situações em que a mulher é barrada e privada de suas liberdade e direitos para favorecer o desenvolvimento e a vida de outros homens do núcleo familiar, esses relatos são válidos tanto para as meninas quanto para as mulheres adultas da família. Além disso, **os relatos mais carregados de julgamentos às mulheres estão nos grupos focais do Sul.**

“Meu pai, por trabalhar, ele não consulta minha mãe, ele toma as decisões e muitas vezes nem pensa sobre a opinião da minha mãe. Nesses 19 anos eu vi a minha mãe servir o prato do meu pai. Ele não serve o próprio prato. Ele acorda às 5h da manhã para trabalhar e ela tem que levantar junto se não ele não faz café. Ele cozinhou 1 vez em 20 anos de relação. Só minha mãe faz as coisas em casa, só minha mãe cozinha, limpa, por ser mulher.” -
19 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Meu pai já falou várias vezes que eu tinha que aprender a cozinhar, cuidar da casa, porque se não nenhum homem ia me querer.” -
19 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Eu tinha uma colega que os pais dela tem um supermercado e ela é a única, de três irmãos, (outros dois meninos) que teve que parar de estudar, porque os dois irmãos dela queriam jogar bola, entrar naquelas escolas e ela teve que parar de estudar para assumir o supermercado. Eu achei isso super errado, porque tão privando ela de um direito básico, que é educação.” -

16 anos, Grupo focal de Cachoeirinha

“Meu pai tinha falas machistas. Disse, quando eu tinha 10 anos, que se eu comesse muito ninguém ia querer namorar comigo porque eu ia ficar gorda. Por eu ser mulher, não quer que eu saia muito, quer me prender.” -
19 anos, Grupo focal de Porto Alegre

Apesar desses fatores, verificamos, em alguma medida, que **no que diz respeito às tarefas domésticas há um movimento em todos os estados, tanto das meninas como de outros membros da família, para uma distribuição mais igualitária**. No Sudeste, por exemplo, constatamos uma amostra considerável de meninas que experimentam dentro de casa uma divisão de tarefas com outros familiares, incluindo irmãos, pai ou padrasto. Já no Norte e Nordeste a percepção das meninas sobre os papéis de gênero começa a mudar a respeito dos afazeres domésticos e a mobilizar ações concretas de mudança. As meninas relatam que os meninos hoje também participam das tarefas, às vezes em menor grau e respaldados pela figura do pai, mas não há exclusividade de responsabilidade a respeito das tarefas em função do gênero. Já no Centro Oeste e no Sul, percebemos a consciência entre as meninas, porém uma

sensação de impotência diante dos fatos. *“Minha mãe sempre coloca ele [irmão] pra encher o filtro, varrer a varanda e outras coisas. E acho bom pra que ele entenda que os afazeres domésticos não é só das meninas”* (16 anos, Grupo focal de Codó).

A diferenciação de gênero também é percebida no ambiente escolar. **Enquanto estudar é a segunda principal atividade realizada pelas meninas, é apenas a quinta na escala de prioridade dos meninos.** As meninas relatam sentir uma diferença no tratamento entre gêneros pelos professores e diretores, especialmente em relação ao uso de uniforme e atividades físicas.

Depoimentos dos grupos focais apontam para um **despreparo das escolas para lidarem com as questões do desenvolvimento do corpo na adolescência.** Para as meninas essa temática ainda é permeada de contradições, repressões e culpabilização. Reclamam que a proibição do uso de roupas de verão, que mostram parte de pernas, braços e ombros, é exclusiva para as meninas. Esse aspecto do uniforme é particularmente mencionado mais vezes pelas meninas que residem em cidades quentes, mas é apontado por todas as regiões de forma unânime.

“Na aula de educação física os meninos podiam ir de bermuda e as meninas tinham que ir de calça e não podia usar regata. Os meninos podiam ficar sem camisa, afinal, calor.”
17 anos, Grupo focal de São Paulo

“Na minha escola não pode usar calça rasgada no joelho e dizem que não pode porque os meninos vão ficar olhando o joelho. Aí eu fico pensando ‘mas porque os meninos vão ficar olhando para o joelho?’ E o que que tem o joelho, sendo que os meninos vão de bermuda pra escola? Fico pensando sobre isso, pra mim não faz sentido isso. A diretora fala isso.”
15 anos, Grupo focal de Jacareí

“Na escola, a partir do 5º ano não pode mais usar short, saia e bermuda. Porque eles dizem que o corpo está mais desenvolvido e os meninos podem olhar. Então a gente tem que passar calor pros meninos não olharem pra gente.”
16 anos, Grupo focal de Cachoeirinha

“As meninas não podiam usar shorts e diziam que tinham professores que poderiam ficar incomodados de olhar nossas pernas e a coordenação também.”
18 anos, Grupo focal de São Luís

Tais regras são mantidas, segundo as meninas, pelas equipes pedagógicas (direção, coordenação e professores) que justificam que tanto para os alunos, quanto para os professores homens, ter que lidar com o corpo das meninas em desenvolvimento é desconfortável e difícil. *“Quem fala essas coisas sobre a puberdade dos meninos é sempre os professores e diretores”* (15 anos, Grupo focal de Jacareí). Existe o “tabu do joelho”, como nos depoimentos mencionados e a justificativa de que os meninos estão na puberdade e, portanto, não podem ver as partes do corpo das meninas (nem mesmo o joelho de um jeans rasgado). *“Eles dão sempre a desculpa de ‘os meninos estão na puberdade, as meninas têm que se comportar, os meninos estão naquela fase’”* (16 anos, Grupo focal de Jacareí). As meninas questionam e discordam da intervenção (não) pedagógica vinda da direção e do corpo de educadores e compreendem que a transição hormonal e biossocial dos meninos na adolescência não deve ser tratada como um problema das meninas, mas sim dos meninos.

Destacam-se entre esses relatos os das meninas do Sul, que enfrentaram situações muito desagradáveis por parte dos adultos e especialmente, vindas de outras mulheres, reforçando a percepção territorial anterior de que, **no Sul, as percepções das meninas enfatizam o julgamento moral e a liberdade de escolha atravessada por padrões sociais e familiares** que são reproduzidos tanto por homens como por mulheres das gerações antecessoras. Todas as meninas relatam proibição de usar shorts, roupas frescas no verão, inclusive na educação física.

“Uma vez eu coloquei uma camiseta do uniforme bem grande e o short, que ficou perto do meu joelho. A blusa ficava bem comprida e daí eu fui obrigada a trocar de uniforme porque disseram que eu queria me aparecer, como se eu tivesse sem short e tivesse só de blusa e calcinha, para os meninos sentirem vontade de tirar minha roupa. Uma coisa nojenta de ser dita por adultos, profissionais.”

14 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Na escola que eu estudava, no Ensino Médio, era dia de educação física e eu fui com um shorts saia de educação física. Fui chamada pela vice diretora e ela disse que tinha que trocar minha roupa. Perguntei porque se não tinha regras de vestimenta na escola. E aí ela disse que se eu fosse assediada com aquela roupa eu não teria direito de reclamar e que eu estaria pedindo para ser assediada por causa da roupa que eu tava usando. Ouvir isso de uma outra mulher, mais velha, diretora, que deveria me proteger, foi horrível.”

19 anos, Grupo focal de Porto Alegre

As meninas ouvidas pela pesquisa também relatam que a voz dos meninos é mais significativa na escola. Comportamentos dos professores como cobrar mais responsabilidade e estudos das meninas e “puxar o saco” dos meninos que não estudam muito e são menos comprometidos com a escola são citações recorrentes.

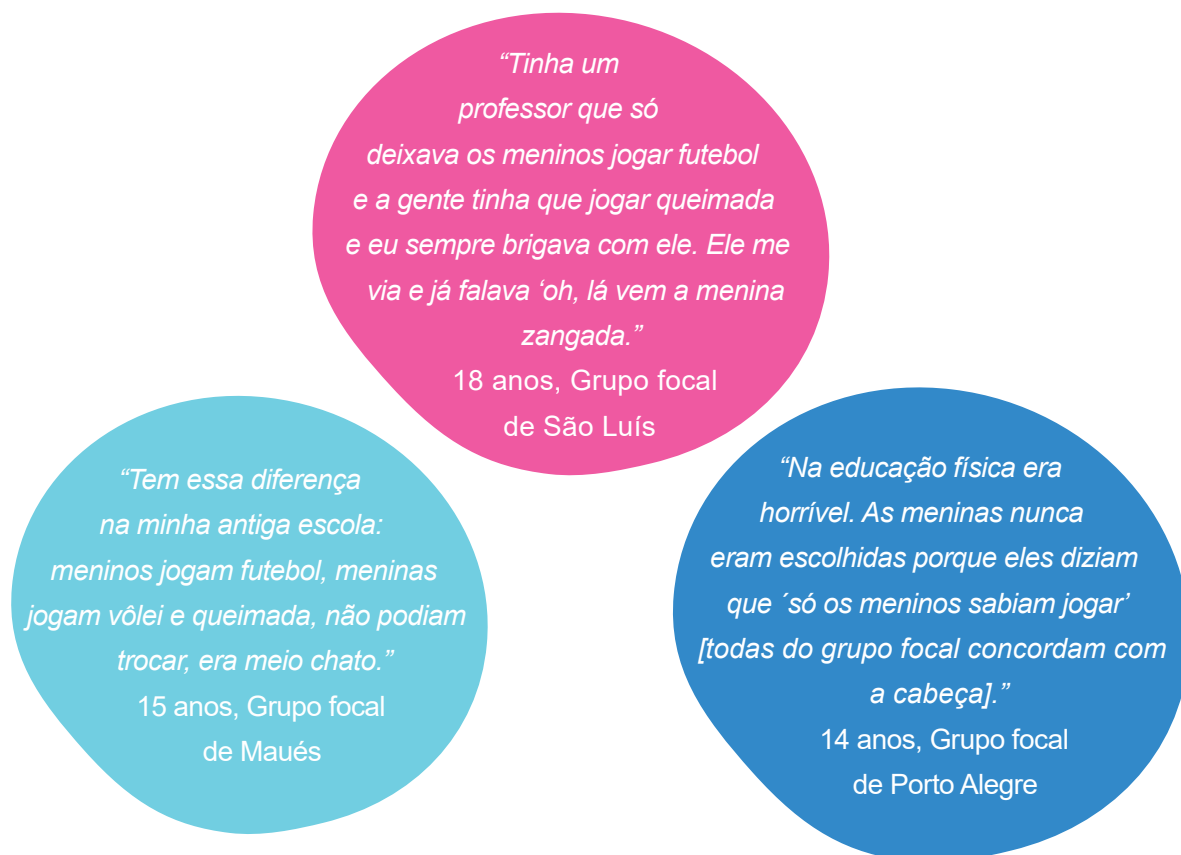
“Acho que na escola tem uma certa diferença: os professores puxam mais o pé das meninas, ‘tem que ser responsável, organizada, entregar os trabalhos’, tem uma exigência maior. Comigo é assim, pois sou muito estudiosa, então a cobrança é grande. Sempre estão no meu pé, querem saber o que estou fazendo. É um pouco cansativo, apesar de eu ser estudiosa, pois não puxam o pé dos meninos.”

15 anos, Grupo focal de Maués

De acordo com as respondentes, “brincar” e “praticar esporte” são ações mais realizadas pelos meninos do que pelas meninas. Isso está relacionado, na opinião delas, ao fato de que na escola há incentivos diferentes para meninos e meninas praticarem alguns tipos de atividades. Comparativamente, na

pesquisa de 2014, as meninas sentiam dificuldade de serem aceitas para o brincar por uma valorização negativa da sua “delicadeza”.

O futebol foi o esporte mais mencionado pelas meninas como “proibido” para o seu gênero, havendo relatos de escolas em que as meninas só jogam queimada e os meninos só jogam futebol. **Há inúmeras menções e relatos da falta de incentivo ao esporte para meninas**, da distribuição injusta do tempo de bola/quadra (mais tempo para os meninos que para as meninas) e do julgamento das meninas que gostam de futebol, praticam e jogam bem, como sendo “sapatão”, atribuindo um uso pejorativo e reducionista ao termo. Outros comentários quanto à prática do esporte foram *“eu joga futebol, já ouvi muitos comentários desagradáveis, fico desconfortável”* (15 anos, Grupo focal de São Paulo) ou *“os meninos julgam a menina porque quer jogar bola, as que tentam e ainda estão aprendendo, é julgada por aquilo”* (16 anos, Grupo focal de Formosa). Entre as diferentes justificativas dadas pelos professores do porque as meninas não podiam jogar futebol, foi mencionado “que machuca”, “que não podia atrapalhar o treino dos meninos”, que “esporte é coisa de menino”, “que as meninas não são capazes” e que “só os meninos sabem jogar futebol”, o que corrobora com o constante relato da falta de incentivo ao futebol feminino, colocando as meninas para jogar “queimada”, “vôlei” ou “correr na quadra”.



Dinâmicas contra-pedagógicas, de separar meninos contra meninas também aparecem nos relatos das participantes dos grupos focais, como *“ficam querendo fazer disputa pra ver quem é melhor, menino*

ou menina, acaba sendo desconfortante e chato né” (16 anos, Grupo focal de Formosa), o que cria um ambiente de pouca cooperação. Mas a percepção geral das meninas no que tange a amizade entre os gêneros é que os meninos estão aprendendo a lidar com as meninas de outra forma. Aqueles que buscam tomar atitudes mais ativistas são julgados, *“aquele menino que defende muito uma menina é considerado gado ou feminista*” (18 anos, Grupo focal de São Paulo), mas no geral as meninas dizem ter boas relações de amizade, de estarem elas mesmas conversando mais com eles para “abrir a cabeça” para as questões de gênero e mencionam, especialmente as meninas do Norte e Nordeste, que passaram a ser respeitadas depois de brigarem muito e que hoje os meninos as “protegem”. Apesar disso, os relatos de assédio são frequentes em todos os estados, enfatizando as questões do corpo, palavras como “gostosa”, passarem a mão no corpo sem consentimento, entre outros tipos de assédios.

Diferentemente da média, as meninas do Sul relatam especial falta de cooperação entre meninos e meninas, havendo uma reprodução, por parte dos meninos da sua idade, dos comportamentos machistas dos homens adultos, já mencionados anteriormente.

“Já aconteceu dos meninos pegarem celular de meninas, ver foto delas de biquíni e mandarem pra eles mesmos e depois para grupos. Já vi meninos mais velhos fazendo comparação de calcinhas de meninas, olhando a bunda pra ver quem tinha calcinha pequena e quem tinha calcinha grande.”

16 anos, Grupo focal de
Cachoeirinha

“Discussão dos meninos com as meninas, de coisas bárbaras, de direitos inegáveis que as mulheres têm, virarem tipo ‘vai lavar louça’, ‘quer direito, mas não quer ir para o exército’.”
18 anos, Grupo focal de Porto Alegre

No geral, percebemos que os relatos das meninas sobre as diferenciações de gênero se concentram nos anos superiores do ensino fundamental. Muitas relatam que “na minha escola antiga [fundamental anos iniciais] não tinha isso” ou o contrário “agora na minha escola nova [ensino médio] não tem isso de menino e menina”, mostrando como a faixa etária especialmente do desenvolvimento corporal das meninas é o principal ponto de desconforto. Em comparação com 2014, cuja amostra de meninas estava majoritariamente no fundamental anos iniciais, a maioria delas se sentia à vontade para expressar suas ideias dentro de sala de aula (72,3%), gostavam de ir para a escola (81,6%) e se sentiam bem estando lá (81,9%) (PLAN INTERNATIONAL, 2014).

O contraponto dessas relações de diferenciação de gênero está nos relatos de interação entre meninos e meninas em grupos religiosos ou comunidades. De acordo com as respondentes, as meninas participam muito mais dessas atividades que os meninos (praticamente o dobro), porém, nas interações, elas sentem não haver diferença no tratamento pelo gênero. Esse é o principal ambiente de interação das meninas na sua comunidade. Há hipóteses, das próprias meninas, do porquê dessa frequência ser maior no gênero feminino:

“Acho que os pais querem ver os meninos nos lugares públicos, tipo festa, jogar bola, fora de casa e os pais sempre querem manter as meninas ocupadas, mas que vai ajudar no aprendizado, como grupo da igreja, cursos como informática, participar de qualquer outra coisa que não seja na rua, liberto, que tenha a libertação de escolher.”
16 anos, Grupo focal de Codó

Nos grupos focais do Sudeste e do Norte não foram relatados casos de diferenciação de gênero nas igrejas, em especial em grupos de jovens. Ao contrário, os relatos das meninas do Norte destacam o senso de “comunhão” sem diferenciação. Já nos grupos do Centro Oeste, de base majoritariamente católica, relatam tratamentos machistas entre os meninos ou diferença no comportamento entre meninos e meninas no grupo, como em *“às vezes tem piadas machistas, com coisas sérias, por parte dos meninos”* (15 anos, Grupo focal de Brasília) e *“eu sinto que menina tem menos liberdade para falar. No meu grupo da crisma quem falava mais era os meninos. Eles falavam de tudo, as meninas ficavam mais fechadas de canto. Mas o tratamento era igual para todos”* (16 anos, Grupo focal de Formosa). Nos grupos do Nordeste, de base também majoritariamente católica, a principal diferença entre gêneros na comunidade foi associada à tomada de decisão, onde a maioria das meninas percebem que apenas os meninos decidem sobre as coisas.

“Na comunidade católica sou coordenadora de um grupo de jovens e os homens sempre querem tomar as decisões, mesmo as mulheres sendo a maioria.”

19 anos, Grupo focal de São Luís

“Na associação comunitária vejo uma desigualdade e preconceito com meninas e jovens nas reuniões. Falam que não temos opinião formada, os homens acabam tomando todas as decisões. Na igreja vejo diferença na música, os meninos sempre podem tocar os instrumentos e as meninas só podem participar da dança, no fim faz muita diferença, porque a gente também tem capacidade de fazer isso.”

18 anos, Grupo focal de São Luís

O desconforto de algumas meninas está associado mais aos valores pregados pelas igrejas do que à diferenciação de tratamento nos grupos. As meninas percebem que o papel que se espera da mulher em algumas comunidades é submisso e estreito diante de suas possibilidades, passando a questionar se elas querem ou não seguir tais doutrinas, sejam elas católicas ou evangélicas (não há relatos de meninas seguidoras de outras religiões de terreiro, ou afro brasileiras, e apenas um relato de menina espírita). Os relatos de insatisfação com o que a igreja prega vem especialmente das meninas do Sul (misto entre católicas e evangélicas) e em especial, meninas da comunidade LGBTQIAP+.

“Nunca me sinto confortável com a relação da igreja em relação à mulher. As igrejas evangélicas são muito conservadoras. Assisti uns cultos deles em que as mulheres tinham que se ajoelhar na frente dos maridos e sai correndo.”

18 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Eu nunca tive vontade de participar de grupo de jovens porque esses grupos são muito discriminatórios. Tinha uma amiga que é lésbica e o padre, quando soube, falou pra ela nunca mais ir. Eles fazem muitas discriminações aqui em Cachoeirinha, te julgam pelas tuas roupas, amigos, lugares que vc vai. Uma vez fizeram dinâmica de acolhimento, que de acolhimento não tem nada, numa época de festa que o pessoal mais novo começou a ficar com pessoas e os amigos iam e tiravam fotos pra zuar. Aí o pessoal da igreja imprimiu essas fotos, sem autorização das pessoas, colaram na parede e ficaram questionando se isso era amor a Cristo. Foi transformado em algo totalmente conturbado. Tinha um cara uma vez, na igreja, que queria opinar sobre questões de aborto e super ferrenho. E eu acho errado um homem opinar sobre aborto, porque não é o corpo dele. Ele não tem dimensão. E ele ficava julgando que Deus ia castigar e mandar para o inferno e nunca aconteceu nada com ele. Eu acredito que se ocorresse com ele, pensaria diferente.”

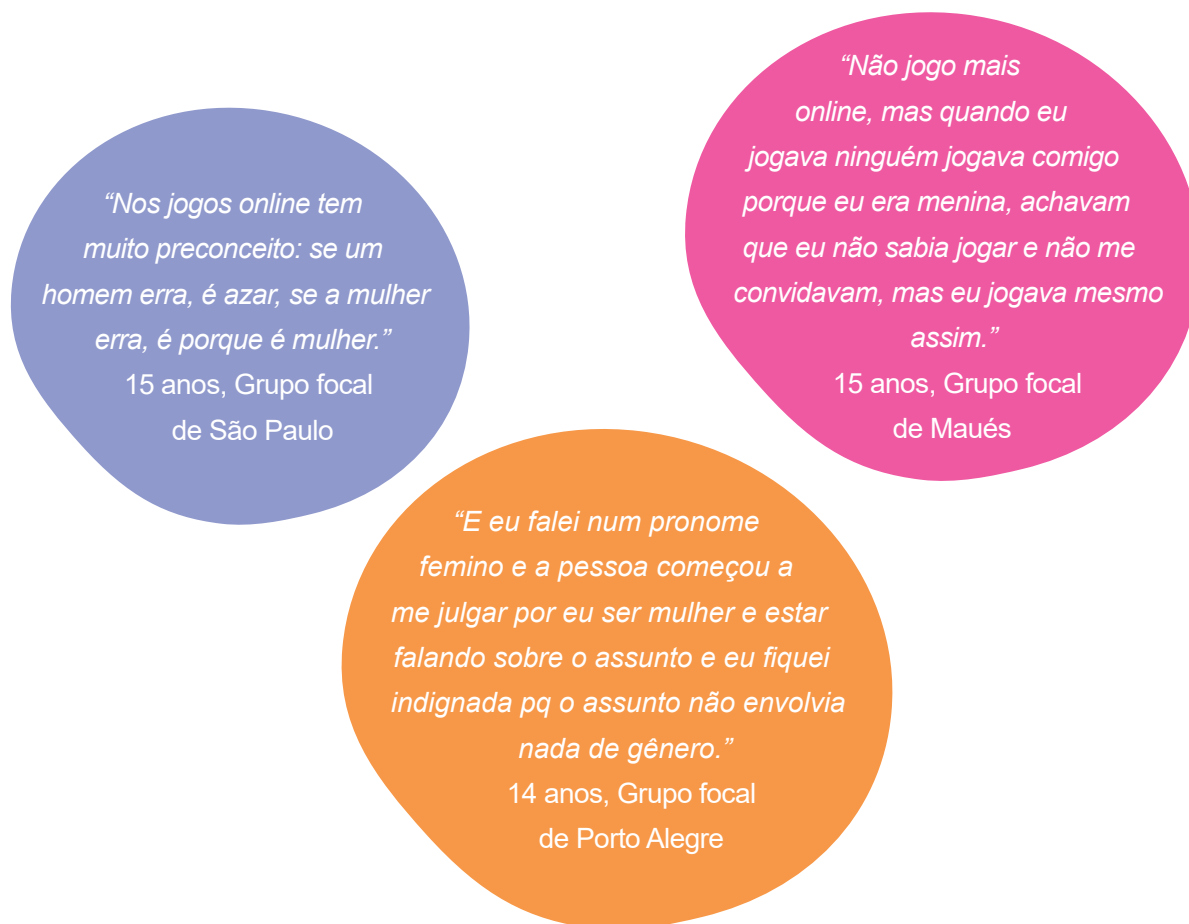
16 anos, Grupo focal de Cachoeirinha

Por fim, as meninas também relatam discriminação de gênero quando frequentam ambientes online, como redes sociais e jogos virtuais. Há uma clara diferenciação de como homens e mulheres são avaliados e julgados quanto à imagem que passam nesses ambientes. As meninas não têm liberdade de postar as fotos que querem por medo de serem julgadas por sua imagem e depreciadas com comentários desagradáveis, situação que elas acham ter menor probabilidade de ocorrer com os meninos. *“Um homem pode postar uma foto sem camisa, mas a mulher que posta foto de biquíni é julgada”* (15 anos, Grupo focal de São Paulo). E isso vale para julgamentos feitos tanto por homens quanto por mulheres.

Há ênfase à hipersexualização das mulheres na internet nos relatos dos grupos focais em todos os estados. As meninas sentem que são mais assediadas que os homens. *“A internet tem essa parte de mulheres sendo julgadas e insultadas, mas também somos induzidas a isso, tem muita sexualização, comentário de homens mais velhos, temos que se policiar e medir as palavras”* (16 anos, Grupo focal de São Paulo). Esse tipo de comportamento é reforçado pelos meninos, segundo as participantes, por uma questão de sociabilidade machista que está posta nas redes sociais, havendo um “comportamento esperado” por parte dos meninos para que ganhem mais “likes” e “views” nas suas interações. *“Os meninos preferem desrespeitar uma menina do que ajudar ela, pra ficar bem com os amigos. Meu irmão*

aprendeu muito isso e começou a ficar um nojo, aquele cara que objetifica as mulheres, sexualiza, ele aprendeu isso nos jogos online” (14 anos, Grupo focal de Manaus).

No mundo dos jogos online, semelhante à relação com o futebol da quadra da escola, as meninas são excluídas e sofrem preconceitos exclusivamente por serem meninas.



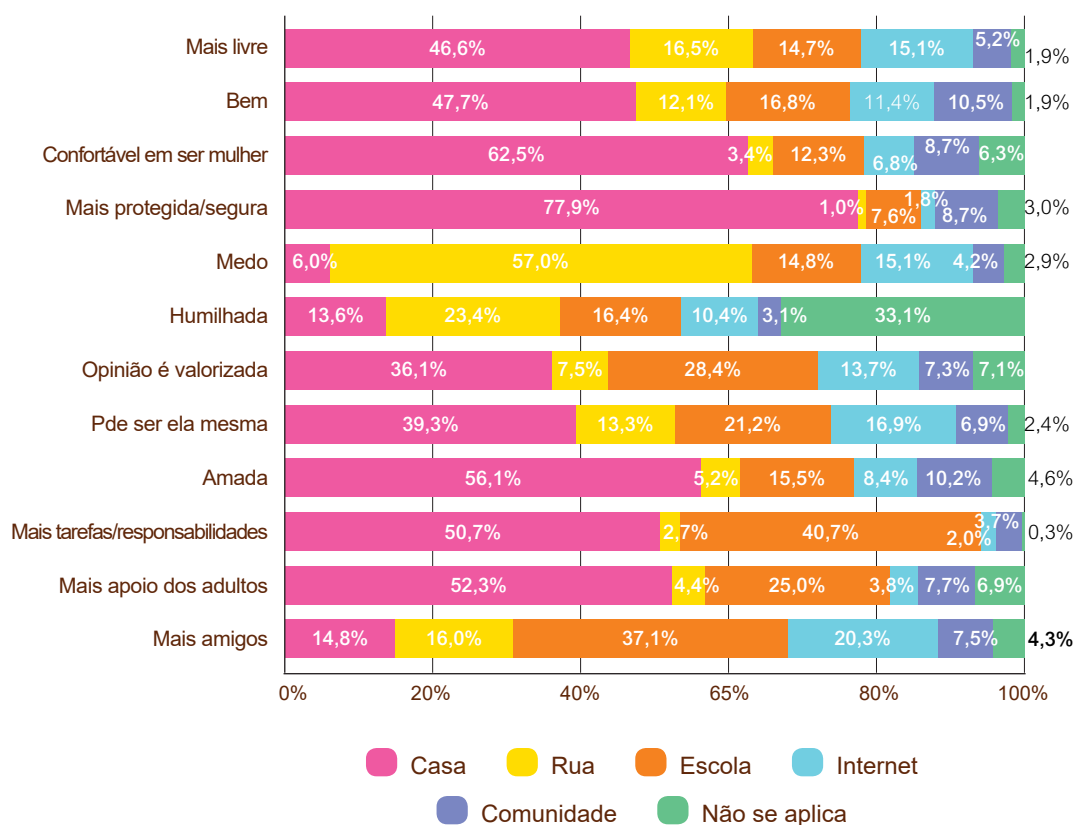
Ao mesmo tempo que o ambiente da internet é especialmente hostil para as meninas, comparável à rua, elas sentem que se trata de um ambiente de oportunidades para acompanharem as mudanças sociais ligadas aos direitos das mulheres e se unirem a posicionamentos com os quais concordam. *“Em relação aos movimentos das mulheres na internet, elas ficam bem unidas. Quando mexe com uma mexeu com todas. Às vezes tem uns exageros, mas é bem legal” (15 anos, Grupo focal de Manaus).*

Vemos, portanto, que ser menina é diferente em cada ambiente de interação, na convivência intergeracional e com pessoas do gênero oposto. Há diferenças percebidas especialmente em função de aspectos regionais e culturais, porém se aplicam a todas as meninas independentemente de recortes de raça ou faixa etária.

Ao consultá-las sobre como se sentem nesses diferentes ambientes, a pesquisa constatou que o lugar em que as meninas se sentem “amadas” (56,1%), “mais protegidas” (77,9%), “confortáveis” (62,5%), “mais livres” (46,6%), “bem” (47,4%), onde podem ser elas mesmas (39,3%) e onde sua opinião é mais valorizada (36,1%), é em casa. Também é em casa o ambiente em que elas dizem receber mais apoio dos adultos (52,3%), e onde têm mais tarefas/responsabilidades (50,7%), seguido da escola nos dois aspectos. **O ambiente em que as meninas sentem mais “medo” (57%) e onde são mais “humilhadas” (23,4%) é, disparado, a rua.**

GRÁFICO 16

Ambientes de convívio da menina e os principais sentimentos



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

3. COMO AS MENINAS VIVEM O IMPACTO DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO?



DIREITOS, VIOLÊNCIA, SAÚDE MENSTRUAL E SEXUALIDADE

As diferenças de tratamento às meninas por seu gênero impactam vários aspectos de sua vida. São barreiras que fazem com que as meninas tenham menos oportunidades que os meninos, que convivam com preconceitos e julgamentos por serem meninas e que acabam prejudicando o seu desenvolvimento até a adultez. Ao consultar as meninas dos grupos focais sobre quais as principais barreiras e dificuldades que elas enfrentam por serem meninas, encontramos alguns temas chave para compreendermos o que de fato impacta suas vidas quando o assunto são os papéis de gênero. Corroborando as análises do capítulo anterior, as meninas de todos os estados indicaram sofrer diversos tipos de **abusos e violências como principal barreira**, mostrando a vulnerabilidade em que se encontram na interação com adultos e com o gênero oposto. Essa visão já era percebida no estudo de 2014, quando “a vulnerabilidade à violência” foi um dos principais aspectos que fez com que as meninas entendessem como é ruim a experiência de ser menina. *“Muitas delas acreditam que uma maior possibilidade de sofrer variadas formas de violência (estupro, abuso sexual, pedofilia, sequestro, assassinato) está associada a atributos como a fragilidade feminina”* (PLAN INTERNATIONAL, 2014, p.43).

89,1% das meninas compreendem que homens e mulheres não têm os mesmos direitos garantidos na prática. *“As pessoas só começam a pensar nas mulheres, nos direitos, na igualdade das mulheres, quando acontece algo ruim”* (16 anos, Grupo focal de Jacareí). Tal aspecto segue a tendência de 2014, quando, apesar de 56% das meninas apontarem que os direitos se igualam, elas também reconheciam diferenças no campo das oportunidades (PLAN INTERNATIONAL, 2014).

No geral, relatos das meninas apontam para uma consciência do problema da desigualdade estrutural entre os gêneros, o qual elas identificam como algo que decorre *“das mulheres serem vistas como fracas, pois tem filhos”* (15 anos Grupo focal de São Paulo), *“por sermos vistas como objetos”* e por *“duvidarem da nossa capacidade”* (17 anos, Grupo focal de São Paulo), mas principalmente *“por nos imporem um papel desde que nascemos”* (16 anos, Grupo focal de Codó). Apesar disso, percebem que há um movimento de mudança, uma luta, um novo caminho a ser conquistado pelas mulheres e elas se sentem inseridas neste processo.

“Apesar de existirem muitas leis, nem todas são aplicadas.”

17 anos, Grupo focal de Brasília

“Vivemos em uma sociedade menos machista que antigamente, temos mais direitos, como voto, estudo, e temos como lutar mais e temos voz para buscar nossos direitos hoje. Tem vários lugares de debate, instituições que podem apoiar.”

17 anos, Grupo focal de Brasília

“Eu acho que isso é de muito tempo, o homem sempre tem que estar no topo, ser o chefe. Sempre foi essa desigualdade, agora tá mudando um pouco, mas sempre foi assim. Acho que agora nós mulheres estamos buscando nossos direitos, de ser igual, que podemos exercer trabalhos como homem. Acho que antes não tinha espaço para fala, agora tem.”

15 anos, Grupo focal de Jacareí

“Antes as mulheres eram obrigada a ficar abaixo dos homens, mas hoje as mulheres estão conseguindo tirar essa obrigação de ficar abaixo.”

14 anos, Grupo focal de Jacareí

“A sociedade impõe isso (papéis) na gente, mas de uns anos pra cá a gente tá fazendo o possível e o impossível pra mudar isso.”

16 anos, Grupo focal de Codó

“É doloroso saber que o mundo é assim, mas também acredito que um dia vai ter um grupo de mulheres ajudando mulheres a calar um pouco mais essa voz do machismo.”

18 anos, Grupo focal de Porto Alegre

Apesar disso, o menor percentual entre as atividades realizadas pelas meninas é o de engajar-se em movimentos sociais e/ou políticos (conforme visto no capítulo anterior). Embora não tenhamos este dado, a menor participação pode ser em razão das violências que as mulheres sofrem neste ambiente, além das razões mencionadas nos relatos acima.

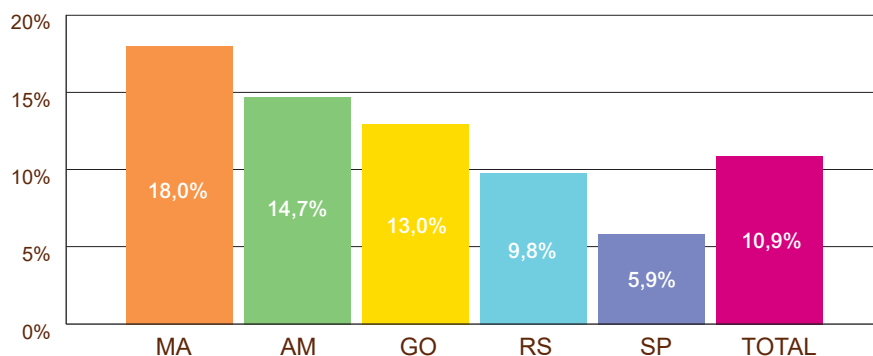
Olhando para a dimensão territorial, a percepção sobre a igualdade de direitos varia de acordo com a localidade em que essa menina reside: o menor percentual está em São Paulo, onde apenas 5,9% compreendem que os direitos são igualitários na prática; já no Maranhão temos o maior percentual, de 18%, seguido do Amazonas com 14,7%. **São Paulo, nesse sentido, destaca-se entre os grupos focais como os grupos de meninas com maior repertório e vocabulário sobre direitos e desigualdade de gênero.** Casos emblemáticos recentes foram mencionados pelas meninas, que acompanham pela internet os desdobramentos e abraçam campanhas nas redes sociais.

“Hoje temos que pensar até pra postar uma foto de biquíni, porque teve o caso da Mari Ferrer, que se acontecer uma coisa com a gente uma simples foto de biquíni pode ser usada contra nós, resultar num julgamento ou numa justificativa para você ter sofrido uma violência. Vai que acontece com a gente o tal de estupro culposo.”

16 anos, Grupo focal de São Paulo

GRÁFICO 17

Percepção das meninas sobre homens e mulheres terem os mesmos direitos na prática - por estado

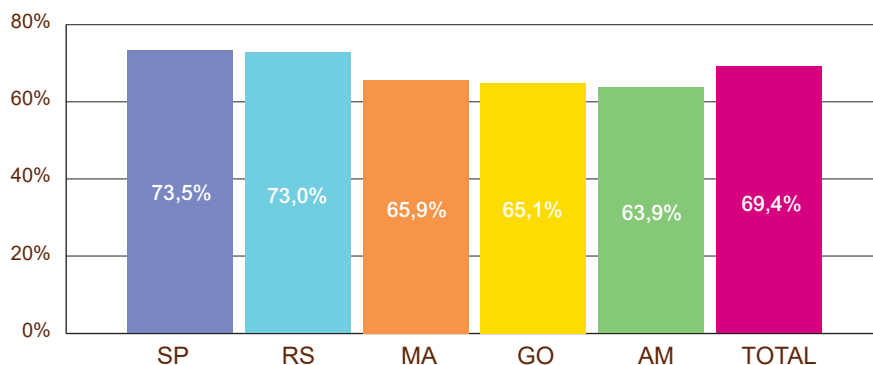


Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

69,4% das respondentes afirmam que já tiveram seus direitos desrespeitados por serem meninas. **São Paulo e Rio Grande do Sul apresentam os maiores percentuais** entre os estados, com 73,5% e 73% respectivamente. Na outra ponta, Amazonas, Goiás e Maranhão possuem os percentuais mais baixos, com 63,9%, 65,1% e 65,9% respectivamente, ainda assim configurando-se como percentuais altos, evidenciando que as meninas de todas as regiões do Brasil sentem-se desrespeitadas em seus direitos.

GRÁFICO 18

Meninas que já tiveram seus direitos desrespeitados por ser menina/mulher - por estado



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Destacou-se entre os grupos focais do Maranhão (em particular São Luís) o repertório e o vocabulário das meninas sobre os encaminhamentos, leis e órgãos para o caso de desrespeito dos direitos das meninas. Em ambos os casos (tanto São Paulo, cujas meninas destacam-se pelo repertório da leitura sobre o problema, quanto São Luís, onde se destacam pelo conhecimento dos direitos) há atuação da Plan International Brasil no território.

“Quando ocorre violência acionamos o órgão mais próximo, mas muitas vezes ignoram, ou quando aparecem não fazem nada. Moro na zona rural e às vezes as mulheres não têm conhecimento de seus direitos. Falta apoio. A violência no campo e a violência doméstica são muito fortes no Brasil.”

18 anos, Grupo focal
de São Luís

“Aqui no Brasil as mulheres sempre lutaram muito. Desde a década de 1920 temos lutas por esses direitos, como a Delegacia da Mulher e Marcha Mundial das Mulheres. Temos vários casos de mulheres violentadas e é muito difícil de lidar, precisa de ajuda para denunciar, levar, ajuda financeira... às vezes os órgãos públicos não funcionam, tem falta de atendimento, violência obstétrica, negligência do governo, apesar desses aparatos serem muito importantes.”

19 anos, Grupo focal
de São Luís

“Hoje em dia tem na cidade a Casa da Mulher Brasileira, que ajuda muito a acolher as mulheres que precisam, mas a nossa legislação, inclusive as leis feitas para mulheres e meninas, são feitas por homens.”

18 anos, Grupo focal de São Luís

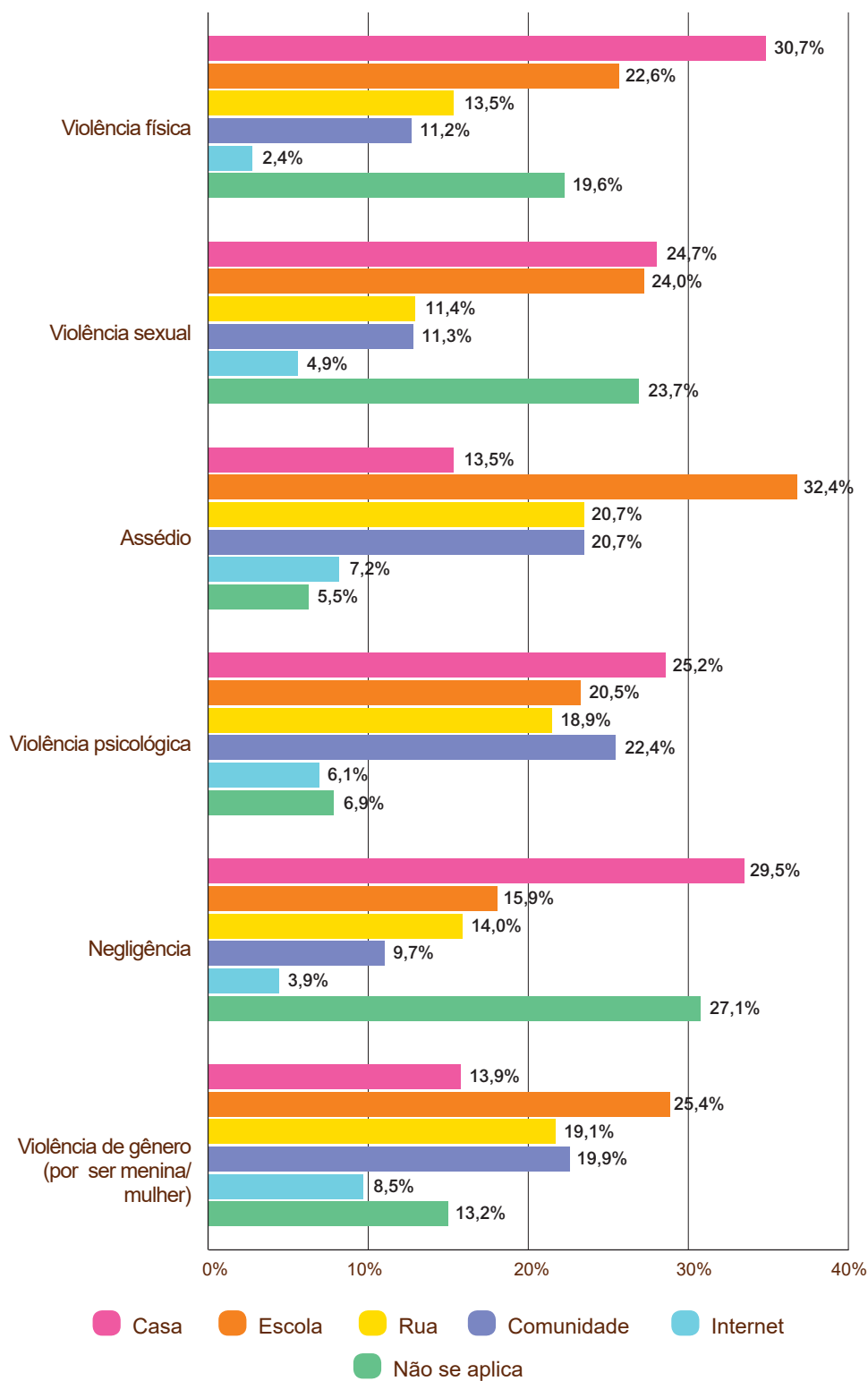
94,2% das meninas já presenciaram ao menos uma situação de violência com elas ou pessoas próximas. O dado, coletado com abordagem indireta¹, reforça um alarmante cenário de exposição das meninas à violência. Vale destacar a diferença em relação à pesquisa anterior, uma vez que quando perguntadas se conheciam alguma menina que já havia sofrido violência, grande parte das meninas respondeu negativamente (72,2%) (PLAN INTERNATIONAL, 2014). Este aspecto pode se dar em virtude de um maior conhecimento sobre direitos e violências nas meninas com faixa etária entre 14 e 19 anos, em relação às de 06 a 10 anos.

Ao longo do estudo, reforçamos a tese de que o ambiente no qual a menina interage importa na hora de compreendermos as barreiras e oportunidades de ser menina. Ao correlacionar os dados sobre os tipos de violência sofrida por meninas e os ambientes em que as situações ocorreram, nos deparamos com **o ambiente doméstico sendo o principal locus da violência física (30,7%), violência sexual (24,7%) e violência psicológica (29,5%)**, apontando as contradições do ambiente doméstico, com fronteiras porosas e pouco estanques, que oscilam entre o cuidado e a violência.

¹ Embora a pergunta tenha sido feita indiretamente, por orientação do comitê de ética da FLACSO, a hipótese da pesquisa é de que podem ter sido elas as vítimas. Portanto, para fins de análises sociais, consideramos os cruzamentos do dado com raça e orientação sexual a fim de compreender o perfil das vítimas.

GRÁFICO 19

Conhecimento sobre meninas que já sofreram violência por situações e ambientes em que ocorreram



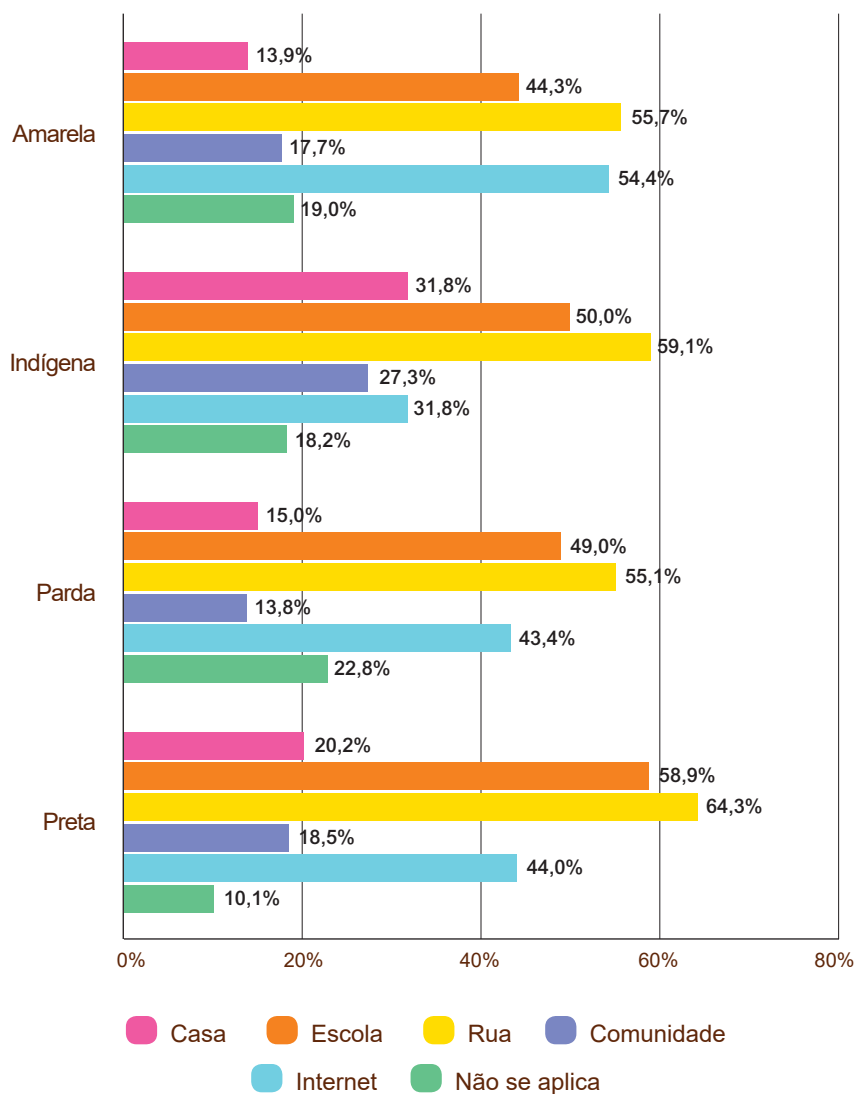
Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

A escola, por sua vez, foi identificada como o principal ambiente onde ocorre assédio (32,4%) e violência de gênero (25,4%), e o segundo maior na violência sexual (24%). A comunidade religiosa foi destacada como o segundo lugar onde mais ocorre violência psicológica (22,4%), assédio (20,7%) e violência de gênero (19,9%). Na internet destaca-se a violência de gênero (8,5%) e assédio (7,2%). Por fim, a rua foi compreendida como espaço em que há principalmente assédio (20,7%), violência psicológica (18,9%) e violência de gênero (19,1%).

Na dimensão do racismo, verificamos que a maior incidência de ocorrências veio das **meninas pretas, em quase todos os ambientes,** com exceção da casa, e com destaque para a rua com 64,3% e escola com 58,9%. As meninas pardas também afirmam a mesma tendência, em que a rua e escola são os principais ambientes de racismo, com 55,1% e 49% respectivamente. Apesar das meninas indígenas também seguirem a tendência das pretas e pardas em relação aos ambientes da rua e escola, elas são as que mais relataram sofrerem racismo no ambiente doméstico, com 31,8%. Por fim, as meninas amarelas se destacam pelo percentual que sofreram discriminação racial na internet, com 54,4%.

GRÁFICO 20

Conhecimento sobre meninas que já sofreram violência por raça e ambientes em que ocorreram

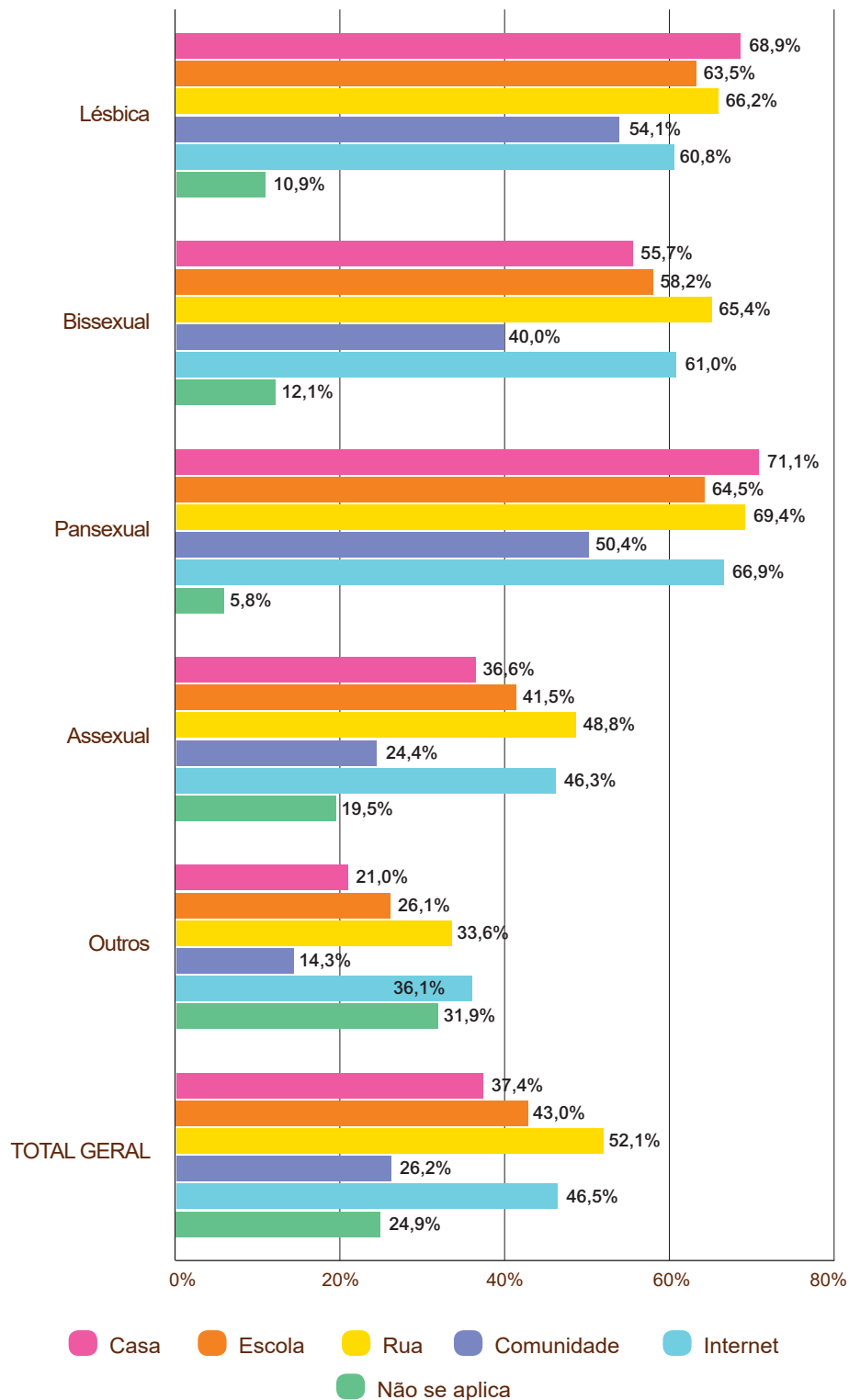


Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Em relação às meninas da comunidade LGBTQIAP+, verificamos que **a rua é o ambiente em que as meninas relatam os maiores casos de LGBTQIAPfobia conhecidos**, representado por 52,1%, seguido da internet com 46,5%. No entanto, ao olhar para cada orientação sexual, verificamos que o maior percentual de meninas pansexuais e lésbicas mencionam conhecer/experimentar casos de LGBTQIAPfobia no ambiente doméstico, com 71,1% e 68,9% respectivamente.

GRÁFICO 21

Conhecimento sobre meninas que já sofreram violência por orientação sexual e ambientes em que ocorreram



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Muitos casos de violência foram coletados durante os grupos focais desta pesquisa, em sua maioria, casos relacionados aos ambientes domésticos e escolares. Destaca-se que, no caso das violências domésticas, nem sempre o relato estava diretamente relacionado à menina, mas sim à mãe ou adulta próxima, reforçando que **as meninas que não sofrem violência direta sofrem indiretamente ao presenciarem situações traumáticas.**

“Minha mãe tem 3 irmãs, uma das irmãs era casada com homem e ela apanhava muito, muito, muito e ninguém se metia. Até que uma das irmãs foi até a casa e bateu no homem, muito nele, até ele aprender a não bater mais na minha tia. Aí eles se separaram. Aí ela arrumou uma mulher. Mas a mulher também batia nela. E essa mulher era duas vezes maior que a minha tia. Aí minha tia arrumou um cabo de vassoura para bater nela para ela não bater mais na minha outra tia. Hoje a minha tia não apanha mais de ninguém, mas minha outra tia teve que bater nessas duas pessoas porque ninguém mais ajudava.”

16 anos, Grupo focal de São Paulo

“Eu já presenciei a violência doméstica dentro da minha casa com a minha mãe, confesso que não é fácil, a gente guarda rancor. Eu não sei explicar como eu me senti porque eu era criança. Mas hoje em dia que eu entendo o que houve de verdade.”

15 anos, Grupo focal de Formosa

“Violência física tem no casamento, no namoro, tem companheiros agressivos, é algo que vejo, até já vi com a minha mãe. Meu pai era muito agressivo quando bebia, meu avô também. Minha avó contava que tinha que esconder as facas quando ele bebia, pois ameaçava matá-la, meu pai fazia a mesma coisa. Quando isso aconteceu eu era bem pequena, até os 4 anos, aí minha mãe se divorciou, mas eu via ela chorando. Quando ele bebia, ela amarrava ele e íamos dormir na casa da minha avó. Desde o divórcio nunca mais falei com ele.”

15 anos, Grupo focal de Maués

Codó destacou-se entre os grupos focais por relatar um grande número de casos de feminicídio, ao ponto das meninas identificarem voluntariamente que isso é recorrente no território, mencionando casos de parentes, vizinhas e amigas que foram assassinadas por seus maridos. *“Eu tenho duas tias minhas que sofreram violência, feminicídio. Quando minha primeira tia sofreu isso eu era pequena e eu não entendia”* (16 anos, Grupo focal de Codó).

Os casos de violência sexual relatados pelas meninas em todos os grupos preocupam especialmente pela recorrente menção ao fato de que os pais e adultos responsáveis **não acreditaram nelas, o que levou ao não encaminhamento dos casos²**.

“Eu fui abusada por alguns anos. Eu não tinha ciência disso, foi na casa de parentes, então pra alguém acreditar foi muito complicado, que eu me lembro foram 9 anos seguidos, onde eu era obrigada a ir para casa dessas pessoas. Eu lembro que meu pai chegou a me levar à força. Eu passava meses de férias, sempre chorava pedindo pelo amor de Deus pra voltar pra casa. Eu fui dar conta disso há pouco tempo atrás e mesmo assim ninguém acreditou, minha mãe não acreditou, meu pai tanto fez, tanto faz. Hoje em dia, por ser maior eu posso dizer se eu quero ir ou não e se for pra ir, minha mãe vai junto ou uma prima maior que eu, ou um grupo de amigos. O trauma é imenso.”
16 anos, Grupo focal de São Paulo

A violência psicológica também passa a ser reconhecida pelas meninas como um tipo de violência, fazendo parte do seu vocabulário. Outras violências menos debatidas na sociedade também são mencionadas pelas meninas:

² Vale reforçar que a pesquisa *Por Ser Menina* (2021) seguiu os protocolos da Política de Salvaguarda da Plan International, encaminhando todos os casos colhidos nos grupos focais.

“A questão da gente achar que um casal é perfeito, um cara é perfeito, isso acontece muito em relacionamentos abusivos. Se mostra muito legal pra todo mundo, mas no relacionamento tem muitas agressões e muitas vezes a mulher é desacreditada.”

19 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Tem a questão também de a mulher ser muito considerada como louca, então tem isso. Quando uma mulher está sentindo que o homem tá fazendo alguma coisa de errado, a forma do homem se defender é chamar ela de louca, ou quando pede o mínimo, ajudar nos deveres domésticos, você é dramática, exagerada. Ou atrelar tudo a TPM pra tudo”.

17 anos, Grupo focal de São Paulo

“Existe também a dependência financeira. Acho complicado. A mulher não quer continuar sofrendo, mas entre morar na rua e ficar com o homem, é melhor ficar com o homem. Tem vários bloqueios para conseguir.”

17 anos, Grupo focal de São Paulo

“A gente pode fazer tudo nessa vida, mas essas escolhas têm consequências. Se minha prima, que é agredida pelo marido, se separar do marido dela ela não vai ter nada, não vai ter como viver, ela não vai ter casa, não vai ter carro, ela não terminou nem a faculdade. então ela sabe que se ela terminar vai ser muito mais difícil pra ela. eu tenho pena dela e eu não julgo ela. esse tipo de conhecimento que eu tenho agora é tudo por conta dela. ela fez direito e ela me ensinou tudo. me ensinou sobre sexo, sobre homem.”

14 anos, Grupo focal de Manaus

Novas violências acarretadas pelo anonimato da internet também foram denunciadas. Casos de assédio com mensagens que chegam “do nada” em seus perfis das redes sociais, contendo conteúdo impróprio como obscenidades e “fotos de membros masculinos”, casos de pedofilia com assediadores procurando meninas menores e solicitando fotos dos seus corpos e até mesmo abusos pelo Whatsapp foram relatados pelas meninas que, diante do cenário de não saberem quais os processos para denunciar formalmente os casos, silenciam-se e sentem-se pouco à vontade de conversarem com os pais sobre isso.

“Quando eu era pequena eu tinha uma melhor amiga e quando eu tinha uns 10 anos a mãe dela me chamou no Whats e falou que a Isa tava com saudades. Mostrei para a minha mãe e ela disse que eu podia responder. Só que aí come-çou a ter umas coisas estranhas: foto de sorvete, depois começou a perguntar onde a gente morava. Aí começou a ter uns assuntos estranhos, perguntando minha idade, pedindo foto minha. Quando minha mãe pegou, a gente percebeu que não era ela. Fomos na delegacia e era um cara com uma ficha de prisão, com denúncia de estupro. Existe muito isso e a gente não para pra ver.”

14 anos, Grupo focal de Porto Alegre

Com relação ao ambiente escolar, especificamente, surpreende o significativo número de relatos de abuso, assédio e violência de gênero na escola, cometidos por alunos, mas especialmente por professores homens. As meninas relatam desde professores que as deixam constrangidas em sala de aula até casos de violência sexual. **Em todas as regiões o relato das meninas foi unânime: a escola encobriu o assediador.** Há em todos os estados relatos de arquivamento dos casos, encobrimento, não punição (com demissão, por exemplo, ou denúncia à polícia) dos professores e descrédito às meninas e seus familiares que acolheram seu relato e procuraram a escola para denúncia.

“Ele (professor) acabou assediando uma das meninas. Era um colégio de freira, elas ignoravam o que os meninos e professores faziam. A direção da escola era mulher e quando ela tentou se opor a isso, ela misteriosamente foi mandada embora.”
16 anos, Grupo focal de São Paulo

“Tem relatos de colegas minhas falando que os professores davam ponto a mais se fosse de regata e mostrasse o seio. Muitas meninas têm esse incômodo. Esse é um exemplo geral que ainda existe essa barreira na escola.”
18 anos, Grupo focal de São Paulo

“Uma vez eu fui denunciar que o menino colocou a parte dele de fora, ele falou pra diretora que eu tava mentindo e ela acreditou nele. Teve que minha mãe ir lá pra ela acreditar em mim. (...) A diretora me ameaçou que se minha mãe soubesse ia ficar ruim pra mim.”
15 anos, Grupo focal de Manaus

“Ano retrasado o professor me assediou. Mesmo eu tendo falado (várias outras meninas também tinham relatos contra ele) a escola não fez nada.”
15 anos, Grupo focal de Manaus

“Na minha escola não levam a sério, acontece muita coisa. Quase fui estuprada, os professores viam o que acontecia e ninguém fazia nada. Meu padrasto teve que ir lá e ameaçar chamar a polícia. Tive que parar de frequentar, me taxaram até de mentirosa.”
14 anos, Grupo focal de Brasília

“Em relação a coordenação é mais complicado. Teve até um caso de assédio de um professor com uma aluna. Ela fez a denúncia, pediu ajuda e na época era um homem na coordenação e ela não teve muito apoio. Hoje a coordenação é uma mulher. Como antes era um homem, idoso, perspectiva patriarcal, a denúncia não foi muito pra frente. Mas isso não calou a menina. Ela foi nas redes sociais e divulgou tudo e aí os alunos se juntaram. Mas no fim o professor não foi demitido, foi só afastado. Foi complicado que a coordenação não deu apoio, mas depois cedeu, porque todos se uniram.”

18 anos, Grupo focal de São Luís

“Denunciaram um zelador que havia assediado elas. Era o único homem funcionário, o resto eram todas mulheres e mesmo assim elas não aceitaram a denúncia.”

14 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Acompanhei no primeiro ano do EM um assédio na escola e a gente foi contatar, a direção deixou de lado. A gente tinha provas, testemunhas, a gente conversou e a direção simplesmente decidiu não manchar a imagem da escola.”

18 anos, Grupo focal de Porto Alegre

As notificações de assédio sexual praticado por professores nas escolas ativam o medo das meninas neste espaço que supostamente deveria oferecer segurança. *“O convívio com professores homens causa medo, de nunca ficar sozinha. Chega a ser bizarro, porque é só relação professor aluno, mas acontece”* e ainda *“o professor pedia só para alunas irem na lousa fazer conta, pra ficar olhando a gente. Era terrível”* (17 anos, Grupo focal de São Paulo). A falta de providências leva as meninas a terem o sentimento de que não estão seguras na escola tanto quanto não estariam na rua. *“Na escola é pior que na rua. Eles vêem o que tá acontecendo, mas fingem que não vê”* (15 anos, Grupo focal de Manaus).

As meninas sentem-se cada vez mais à vontade para denunciar e revoltam-se com o não encaminhamento dos casos. Cresce o sentimento entre elas de que ficar em silêncio não é a solução, mas o julgamento que elas sofrem por denunciar evidencia um ambiente de pouca salvaguarda às meninas. *“Antigamente*

quem denunciava era muito julgada, como se a culpa fosse delas quando elas eram assediadas. Diziam que elas eram fáceis. Hoje em dia ainda tem bastante isso, mas não tanto como antigamente” (14 anos, Grupo focal de Manaus).

“Na escola tiveram muitas situações de assédio, mas ninguém fala sobre isso, eles acobertam os professores. Ninguém fica sabendo. Normalmente a menina é que fica exposta. No caso que aconteceu lá na escola, ela, a menina que foi assediada, virou chacota no lugar. Isso desmotiva muito.”

19 anos, Grupo focal de Maués

O problema do não encaminhamento dos casos não é exclusivo do ambiente escolar. Relatos das meninas nos grupos focais apontam que, em todos os ambientes, é uma grande barreira adultos acreditarem nelas e levar à diante os encaminhamentos de assédio e violências físicas ou sexuais, vulnerabilizando essas meninas e expondo-as a riscos maiores. A responsabilidade por parte dos adultos e cuidadores, dos órgãos e instituições (como a escola), não é reconhecida por elas como uma segurança, uma garantia de direitos.

“Eu vi amigas que já passaram por estupro e até hoje elas sofrem, elas ficam se culpando, que elas foram estupradas por culpa delas. Quando minha amiga fez denúncia de estupro, pediram prova, fizeram o exame, mas queriam a prova evidente tirando a do corpo, porque ela não sabia quem era a pessoa. Então essa denúncia nunca foi adiante. Quando a menina é estuprada isso fica na cabeça dela pra vida toda dela.”

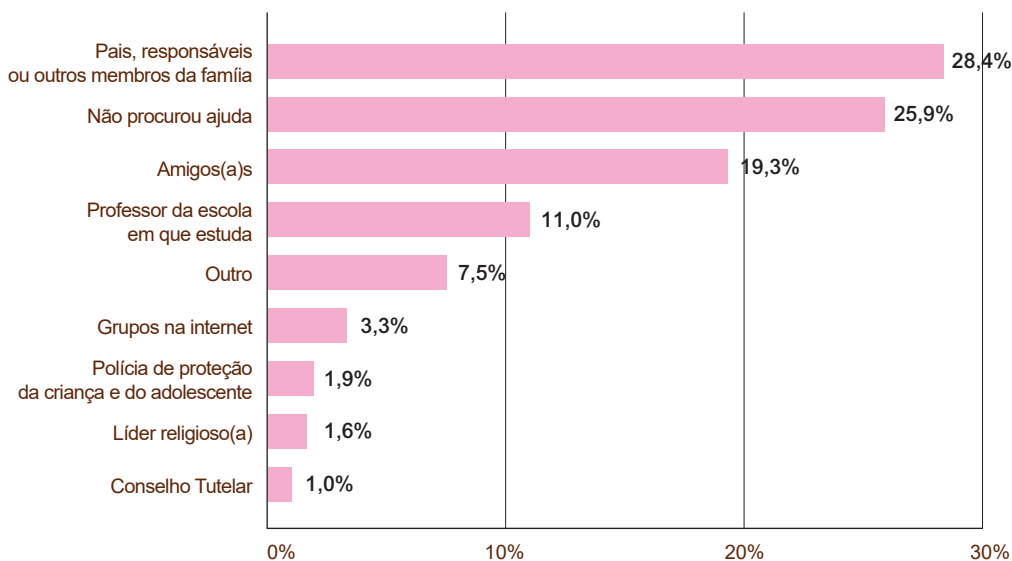
18 anos, Grupo focal de São Luís

Por causa da sensação de insegurança constante, as meninas adotam suas próprias estratégias de salvaguarda. Elas relatam que “andam de cara feia na rua”, “calculam itinerários” e deixam contatos próximos avisados de onde vão. Elas “prestam atenção se há outras meninas ao redor” ou preferem “ir acompanhadas” nos trajetos, “escolhem ruas movimentadas”. As meninas também adotam trajes diferentes do que gostariam, optando por “camisas e roupas largas”, “casaco amarrado na cintura mesmo no calor”, e ainda assim não se sentem seguras. **Em todos os estados pesquisados identificamos que a maior fragilidade da rede de cuidados às meninas está no aspecto de denúncia e encaminhamento das violências.**

Diante das múltiplas situações de violências sofridas pelas meninas, e do volume de casos não encaminhados, buscamos compreender em quem as meninas confiam e recorrem quando têm os seus direitos desrespeitados por ser menina/mulher, ou seja, quem compõe suas redes de apoio. De acordo com as respostas, a maior parte das meninas buscam a rede familiar (28,4%). **No entanto, um dado preocupante é de que 25,9% das meninas não procuraram ajuda.**

GRÁFICO 22

Rede de apoio acessada pelas meninas que tiveram seus direitos desrespeitados



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Em alguns casos elas não procuram ajuda pois a própria rede familiar é a causadora do problema:

“Na violência é pior você sofrer um assédio dentro de casa, com uma pessoa que você cresceu, que você confiava, e de repente você vê uma dessas situações e você pensa ‘meu Deus o que está acontecendo’. Você fica em completo desespero, não sabe se fala, se pede ajuda, se pede ajuda pra outra pessoa. Mas acho que sempre vai ser muito ruim pedir ajuda pra alguém e conviver com essa pessoa. É uma situação muito desconfortável. O jeito é você ter que ignorar e ter que ficar calada porque, quando isso aconteceu comigo, não faz muito tempo, não tem nenhum mês... [foi interrompida e teve que sair da reunião].”

14 anos, Grupo focal de Manaus

As meninas relatam não confiar na polícia, não sentirem-se à vontade de falar com os pais e, diante da incredulidade de que algo pode ser feito para ajudá-las, recorrem “à Deus” para conseguirem seguir em frente, diante dos abusos e traumas.

Novamente verificamos a centralidade do papel das mães na maior parte das situações em que as meninas necessitam de ajuda, especialmente quando estão doentes (49,3%), quando precisam de dinheiro (44,1%) e quando são desrespeitadas (35,8%). Já o pai aparece em segundo lugar quando precisam de dinheiro (30,8%) e quando estão doentes (20,3%). As amigas e amigos, por sua vez, assumem um protagonismo quando a situação envolve conselhos amorosos (39,5%) ou quando elas estão tristes (31,5%).

TABELA 8

Rede de apoio acessada pelas meninas quando precisam de ajuda

	Ajuda nos estudos	Conselho amoroso	Conselho sobre saúde sexual	Quando está em perigo	Quando precisa de dinheiro	Quando está triste
Mãe	22,3%	25,8%	32,1%	34,4%	44,1%	22,1%
Pai	10,1%	3,7%	3,1%	18,5%	30,8%	6,0%
Irmãos	9,2%	8,2%	4,8%	8,6%	4,3%	8,0%
Avós	1,7%	2,7%	1,7%	4,8%	7,2%	3,1%

	Ajuda nos estudos	Conselho amoroso	Conselho sobre saúde sexual	Quando está em perigo	Quando precisa de dinheiro	Quando está triste
Amigos	18,1%	39,5%	18,3%	16,6%	1,8%	31,5%
Namorado(a)	6,1%	3,6%	5,1%	7,2%	3,0%	13,2%
Líder religioso(a)	0,2%	2,0%	0,4%	0,9%	0,1%	1,5%
Professor	23,9%	0,9%	1,7%	1,4%	0,0%	0,6%
Ajuda especializada	0,8%	3,4%	14,2%	4,1%	0,1%	4,9%
Não se aplica	7,5%	10,3%	18,6%	3,5%	8,6%	9,1%

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

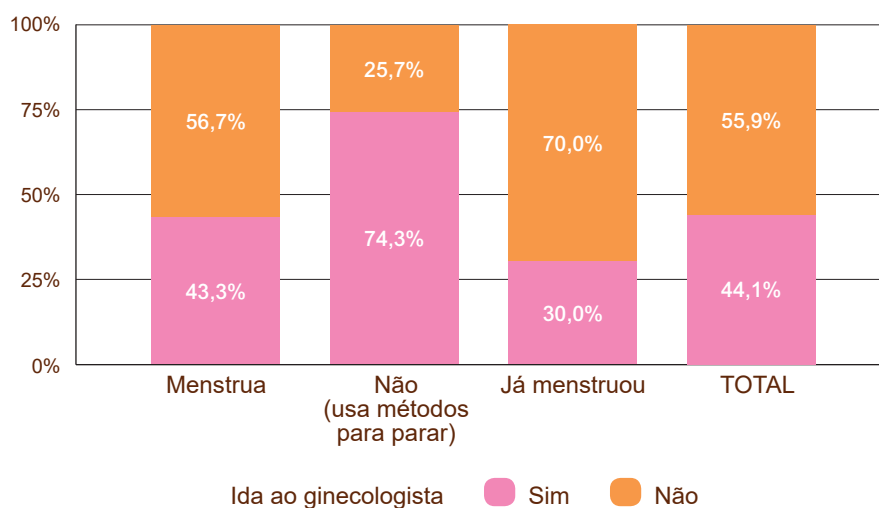
OUTRAS BARREIRAS: SAÚDE MENSTRUAL E SEXUALIDADE

Entre os relatos dos grupos focais, também foram mencionadas barreiras por sua condição de pessoa que menstrua. Nesse sentido, verificamos preconceitos e desconhecimento por parte tanto das meninas quanto dos adultos responsáveis de como tratar a questão sem tabus e estereótipos de gênero. Mais de uma menina, por exemplo, mencionou ser retirada da educação física pelos professores por estar menstruada, evidenciando um desconhecimento de como abordar o assunto. O banheiro feminino da escola foi mencionado como um ambiente hostil pelos olhares julgadores que ocorrem entre as meninas nessa fase menstrual.

Embora 92,4% das meninas tenham respondido que detêm conhecimento suficiente sobre prevenção sexual, verificamos que **apenas 44,1% já passaram por consulta ao ginecologista**. Cruzando este dado com a condição menstrual das meninas, constata-se que as que não menstruam porque utilizam métodos de interrupção representam o maior percentual de ida ao ginecologista, com 74,3%.

GRÁFICO 23

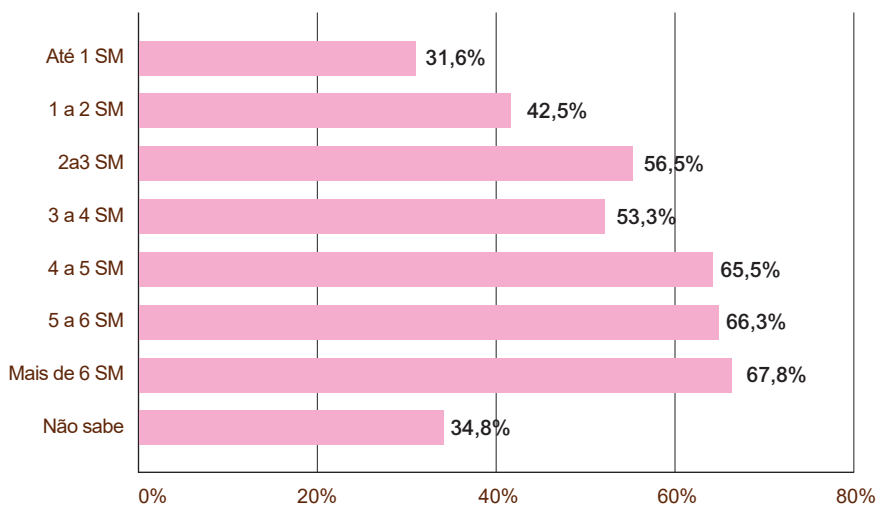
Meninas que já foram ao ginecologista e condição menstrual



É possível constatar que a renda é um aspecto que influencia diretamente o acesso às consultas ao ginecologista. De acordo com os dados, as meninas com renda familiar acima de 6 salários mínimos são as que mais responderam positivamente sobre este tema, com 67,8%. Na outra ponta, **o menor percentual de respondentes que acessaram a consulta ao ginecologista foi entre as meninas com renda familiar de até 1 salário mínimo, com 31,6%, evidenciando a enorme desigualdade vivida entre as meninas mais pobres.**

GRÁFICO 24

Ida ao ginecologista por renda familiar

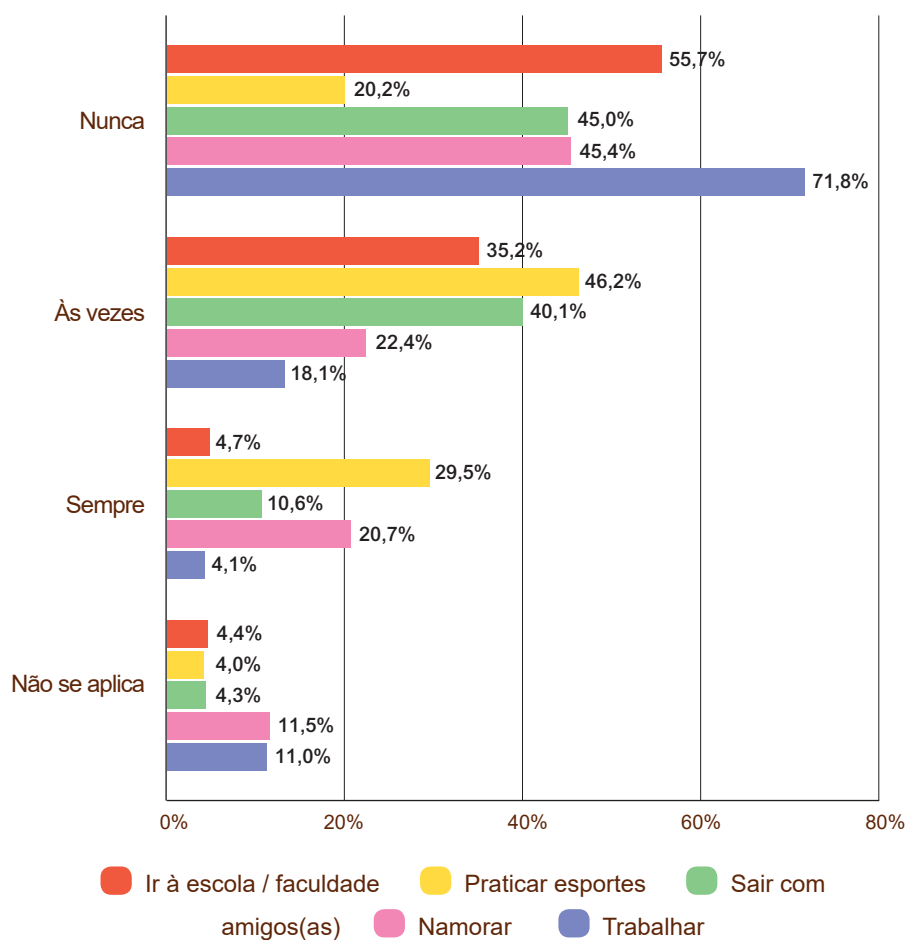


Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Buscamos entender também o modo como as meninas compreendem a menstruação e se este período representa uma barreira para a realização de determinadas atividades. De início verificamos que trabalhar e ir à escola/faculdade são atividades que a maior parcela das meninas responderam que nunca deixam de realizar, com 71,8% e 55,7% respectivamente. **Já a prática de esportes foi citada como a atividade que a maior parte das meninas deixam de executar quando estão menstruadas, com 29,5% das meninas,** seguido de namorar, com 20,7%. A falta de tato dos professores de educação física no que tange ao trato com meninas menstruadas é denunciada em ambos os sentidos: tanto daqueles que não deixam as meninas participarem por estarem menstruadas, quanto aqueles que obrigam as meninas a participarem mesmo sentindo desconfortos, a fim de não gerarem diferenciação. *“Na educação física a gente não tinha a opção de sentar e esperar se tava menstruada ou com cólica. Diziam ‘ah, tá com cólica, vai fazer exercício que passa’ ou ‘se não fizer vai perder dois pontos’”* (18 anos, Grupo focal de Porto Alegre).

GRÁFICO 25

Atividades que a menina já deixou de fazer porque estava menstruada



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

É possível encontrar entre os relatos dos grupos focais algumas críticas das meninas às opções que têm à sua disposição para fazerem escolhas quando o assunto é sua saúde e prevenção sexual. **A falta de orientação tanto dos pais quanto da escola é um dos fatores que elas destacam como problema para lidarem com prevenção**, mas também reconhecem as orientações mal dadas por profissionais.

“Com relação a ter filhos, minha tia teve uma filha e na segunda filha em outro casamento ela pediu pra fazer a cirurgia para não ter mais filhos. Foi perguntado a ela ‘e se você tiver outro marido e ele querer ter filhos?’ A opinião e a vontade dela não foi escutada, ela não teve direito a decidir e não conseguiu a cirurgia. Minha outra tia tinha mais filhos e só conseguiu ter a cirurgia porque teve um último filho com Síndrome de Down e quase morreu. E ela já tinha pedido antes porque já tinha uma quantidade de filhos e foi negado tanto no SUS quanto no convênio.”

16 anos, Grupo focal de São Paulo

“A falta de educação sexual nos meus pais me surpreende porque eles são inteligentes, minha mãe é psicóloga, sempre com acesso a informação, mas parece que eles tem uma mente um pouco fechada. Agora não, mas antes, quando eu comecei a menstruar, eu não usava OB (absorvente interno) porque minha mãe dizia que pra usar você tinha que já ter tido relação sexual, mas isso tá errado. E outra coisa é o uso do anticoncepcional. Pro meu pai você usa porque tá tendo relações sexuais. Eu comecei a usar cedo e ele começou a ter essa visão e isso me machucou no início. E eu usava pra regular minha menstruação porque sempre tinha muito fluxo, muita cólica e usava um com pouco hormônio e por causa disso a visão do meu pai mudou sobre mim. Porque os homens olham dessa perspectiva só de um ponto de vista sexual. Isso são pensamentos que nos machucam. É por falta de educação sexual na escola.” -

16 anos, Grupo focal de Cachoeirinha

“O anticoncepcional é um meio que foi criado e tem efeitos colaterais, que poderia ser oferecido para homens também, mas foi negado e pra mulher foi permitido. Logo a gente tá na margem, como se fosse descartável, então se mulher tiver problema tudo bem, se o homem tiver não. Até na hora de escolher ter ou não o filho, o procedimento é muito agressivo, sendo que o do homem é mais fácil [vasectomia], mas quem se sujeita a isso é a mulher.”

17 anos, Grupo focal de São Paulo

Outro aspecto sobre a saúde reprodutiva das meninas é sua visão sobre o aborto. O assunto foi pouco mencionado, porém apareceu nos relatos de meninas do Norte, Nordeste e do Sul. Em todos os relatos o posicionamento foi o mesmo: **o aborto é algo aceitável apenas para casos de estupro**. Para os demais casos elas dizem que “é um assunto controverso” e tem interferência de valores religiosos associados.

No que tange à sexualidade das meninas, encontramos barreiras para dialogar sobre o assunto por falta de vocabulário. **As meninas, no geral, demonstram pouco repertório quando o assunto é gênero, orientação sexual, transsexualidade**, mas todas posicionam-se a favor de respeitar as diferenças e tem uma postura educativa em relação às gerações mais velhas. O maior repertório está entre as meninas que pertencem à comunidade LGBTQIAP+.

“Aí tive que explicar pra ele que a pessoa não muda pela sexualidade dela, pelo gênero que ela se interessa e que eu podia usar um vestido, ser mulher e namorar uma menina. Não é tu que vai decidir isso, não é minha roupa que vai dizer isso.”

14 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Eu sou lésbica, então as questões de namoro ‘tradicionais’ na família não valem pra mim, mas já ouvi muito que eu não ‘conheci o menino certo’, e mesmo ser uma mulher homossexual é diferente de ser um homem gay. Se assumir parece que você está confessando um crime, como se fosse algo errado, a gente trata isso com anormalidade. Não me sinto confortável de falar disso com a minha família.”

16 anos, Grupo focal de São Paulo

“Depois que uns amigos meus, esses héteros idiotas, descobriram que eu tinha crise de ansiedade eles me abandonaram. Os únicos que me entenderam melhor foi meus amigos lgbs, porque eles também têm ansiedade.”

14 anos, Grupo focal de São Paulo

Rótulos sobre as questões de orientação sexual também são barreiras na vida das meninas:

“Na questão das meninas, algumas meninas jogam bola e as pessoas acabam falando que elas são ‘sapatão,’ porque jogam bola. E tem várias meninas que jogam bola e são hétero. Não é porque ela joga bola que ela é sapatão. Lembro que numa aula que eu participei minha professora ia pro boxe fazer com uma amiga e chamavam ela de maria macho. Como menina a gente sofre preconceito nos esportes e na forma de se vestir.”

18 anos, Grupo focal de São Luís

“A maneira de se vestir é um dos impactos que as meninas sofrem. Teve uma menina uma vez que veio falar comigo que achava que eu era lésbica porque eu não usava maquiagem, não usava vestido, só calça, toda estabana. Ela compartilhou comigo que pensava que eu era lésbica há muito tempo porque eu tinha um comportamento diferente do convencional das meninas. Eu expliquei pra ela que esse era o meu jeito, que não tinha nada a ver.”

18 anos, Grupo focal de São Luís

Sobre como as meninas percebem a diferença de liberdade para experimentarem sua sexualidade em relação aos meninos, elas identificam barreiras de gênero associadas a julgamentos, como “menina que pega todo mundo é puta, menino é pegador” em todos os estados. Relatam diferenciação na família em relação aos irmãos homens sobre liberdades, orientações e tratamentos diferenciados. Esse julgamento se estende às amizades, “se meu irmão sair com amiga ele vai ser considerado foda, normal. Agora se eu saio com um grupo de meninos ou menino, sou considerada diversas coisas negativas que meu Deus” (17 anos, Grupo focal de São Paulo).

“Tem mais cobrança com as meninas, os pais limitam, tem medo da gente engravidar ou acham que a gente não é madura, não tem responsabilidade. Na minha casa demorou muito para mim e com o meu irmão não foi assim.”

17 anos, Grupo focal de São Luís

“Essa diferença é bem clara nesse caso. Meu irmão com a minha idade podia namorar e eu não posso porque eu sou menina. Meu pai me diz que enquanto eu não tiver 18 anos ele vai ficar me prendendo.”

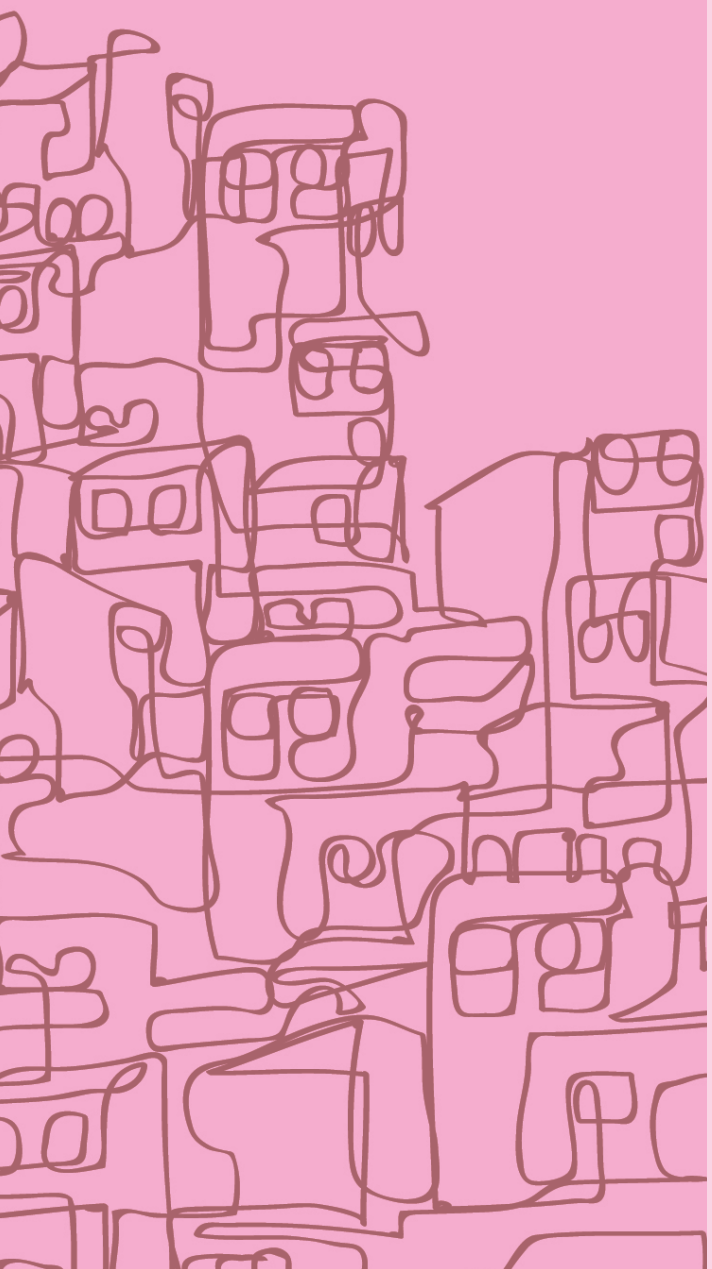
15 anos, Grupo focal de Manaus

“Minha família pressiona para eu não ter um relacionamento, mas quando meu irmão tinha 12 ele podia namorar.”

15 anos, Grupo focal de São Paulo.

Os relatos das meninas que experimentaram relacionamentos são diversificados, com experiências tanto positivas quanto negativas. **Muitas meninas, no entanto, relatam estar pouco disponíveis para relacionamentos** no momento, seja em função de experiências negativas, traumas de violência, foco nos estudos, religião ou proibição dos pais. Relatos como “eu não vou namorar sério até conseguir independência financeira” marcaram vários grupos focais, evidenciando uma **repulsa aos modelos de relacionamento em que as mulheres são dependentes dos homens**, muitas vezes vividos por suas mães ou avós. Nenhuma diferença entre territórios foi percebida nesse tema.

4. COMO ELAS ESTÃO SE PREPARANDO PARA O FUTURO?



SONHOS, ESTUDO E TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA

As meninas sonham com seu futuro. E esse futuro é, de acordo com a maioria dos grupos focais de todas as regiões, **um futuro de sucesso profissional e independência financeira**. Quando relacionamos esse dado com os aspectos analisados anteriormente no relatório, percebemos que em grande parte esse desejo está atrelado a não repetir os padrões familiares: mães que eram dependentes de maridos financeiramente e que precisaram romper com dureza essas relações e adentrar a realidade de mães solo com todos os pesos que a sociedade impõe a isso, ou ainda, manter-se em relações não saudáveis por conta de dependência financeira. Entre as conquistas que elas mais desejam, mencionam casa própria, carro, viajar para o exterior e cuidar dos genitores.

“Eu me imagino adulta, médica, empregada, com a minha casa própria, com um futuro brilhante, podendo viajar para todos os lugares que eu quiser.

Meu sonho é ter uma vida que mesmo morta eu goste de lembrar.”

15 anos, Grupo focal de Manaus

“Eu me imagino terminando a escola, fazendo uma faculdade, conseguindo arrumar o meu emprego, eu quero fazer faculdade de direito para ser delegada da mulher. Eu quero correr atrás das minhas coisas, com meus sonhos realizados, com minha casa própria, podendo ajudar minha família.”

14 anos, Grupo focal de Jacareí

“Me vejo formada, exercendo uma profissão, tendo minha casa, um carro, tendo uma estabilidade, podendo sair na rua sem ter medo.”

15 anos, Grupo focal de Formosa

“Me imaginei bem sucedida, viajando muito, falando mais de um idioma, tendo uma casa própria, sozinha, sem ninguém, tendo meu espaço. Quero cursar arquitetura.”

18 anos, Grupo focal de São Paulo

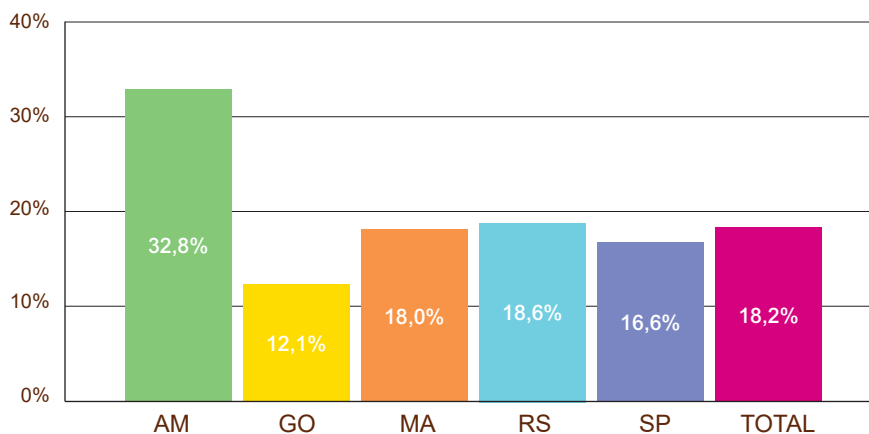
Em todos os grupos as meninas foram convidadas a se imaginarem adultas e compartilharem sua visão, e em todas elas as meninas mencionam sonhar com uma carreira (não apenas um emprego) em áreas que demandam formação acadêmica/universitária, ou seja, **todas desejam fazer faculdade**, ainda que algumas não saibam ainda qual será essa carreira/curso. Entre as profissões mais citadas nos grupos focais estão medicina, psicologia, direito e arquitetura. Algumas mencionam empregos públicos ou abrir o próprio negócio.

De acordo com a pesquisa, **64,6% das meninas consideram que as atividades que realizam hoje as levarão ao futuro que desejam**. Essa informação, considerando as correlações feitas ao longo da pesquisa, levanta um ponto de atenção, pois mostra que elas dedicam tempo às atividades de estudo (segunda principal atividade das meninas), porém estão sobrecarregadas com muitos outros afazeres que impedem que elas possam dedicar-se plenamente, com intensidade, aos seus sonhos.

O Amazonas é o estado onde houve o maior percentual de interrupção escolar (32,8%), o que constitui quase o dobro em comparação com os demais estados e à média nacional (18,2%). Em seguida, tem-se o Rio Grande do Sul com 18,6%, o Maranhão com 18%, São Paulo com 16,6% e finalmente Goiás com 12,1%, representando o menor percentual de meninas que pararam de estudar.

GRÁFICO 26

Interrupção nos estudos por estado



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

“Eu não sei exatamente como eu vou estar, mas eu tenho 18 anos e ainda estou no 9º ano do fundamental por ter reprovado 4 anos, minha mãe viaja muito e aconteceram coisas comigo e eu não consegui terminar os estudos. Eu me imagino fazendo um EJA e terminar meus estudos, abrir algo meu também. Eu também estou começando a fazer unha de gel, alongamento. Minha mãe é cabeleireira, a gente tá pensando em montar algo nosso.”

18 anos, Grupo focal de Cachoeirinha

O motivo mais citado pelas meninas como justificativa para a interrupção nos estudos foram as dificuldades enfrentadas diante da pandemia de COVID-19, com 19,3% das respostas no total geral, destacando-se o Maranhão com 30,7% e Amazonas com 21,4%. As meninas sentem-se exaustas das aulas em formato EAD. Em seguida, o motivo mais citado foi a perda de vontade de estudar, com

17,6% no total. Vale mencionar que 11,2% das meninas amazonenses responderam que deixaram de estudar por necessidade de ajudar nos afazeres domésticos. Já o Rio Grande do Sul, 22,8% deixaram de estudar por falta de professores nas escolas.

TABELA 9

Motivos da menina ter parado os estudos

	Amazonas	Goiás	Maranhão	Rio Grande do Sul	São Paulo	TOTAL GERAL
Pandemia de Covid-19	21,4%	14,5%	30,7%	12,3%	16,2%	19,3%
Perdeu a vontade	11,2%	21,8%	9,1%	12,3%	26,0%	17,6%
Outro motivo	16,3%	9,1%	19,3%	5,3%	9,2%	12,1%
Doença	5,1%	5,5%	15,9%	15,8%	9,8%	10,2%
Falta de professor	9,2%	9,1%	0,0%	22,8%	5,8%	7,9%
Necessidade de ajudar nos afazeres domésticos	11,2%	1,8%	6,8%	7,0%	8,7%	7,9%
Dificuldade em acompanhar o curso	8,2%	7,3%	1,1%	12,3%	6,9%	6,8%
Trabalho	1,0%	9,1%	2,3%	3,5%	8,7%	5,3%
Gravidez/ filho	8,2%	7,3%	6,8%	5,3%	1,2%	4,9%
Falta de dinheiro para mantê-la na escola/ creche	1,0%	1,8%	3,4%	1,8%	2,3%	2,1%
Escola distante	3,1%	3,6%	0,0%	1,8%	1,2%	1,7%
Falta de transporte escolar	3,1%	3,6%	1,1%	0,0%	0,6%	1,5%
Não se aplica	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	2,3%	1,1%
Pais/responsáveis não queriam que ela fosse	1,0%	1,8%	0,0%	0,0%	1,2%	0,8%
Ninguém para levar	0,0%	3,6%	2,3%	0,0%	0,0%	0,8%

Fonte: Plan International Brasil/Tewá 225, 2021.

As meninas do Norte que desejam seguir por carreiras menos reconhecidas como espaços de mulheres relatam ter pouco incentivo da família para seguirem seus sonhos. Em comparação com irmãos homens, inclusive, desejariam ter recebido o apoio dos pais da mesma forma que seus irmãos, mas foram pouco estimuladas. Isso está especialmente ligado a carreiras como engenharia, tecnologia da informação, informática e universo das ciências exatas, no geral. As meninas que chegaram a entrar em cursos e escolas técnicas, reconhecem que é um espaço majoritariamente ocupado por homens.

“Eu não sabia que existia escola com ensino técnico. Só me falaram quando eu já era mais velha, depois que já tinha perdido o tempo, a época de poder prestar. Aí vieram me falar e me cobrar. E eu lembro claramente que quando meu irmão chegou nessa série, de se preparar para este vestibular, veio um monte de gente em cima, tio, avô, pai, falando para participar desse mini vestibular, para se inscrever em escola técnica, e ele acabou passando. E meu irmão mais novo também tá nessa mesma pilha. Eu fiquei muita chateada nessa época, porque pra eles teve essa preparação, esse incentivo, mas **na minha vez, ninguém esperava muito de mim, ninguém nem me falava, eu devia ter procurado isso sozinha, procurar como é.**”

19 anos, Grupo focal de Manaus

“Eu fazia mecatrônica na escola técnica. No curso com 46 alunos, só 8 eram meninas. A gente vê que a área da tecnologia é muito restrita. Eu vejo relatos que as meninas que estão ingressando na faculdade de tecnologia, elas falam que a sala é lotada de homens e tem uma ou duas mulheres.”

14 anos, Grupo focal de Manaus

“Na escola dá pra ver que é mais designado algumas coisas para os meninos do que pras meninas. Eu queria muito passar por uma escola técnica e fazer mecatrônica. Mas a minha mãe não quer que eu faça. E eu sempre tenho que fazer o que a minha mãe pede e isso me magoa. Eu fico naquele impasse, porque a minha mãe é um dos maiores motivos pra eu estar numa escola boa. Ela quer que eu faça medicina e ela dá a vida dela por isso. Mas eu tenho certeza que eu não vou poder realizar por conta da minha mãe e isso me dói muito. Ela sempre escolhe tudo, deixa de lado minhas decisões e escolhe o que acha melhor pra mim.”

14 anos, Grupo focal de Manaus

Em outros estados, as meninas relatam terem recebido apoio ou quererem seguir carreiras como as do pai nessas áreas, como no caso de São Paulo e Rio Grande do Sul.

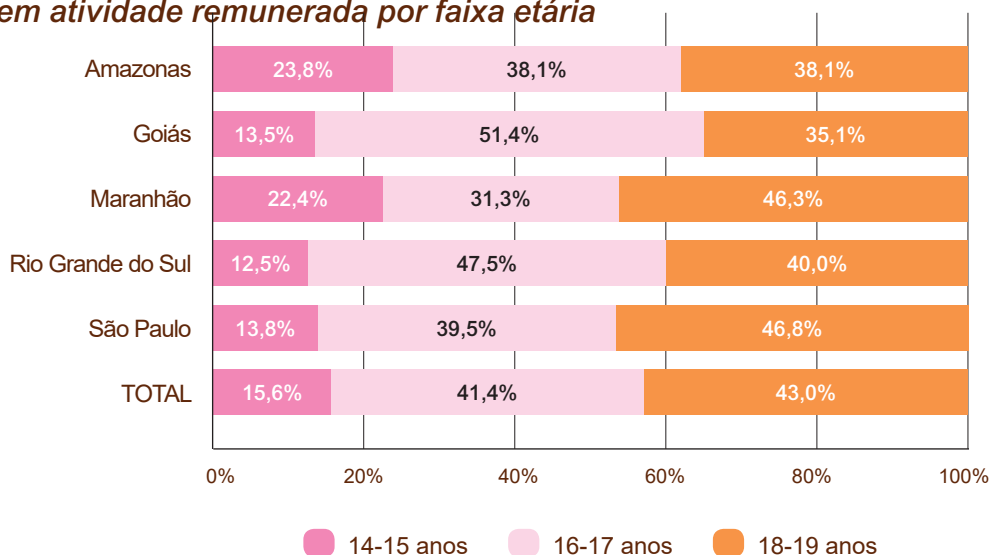
“Meu maior desejo seria fazer faculdade de engenharia e mecânica. Meu pai trabalha com isso.”
14 anos, Grupo focal de Porto Alegre

“Entrei na ETEC e me interessei por desenvolvimento de sistema, achei que ia ser só menino, mas me senti feliz porque tinham muitas meninas também. Sobre professores e professoras, eles são uns amores então não me sinto incomodada.”
15 anos, Grupo focal de São Paulo

No universo entrevistado, **18,6% das meninas na faixa etária entre 14 e 19 estão atualmente trabalhando**. No que tange aos estados, o Rio Grande do Sul apresentou o maior percentual de meninas trabalhando, com 26,1%, seguido de São Paulo (21%), Goiás (16,3%), Amazonas (14%) e Maranhão com o menor percentual, 13,7%. Observando a faixa etária das meninas que trabalham, constatamos que no total geral **a concentração de trabalhadoras está nas idades entre 18 e 19 anos (43%), seguido de 16 e 17 anos (41,4%)**. No entanto, ao analisar os dados desagregados pelos estados, observamos uma inversão destas faixas em Goiás e Rio Grande do Sul, onde os maiores percentuais estão concentrados na faixa etária entre 16 e 17 anos, com 51,3% e 47,5% respectivamente. Vale destacar também que o Amazonas e o Maranhão são os estados que apresentaram maiores percentuais de meninas que trabalham nas idades entre 14 e 15 anos, com 23,8% e 12,5% respectivamente.

GRÁFICO 27

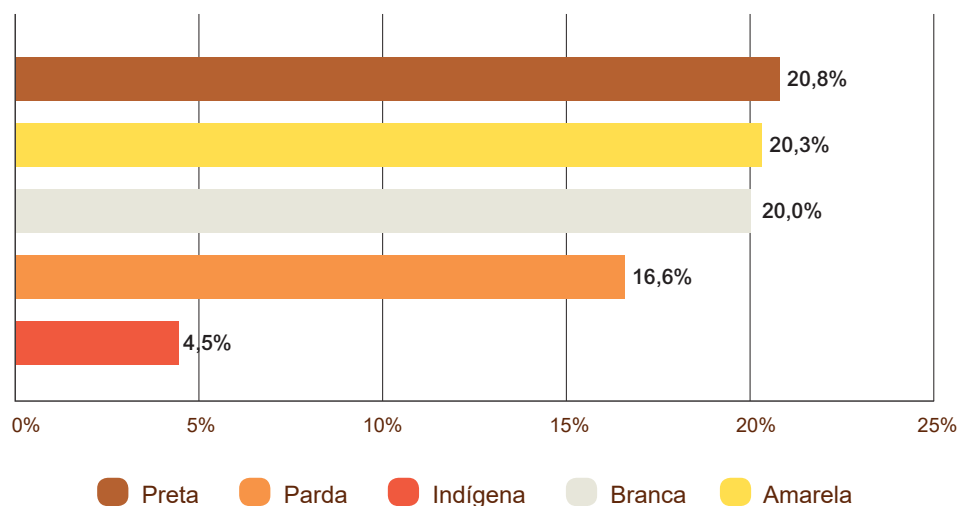
Meninas em atividade remunerada por faixa etária



Deste universo de trabalhadoras, 37,4% das respondentes negras, 20,3% das amarelas, 20% das brancas e apenas 4,5% das indígenas.

GRÁFICO 28

Meninas em atividade remunerada por raça

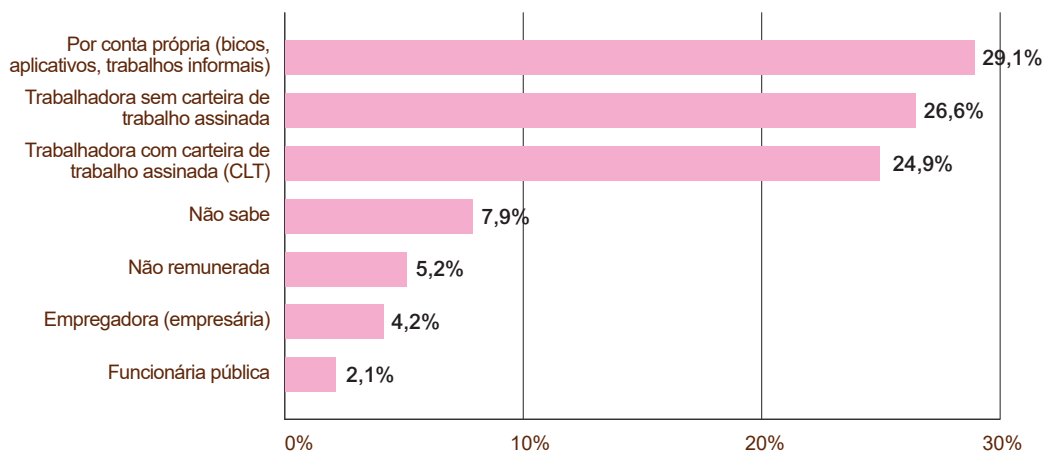


Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

A maior parte das meninas (29,1%) trabalha por conta própria (bicos, aplicativos, trabalhos informais), seguido das trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada, com 26,6%, e então trabalhadoras com carteira de trabalho assinada (CLT), com 24,9%. Neste sentido, é possível afirmar que **a maior parte das meninas estão inseridas em um cenário de instabilidades e informalidades do trabalho remunerado.**

GRÁFICO 29

Meninas em atividade remunerada por tipo de vínculo empregatício

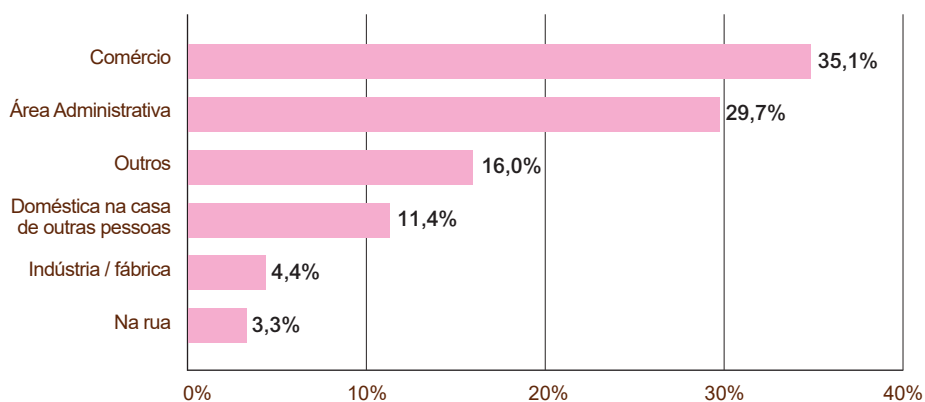


Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Sobre o tipo de trabalho realizado pelas meninas, o comércio é o setor que mais emprega nesta faixa etária, com 35,1%. Em seguida, a área administrativa representa 29,7% do trabalho das meninas. Se por um lado **o trabalho doméstico na casa de outras pessoas representa 11,4%, quando inserimos a lente territorial verificamos que as meninas amazonenses e as maranhenses são as que representam os maiores percentuais** nesta função, com 28,6% e 22,4% respectivamente.

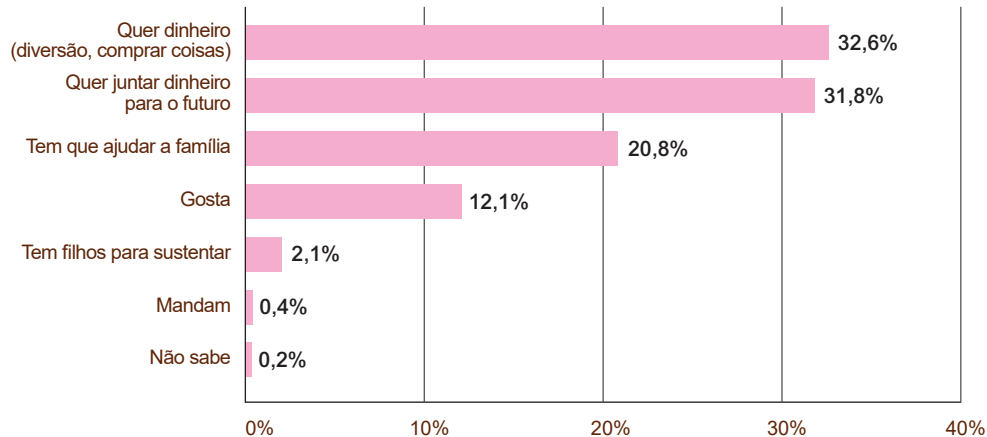
GRÁFICO 30

Meninas em atividade remunerada por tipo de trabalho



Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

De acordo com as respondentes, **32,6% estão trabalhando porque querem dinheiro para diversão, comprar coisas**, ou seja, uma dimensão mais imediata, seguido das que querem juntar dinheiro para o futuro, com 31,8%. Verificamos que estes são motivos diferentes daqueles observados na pesquisa de 2014, quando 55,6% das meninas de 6 a 10 anos que trabalhavam, o faziam para “ajudar a família” e para “juntar dinheiro para o futuro”, além dos 14,8% que trabalhavam “porque lhe mandavam” (PLAN INTERNATIONAL, 2014). Na pesquisa de 2021, embora não seja o mais citado, constata-se que 20,8% do total das meninas trabalham para ajudar a família, especialmente no Maranhão, com 29,9% e São Paulo com 23,9%.

GRÁFICO 31**Principais motivos para as atividades remuneradas**

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Por fim, **as meninas relatam nos grupos focais sonharem com um futuro sem filhos, e por vezes sem relacionamentos amorosos**. Diversos relatos como “quero estar sozinha”, “quero morar sozinha”, “sem filhos”, “sem uma família tradicional” foram coletados em todos os grupos focais, independente da região. Esse fato pode estar relacionado às meninas cada vez mais rejeitarem modelos passados de relacionamento, família, encontrando-se em um campo de oportunidades para rediscutir o que é relacionamento saudável, os valores que levam uma mulher a querer ou não a maternidade, seus direitos, e por fim, o que representa sua independência.

**5. COMO TUDO ISSO
IMPACTA
A PERCEPÇÃO
DO QUE É
SER MENINA?**



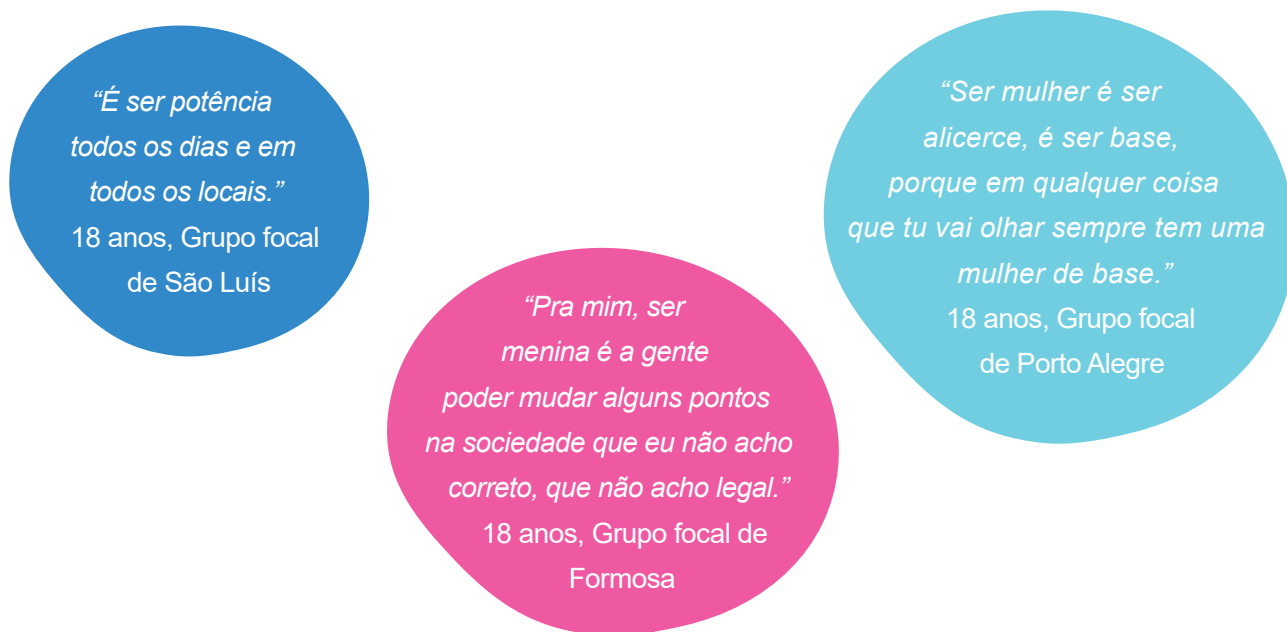
Para a maior parte das meninas ouvidas nesta pesquisa, ser menina é sinônimo de ser forte, corajosa e enfrentar dificuldades. “É saber que nem sempre a gente pode”, “que vamos ter que lutar em dobro”, “que é difícil”, é “ser considerada o gênero frágil”, “é ter que aguentar/suportar muita coisa”, “é tentar sobreviver no mundo”, “é já começar a vida sem credibilidade nenhuma”, “ser envolvida desde muito cedo em muitas responsabilidades”, “é lidar com o machismo”, “buscar direitos”, “é muita pressão”. É “aguentar certos tipos de assédio”, “certos tipos de comentários, e se impor”, “é responsabilidade e medo”.

“A gente passa por muita coisa desde muito pequena. Assédio, estupro, coisas que a gente vê, desde pequena e não entende. E quando a gente vê acontecer no mundo a gente começa a entender. Então a gente vê que ser mulher tem que lutar diariamente pelos direitos. É muito real, na rua, na escola, no trabalho, a hierarquia que existe entre homens e mulheres. Geralmente os homens estão acima. Até no restaurante. A gente vê de longe a hierarquia entre homens e mulheres. Tem muita gente que vê isso em casa. Um pai achando que é mais inteligente que a mãe ou que tem mais força. A gente olha quando é pequena e acha que é o casal perfeito, mas depois a gente vê que não é assim.”

14 anos, Grupo focal de Porto Alegre

Um primeiro aspecto que ficou claro é o paradoxo vivido e experienciado pelas meninas. **Embora 85,7% das meninas consideram que são felizes por serem meninas/mulheres**, elas também enfatizam que o cotidiano envolve enfrentar barreiras, desafios e ter que se submeter a situações difíceis. Em comparação com a pesquisa de 2014, mantém-se e aumenta-se o nível de satisfação em ser menina

(de 73,5% entre as meninas de 6 a 10 anos) (PLAN INTERNATIONAL, 2014). Há, entre as declarações das meninas, visões positivas sobre **a força da mulher, não como uma força apenas para enfrentar as dificuldades, mas como alicerce da nossa sociedade e motor da mudança.**



No que tange às desigualdades de gênero, se de um lado quase a totalidade (92,1%) compreende que meninas são tão inteligentes quanto meninos/homens, do outro lado também consideram que estes têm mais oportunidade/vantagens que meninas/mulheres (84,4%). Isto também se reflete na política, em que **84,1% não se sentem representadas nos espaços institucionais.** Outro aspecto evidenciado é o julgamento pelas escolhas de modo geral (67%), desde a roupa que vestem (74,2%) como também a dificuldade de serem elas mesmas nos ambientes que frequentam (49,8%).

A dimensão do corpo também é relevante para pensar nas opressões: **60,8% das meninas afirmam não estarem satisfeitas com o próprio corpo.** Isso também se relaciona com aspectos contextuais, por exemplo, no caso da internet. Há um número significativo de relatos de meninas que acham ruim o uso de filtros e a falsa ideia de mulher perfeita que passam nas redes sociais, pois *“a questão da comparação é muito forte nas redes, e a partir dessa comparação tem uma cobrança muito grande”* (15 anos, Grupo focal de São Paulo).

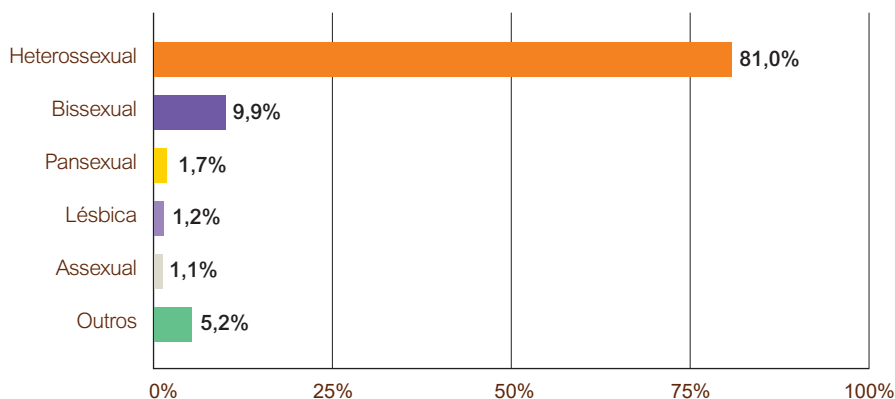
Ainda, as meninas consideram que possuem conhecimento suficiente sobre prevenção sexual (92,4%), embora mais da metade (55,9%) nunca tenha ido à consulta de ginecologista (como desenvolvido no capítulo anterior). **A maioria (77,8%) também considera que possui conhecimento sobre leis, direitos e órgãos a quem recorrer em uma situação de violência, assédio, etc.,** um aumento expressivo quando comparado com a pesquisa de 2014, em que apenas 30% das meninas entre 06 e 14 anos apresentaram conhecimento sobre a temática (PLAN INTERNATIONAL, 2014). Porém, como vimos, 1/4 das meninas não procuram ninguém em uma situação de abuso/violência.

TABELA 10**Opinião das meninas sobre as afirmações**

	Sim	Não
Conhecimento suficiente sobre prevenção sexual	92,4%	7,6%
Meninas/mulheres são tão inteligentes quanto os meninos/homens	92,1%	7,9%
Feliz em ser menina/mulher	85,7%	14,3%
Meninos/homens têm mais oportunidades/vantagens que meninas/mulheres	84,4%	15,6%
Conhecimento sobre leis, direitos e órgãos a quem recorrer em uma situação de violência, assédio etc.	77,8%	22,2%
A depender da roupa que usa é desrespeitada	74,2%	25,8%
Pessoas frequentemente julgam suas escolhas	67,0%	33,0%
Pode ser ela mesma nos ambientes que frequenta	49,8%	50,2%
Está satisfeita com o próprio corpo	39,2%	60,8%
Se sente representada nos espaços institucionais (política)	15,9%	84,1%

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

Por fim, apesar de haver uma concentração nas respostas das meninas de que se sentem respeitadas pela orientação sexual, observamos que esta realidade não se aplica às meninas LGBTQIAP+, em que **apenas 1,2% das meninas lésbicas se sentem respeitadas, seguido de 1,7% das pansexuais e 9,9% para as bissexuais**. Neste sentido é possível afirmar que a depender da orientação sexual, as opressões vivenciadas pelas meninas são agravadas.

GRÁFICO 32**Meninas que se sentem respeitadas pela sua orientação sexual**

Fonte: Plan International Brasil/ Tewá 225, 2021.

É possível afirmar, portanto, que a percepção das meninas sobre o que é ser menina e seus diferentes níveis de satisfação com tudo que isso envolve é diretamente influenciada por aspectos estruturais de desigualdades de gênero e machismo, por racismo e pela LGBTQIAPfobia. **Ser menina é carregar desde o nascimento o papel de gênero imposto a elas, pois ainda não protegemos, enquanto sociedade, esse público.** É possível afirmar, ainda, que repetimos padrões de forma circular, uma vez que as mães que hoje cobram responsabilidades precoces das meninas, que julgam suas escolhas e batalham por seu sustento, ou ainda, que criam meninos com as mesmas estruturas machistas dos homens que as violentaram/oprimiram, foram ontem meninas que passaram pelas mesmas pressões e violências.

Quanto à percepção do que é ser menina, entendemos que a forma como ela é cuidada e tratada em seu ambiente doméstico, a comparação e os tratamentos diferenciados com os irmãos homens, a desigualdade de gênero que encontram na escola, na rua, na internet, bem como as violências que assistem e sofrem exclusivamente por serem meninas, mudam sua maneira de pensar, se entender e se acolher. As meninas percebem a necessidade de mudança e sentem-se parte de uma transformação estrutural que vêem acontecer no mundo, ainda que não estejam vivenciando, no presente imediato, essas mudanças em vários dos ambientes que interagem. **Se ser menina é ser forte para enfrentar dificuldades e barreiras estruturais, elas também percebem que essa mesma força é o motor da mudança maior que precisamos enfrentar enquanto sociedade, e se colocam à disposição para serem agentes dessa transformação.**

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



A pesquisa Por Ser Menina (2021) revelou que a percepção das jovens sobre o que é ser menina é influenciada por seu contexto de interações e sua rede de cuidados. Os desafios variam, mas permanecem, em todos os seus ambientes de interação: em casa, na escola, na rua, na internet e na sua comunidade. Assim, está nas mãos dos formuladores de políticas públicas, da sociedade civil e das organizações que atuam pela proteção às meninas, proporcionar condições de ambiente capazes de amparar seu desenvolvimento até a adultez. No contexto das respondentes, **85,7% gostam de ser menina**, um percentual superior ao revelado em 2014 onde 75,4% das meninas sentiam-se felizes por serem meninas.

Porém, 69,4% delas revelaram sentirem seus direitos desrespeitados por serem meninas/mulheres. Isso porque dentro e fora de casa, as meninas se deparam com as estruturas sociais existentes, que reforçam papéis de gênero e que engessam suas possibilidades de desenvolvimento em múltiplos aspectos, como receber maior ou menor incentivo ao esporte, a impossibilidade de conversar sobre certos assuntos, ser vítima de violências de gênero e receber tratamentos diferenciados em casa frente à irmãos homens. Nesse sentido, é preciso criarmos, enquanto sociedade, ambientes seguros e igualitários para o crescimento das meninas, que façam valer seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Um exemplo é que **56,9% das meninas sentem medo ao andar na rua.** Isso revela um ambiente externo extremamente agressivo para sua descoberta do mundo, para que as meninas vivam experiências de interação com o espaço público, com o esporte coletivo, com a liberdade para brincar. Espaços que deveriam promover a cooperação são carregados de desigualdades estruturais que expõem as meninas ao risco de serem acometidas por violações de direitos, assédios e violências. Elas têm a percepção de que os meninos ficam mais seguros no ambiente da rua e vivem esse espaço mais livremente. Como efeito, na visão delas **os meninos brincam 4 vezes mais que as meninas** e trabalham 3 vezes mais que elas. É preciso pensar o acesso à cidade a partir da perspectiva das meninas e jovens mulheres e desenvolver planejamentos urbanos sensíveis a gênero, garantindo o direito constitucional principal que é a liberdade individual, e a chave disso é a participação social das meninas na formulação das políticas públicas e programas sociais.

A pesquisa ainda revelou que **94,2% das meninas já presenciaram ao menos uma situação de violência com elas ou pessoas próximas.** E, infelizmente, há uma descrença por parte delas de que esse cenário pode mudar. 26%, inclusive, não falam com ninguém sobre tais violações. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que a falta de confiança das meninas nas instituições que deveriam protegê-las está relacionada ao não encaminhamento dos casos e a impunidade aos agressores. Destacou-se o número expressivo de casos de silenciamento, relatados pelas meninas, por parte de diretores e coordenadores de escola, de abusos realizados por

professores, revelando que os ambientes onde deveriam estar mais protegidas não são, necessariamente, seguros. Tanto em casa, como na escola e na rua, as meninas são vítimas de violências física, moral e de gênero. Em casa, os pais e familiares também não representam necessariamente seu ambiente de proteção; ao contrário, a pesquisa revelou ser **o ambiente doméstico o principal lócus da violência física e sexual**. Enquanto **a escola representa o principal ambiente de escuta e conversa (67,4%)**, seguido da casa (64,6%) e da comunidade religiosa (40,1%), é também nesses ambientes que elas mais presenciam o silenciamento de suas denúncias por parte de quem confiaram a informação. É preciso solucionar o problema do não encaminhamento dos casos por parte dos adultos responsáveis, pois aumenta cada vez mais o número de meninas denunciadoras e esse movimento não deve ser descredibilizado.

Trabalhar pela ampliação da rede de proteção e cuidado às meninas é fundamental sendo uma tarefa coletiva, público e privada, especialmente porque seus cuidadores mais importantes (a pesquisa revelou que **a mãe é figura central para 63,1% das meninas**), no caso a mãe, também já foram crianças vítimas de violências semelhantes e não recebem o apoio necessário da sociedade. Nesse sentido, **o trabalho em torno de frear a continuidade da espiral de violências e silenciamentos faz-se necessário para libertar as meninas dos ciclos que presenciam**. Isso vale, inclusive, para a criação de meninas que entendam relacionamentos amorosos de forma mais saudável. A pesquisa revelou que a maioria das meninas está indisponível para relações afetivas pois está buscando focar nos estudos (segunda principal atividade realizada pelas meninas) para buscar uma emancipação financeira pela via profissional e não “depende de homem” na construção do seu futuro. Modelos de relacionamentos mais saudáveis, equilibrados, de parceria e sem violência ainda são escassos para as meninas brasileiras, sendo uma oportunidade trabalhar para a ampliação desses repertórios e exemplos.

Os horizontes das meninas estão se ampliando. O contexto da pandemia, aliado a condições de acesso, contribuíram para que **navegar na internet se tornasse a atividade realizada com maior frequência pelas meninas**. Porém, apesar de ser o principal local onde se informam, interagem socialmente e aliam-se a movimentos sociais, a internet é ainda um ambiente hostil, onde há uma nítida diferenciação de como homens e mulheres são avaliados e julgados (especialmente nas redes sociais e jogos online). As meninas denunciam uma hipersexualização das mulheres na internet, sendo que uma simples foto postada pode acionar assédio, inclusive de desconhecidos em escala global. **70,2% das meninas identificaram ter sofrido violência de gênero na internet**, e foram diversos os relatos de medo relacionado a esse ambiente, desde vazamento de dados e golpes, até assédio sexual, o que reforça a relevância e importância de campanhas informativas sobre a garantia de direitos no ambiente on-line.

Percebe-se que essa sexualização precoce não é experimentada pelas meninas somente na internet: é estrutural e está ligada ao despreparo da sociedade para lidar com o desenvolvimento dos corpos das meninas. A pesquisa revelou que diversas escolas, que deveriam estar preparadas para esse tema, têm ações contra-pedagógicas nos piores sentidos - culpabilizando as próprias meninas pela ocorrência de assédio em função de julgamento moral sobre roupas e comportamentos na adolescência. Nesse sentido, políticas intersetoriais, como entre saúde, educação e assistência social, se fazem necessárias para equipar e capacitar as equipes das escolas (e todos os

ambientes de interface das meninas) para orientações mais saudáveis sobre seu desenvolvimento corporal, bem como a necessidade de desconstrução de argumentos tipicamente machistas como “os *meninos estão naquela fase*” e portanto seriam incapazes de se educar para o respeito às meninas

Mais da metade (55,9%) das meninas nunca foi a uma consulta ginecológica e, nesse sentido, a pesquisa revelou uma lacuna de desigualdades sociais vividas pelas mais pobres (**68,4% destas vivem com menos de 1 salário mínimo**). Encontrar maneiras de dar às meninas mais pobres acesso às políticas básicas para que elas vivam uma saúde sexual, menstrual e reprodutiva consciente é, ainda hoje, uma necessidade urgente. Outro aspecto nesse âmbito é a dificuldade que as meninas da comunidade LGBTQIAP+ encontram para se sentirem respeitadas (menos de 2% delas). Melhorar o repertório e o vocabulário de jovens, adultos cuidadores e instituições sobre os diferentes temas de sua sexualidade, gênero e orientação sexual são medidas fundamentais. Nesse sentido, reforçamos a diferenciação territorial encontrada na pesquisa nos estados em que a Plan International Brasil tem atuação. No caso de São Paulo e Maranhão, as meninas participantes da pesquisa revelaram ter o melhor vocabulário sobre respeito às diferenças, papéis de gênero, identificação de violência, leis e órgãos de proteção às meninas e mecanismos de encaminhamento de casos. É necessário reforçar a atuação de entidades como esta, que atuam para a proteção e o pleno desenvolvimento das meninas em ambientes mais seguros e responsivos.

Por fim, a pesquisa apontou que **as meninas realizam o dobro de trabalhos domésticos que os meninos**, reforçando estereótipos de gênero e validando a tese de que as meninas são precocemente responsabilizadas pelo cuidado do lar e a terceiros, impedindo que detenham sua atenção e tempo aos seus estudos e atividades de desenvolvimento para a vida. Combater a responsabilização precoce é um problema mais amplo, que passa por processos educativos com os responsáveis, mas também pela oferta estrutural de alternativas - especialmente para a realidade das **meninas mães e negras, que representam 74,1% das mães da pesquisa**, cujas necessidades de apoio financeiro e de condições para o trabalho (como creches, escolas em tempo integral, atividades de contraturno, transporte e lazer) demandam do Estado e das organizações da sociedade civil soluções eficazes e gratuitas.

Tal cenário, agravado pelo contexto atípico da pandemia, fez as meninas perceberem uma piora em vários sentidos como **o aumento de sua carga de tarefas domésticas nesse período e pioras significativas na saúde mental** (76,6%), ficando evidentes os impactos do aumento do convívio familiar excessivo, da suspensão das atividades de sociabilidade, do uso excessivo de telas e de uma sensação pronunciada de solidão.

Encontrar ações coordenadas entre as esferas governamentais, sociedade civil e setor privado, capazes de implementar soluções de curto prazo para a redução desses impactos, ao mesmo tempo em que se trabalha para a construção de cenários menos desiguais e mais inclusivos para as meninas no futuro, é um dos importantes objetivos desta pesquisa. Os dados aqui apresentados reforçam o compromisso público do aprimoramento do investimento em políticas voltadas para as meninas, em todas as esferas - federal, estadual e municipal. Trabalhar pela melhora das condições de vida das meninas hoje é garantir a geração de mulheres livres, vivas e saudáveis, cidadãs conscientes e líderes do amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARTEMISIA. *Guia Prático Avaliação para Negócios de Impacto Social*. Agenda Brasil do Futuro, Move Social, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução Nº 196 de 10 de Outubro de 1996. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em 17 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. *População residente - Estudo de estimativas populacionais para os municípios, desagregadas por sexo e idade, 2020*. Brasília, DF, Ministério da Saúde, Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/>. Acesso em 14 abr. 2021.

CASTELLS, M. *Criatividade, inovação e cultura digital: um mapa de suas interações*. In: MORAES, Dênis (Org.). *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p.183-190, 2010.

GIVISIEZ, G.H.N. *Introdução a métodos de estimativas e interpolações populacionais*. IN: RIOS-NETO, E.L.; RIANI, J.L.R. *Introdução à demografia da educação*. Abep, 207p., 2004.

GOFFMAN, E. *Representações*. In: _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 9a edição. São Paulo: Vozes, 2001.

GTSC A2030. *V Relatório Luz Da Sociedade Civil Agenda 2030 De Desenvolvimento Sustentável*. Brasil, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais, 2019*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>

- LEVIN, J. *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. 2a Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?* Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.
- NUNES, J. H. *Acalmando o otário: alguns aspectos de adaptação à falha, de Erving Goffman*. Plural, 16(1), 195-212, 2009.
- OLIVEIRA, I.A de. *Filosofia da Educação: reflexões e debates*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- OLIVEIRA, I.A. de; TEIXEIRA, E. *Cuidados éticos na pesquisa*. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth (Org.). *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação*. Belém: EDUEPA, 2010. p. 9-24.
- PAULO, M.A. *Estimativas e projeções populacionais, por idade simples, da população abaixo de 20 anos – Brasil e Grandes Regiões, 2000/2020*. Monografia (Iniciação Científica), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- PLAN INTERNATIONAL. *Os Impactos das Mudanças Climáticas na Vida das Meninas*. Brasil, 2019. Disponível em: <https://plan.org.br/impactos-mudancas-climaticas-meninas/>
- PLAN INTERNATIONAL. *Relatório Síntese - Pesquisa “Por ser Menina”: Percepções, Expectativas, Discriminações, Barreiras, Violências baseadas em Gênero e Habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil*. Brasília, 2014.
- PLAN INTERNATIONAL. *Reimagining Climate Education and Youth Leadership: Survey Report*. 2021. Disponível em: https://plan.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Pesquisa-Clima-ingle%CC%82s_planclimatechangereport_july2021_v7.pdf
- SHRYOCK, H.S.; SIEGEL, S. J. *The methods and material of Demography*. Washington: U. S. Government Printing Office, 1980.

AGRADECIMENTOS

Aconchego - Grupo de apoio à convivência familiar e comunitária do DF; Associação Amigos Voluntários de Cachoeirinha; Associação Fênix de Jacareí; Coletivo Mulheres Negras da Periferia de São Luís; Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) de Brasília; Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Amazonas; Coordenadoria Regional de Educação do Estado de Goiás; Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Maranhão); Diretoria de ensino da região de Jacareí; Fórum de Formosa (Serviço Social e Psicologia); Fórum de Cultura de Cachoeirinha; Fórum Permanente de Mulheres de Manaus – FMM; Fórum Nacional de Educação; Gabinete do Vereador David Almansa de Cachoeirinha; Girl Up Brasil; Grupo de Jovens do Residencial São Pedro Juventude Atuante (MA); Instituto Cultural e Social Ágora de Cachoeirinha; Instituto Federal do Maranhão (IFMA); Instituto Maná de Codó; Lions Clube Formosa da Imperatriz de Formosa; Miriam Figueiredo da Frota; Movimento Nós somos a luta; Projeto Aconchego Corrente de Solidariedade de Manaus; Rádio Terra FM de Formosa; Rádio O Dia FM de Maués; Rádio Independência de Maués; Secretaria de Desenvolvimento Social de Formosa; Secretaria de Educação de Cachoeirinha; Secretaria de Educação de Codó, Secretaria de Educação de Formosa; Secretaria de Educação de Maués; Secretaria de Educação de Porto Alegre; Secretaria de Educação de São Luís, Unidades Sociais da Rede Marista - Rio Grande do Sul; Universidade Estadual de Goiás Campus Nordeste - Sede Formosa, Universidade Federal do Maranhão e u-Report Brasil. Agradecemos também especialmente todo o apoio da equipe e das participantes de projetos da Plan International Brasil.

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DESTE MATERIAL, DESDE QUE
SEJA CITADA A FONTE
E QUE NÃO SEJA UTILIZADO
PARA FINS COMERCIAIS.

